



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Cultura política e participação no Recôncavo Baiano hoje – uma
análise sobre Cachoeira e São Félix



RUBENILDA SODRÉ DOS SANTOS

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ruthy Nadia Laniado

Salvador

2009

RUBENILDA SODRÉ DOS SANTOS

Cultura política e participação no Recôncavo Baiano hoje – uma
análise sobre Cachoeira e São Félix

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas, da Universidade Federal da
Bahia, para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ruthy Nadia Laniado

Salvador, fevereiro de 2009

-
- S237 Santos, Rubenilda Sodré dos
Cultura política e participação no Recôncavo Baiano hoje: uma análise sobre
Cachoeira e São Felix / Rubenilda Sodré dos Santos. -- Salvador, 2009.
165f. : il.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ruthy Nadia Laniado
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, 2009.
1. Cultura política. 2. Participação. 3. Democracia. 4. Reconhecimento.
I. Laniado, Ruthy Nadia. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 306.098142

Dedico este trabalho ao meu querido avô Zezinho (*In Memoriam*). Estou começando a colher os frutos daquela árvore...

Agradecimentos

Gostaria de deixar registrados meus agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Antes de tudo, aos entrevistados que se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa, obrigada pelo entusiasmo e atenção com que receberam e responderam meus questionamentos.

Não poderia deixar de agradecer ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFBA/CNPq) que, desde a graduação, me proporcionou uma formação acadêmica privilegiada, através da possibilidade de conciliar teoria e prática num aprendizado diferenciado dentro de uma universidade pública. A todos os colegas do grupo de pesquisa no qual ingressei anos atrás, “Cultura e Desempenho na Sociedade Civil”; ao Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (NEPOL) e ao Labmundo (Laboratório de Análise Política Mundial) minha inserção mais atual, que propiciaram ambientes universitários de grande importância para a minha formação intelectual e acadêmica. Do mesmo modo, agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais que fizeram do curso um estímulo contínuo e o apoio da secretaria do Programa que facilitou o cotidiano desta experiência importante. Ao Programa de Bolsas de Mestrado do CNPq agradeço pelo suporte que me foi propiciado durante todo o curso, o que viabilizou minha pesquisa para a dissertação.

Aos estimados professores Paulo Fábio Dantas Neto e Maria Suzana de Souza Moura pela disposição e cuidado com que avaliaram o meu trabalho desde o Exame de Qualificação.

Finalmente, em relação à minha experiência acadêmica, o meu agradecimento especial para a Prof.^a Ruthy Nadia Laniado por toda dedicação, estímulo e empenho na transmissão do conhecimento. Pelo acompanhamento minucioso deste e de todos os trabalhos que realizamos nestes seis anos de aprendizado acadêmico.

Como fonte de apoio incondicional, agradeço aos meus pais, Hilda e Rubens, por terem acreditado em mim desde sempre e lutado por minha educação. À minha irmã Rosi, meu irmão Alex e minha sobrinha Taíssa por dividir alegrias e dificuldades. Aos meus tios, Edmundo e Firmina, meus primos Danielle e Rodrigo com quem pude conviver em Salvador para os meus estudos universitários. A toda minha família, minhas primas-irmãs (Izabella e Josi) e amigos, em especial Selma, Diana, Joelma, Núbia e Felipe, obrigada pelo incentivo de todas as horas...

SANTOS, Rubenilda Sodré dos. Cultura política e participação no Recôncavo Baiano hoje: uma análise sobre Cachoeira e São Felix. 165f. Il.2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

RESUMO

Esta dissertação visa à compreensão de valores de cultura política e de padrões de participação desenvolvidos numa região histórica da Bahia – o Recôncavo Baiano, uma fértil e extensa região costeira do estado da Bahia onde se encontram duas importantes cidades: Cachoeira e São Félix. A dissertação considera o debate teórico acerca dos significados da política na sociedade contemporânea do ponto de vista da participação política, da memória coletiva e do reconhecimento social. Objetiva compreender como os modernos processos democráticos são impulsionados pela globalização e seus níveis de expressão política e cultural e como estes podem influenciar comunidades locais através da mobilização de valores e práticas inovadoras de participação, disseminando experiências que transcendem os contextos locais e regionais influenciados, por sua vez, pelas escalas nacionais e internacionais de cultura política e práticas sociais. A pesquisa fundamenta-se numa análise de fontes secundárias e em vinte e duas entrevistas realizadas com três grupos específicos de atores das duas cidades: a) atores políticos; b) atores econômicos e c) atores de entidades culturais e associativas. A análise conclui, de maneira geral, que a cultura política local coexiste com valores e práticas mais avançadas o que pode sugerir um padrão lento, mas persistente, de mudanças na região.

Palavras-chave: cultura política, participação, democracia, reconhecimento.

SANTOS, Rubenilda Sodré dos. *Political culture and participation in Recôncavo Baiano nowadays: an analysis on Cachoeira and São Felix*. 165f. II.2009. Master Dissertation - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ABSTRACT

This dissertation aims at an understanding of the values of the political culture and the participation patterns developed within a historically traditional region of Bahia - the Recôncavo Baiano. It is a vast and fertile coastal region of the state of Bahia and it has two important towns: Cachoeira and São Félix. The dissertation takes into account the theoretical debate regarding the meanings of politics in contemporary society from the point of view of political participation, collective memory and social recognition. The research was designed to figure out how modern democratic processes are impelled by globalization and its levels of political and cultural expressions and how they influence local communities by mobilizing values and innovative participatory practices, displaying experiences that transcend the local and regional context, which are embedded by the national and the international scales of political culture and social practices. The research is grounded on a qualitative analysis based on archives and documents as well as on twenty-two interviews applied within three specific groups of actors in these two cities: a) political actors; b) economic actors and c) members of associations and culture-based organizations. The concluding analysis is that the local/ traditional political culture is mingled with advanced contemporary values and practices which, on the whole, allow for a slow but persistent pattern of changes in the region.

Key-words: political culture, participation, democracy, recognition.

SUMÁRIO

Lista de Entrevistados e Organizações	10
Apresentação	11
CAPÍTULO 1 - Os novos sentidos da política na contemporaneidade	15
1.1 Os novos sentidos da política na contemporaneidade: das instituições aos indivíduos	15
1.2 Os sujeitos do reconhecimento: um breve <i>apport</i>	22
1.3 Discutindo a comunidade cívica: cultura política, redemocratização e participação no Brasil	28
CAPÍTULO 2 – Repensando a memória social	38
2.1 Sociedade e memória coletiva	38
2.2 Repensando a memória: valores e criatividade social	42
2.3 Memória social e criatividade: a reorganização da experiência vivida e do presente	47
CAPÍTULO 3 - Descrição sócio-histórica do contexto em estudo: Cachoeira e São Félix	53
3.1 Resgatando um passado ilustre: o papel do Recôncavo na formação da sociedade baiana	53
3.2 Organização político-administrativa: a peculiar relação entre Cachoeira e São Félix	62
3.3 Raízes sociais: a composição inicial da população	64
3.4 Uma “pitada” de memória: episódios histórico-políticos que marcaram a região do Recôncavo	66
3.5 Da opulência à decadência: um esboço sobre a redefinição do papel do Recôncavo na Bahia	74
3.6 Reposicionando-se no cenário estadual: Cachoeira e São Félix na dinâmica territorial presente	77
CAPÍTULO 4 – Os caminhos da pesquisa	83
4.1 O propósito da ciência e o papel da metodologia na análise social	83
4.2 A escolha do tema e do contexto	87
4.3 Elaboração do roteiro de entrevista – questões e objetivos	89
4.4 Detalhando a pesquisa de campo	91
4.5 Processamento e análise dos dados	93
CAPÍTULO 5 - As contribuições de Cachoeira e São Félix para entender a dinâmica democrática	94
5.1 Comunidade cívica: valores, ação coletiva e reconhecimento social	95

5.2 Reconhecimento e a constituição da memória social e do <i>status</i> sócio-regional	111
5.3 Engajamento dos atores e a sociedade regional: participação e representatividade	124
5.4 Atores econômicos regionais: cultura política e valores	142
5.5 Atores políticos regionais: cultura política e valores	144
Considerações finais	149
Referências	153
Anexos	160

Lista de Entrevistados

Número do Entrevistado	Idade	Função
Entrevistado 1	38	Comerciante
Entrevistado 2	65	Representante de Entidade Cultural
Entrevistado 3	50	Representante de ONG
Entrevistado 4	62	Vice-Prefeito
Entrevistado 5	67	Representante de Entidade Cultural
Entrevistado 6	23	Representante de Entidade Cultural
Entrevistado 7	59	Representante Associação de bairro
Entrevistado 8	49	Representante de ONG
Entrevistado 9	26	Representante Conselho Municipal
Entrevistado 10	58	Vereador/ Presidente da Câmara Municipal
Entrevistado 11	45	Representante de Entidade Cultural
Entrevistado 12	47	Representante de Entidade Cultural
Entrevistado 13	49	Comerciante
Entrevistado 14	56	Comerciante
Entrevistado 15	49	Vereador
Entrevistado 16	55	Representante de ONG
Entrevistado 17	49	Vereador
Entrevistado 18	58	Vereador
Entrevistado 19	35	Representante Associação de bairro
Entrevistado 20	56	Representante Entidade Civil
Entrevistado 21	36	Comerciante
Entrevistado 22	53	Comerciante

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Lista das organizações (Culturais, Associativas e ONGs)

1. Associação Comunitária do Salva-Vidas
2. Associação Institucional de Defesa de Direitos (ACIDADÁ)
3. Associação Orfêica Lyra Ceciliana
4. Casa da Cultura Américo Simas
5. Centro Comunitário do Rosarinho
6. Centro Cultural Dannemann
7. Centro de Estudos Raízes do Recôncavo
8. Conselho Municipal de Educação
9. Grupo de Apoio ao Menor Gotas de Esperança (GAMGE)
10. Rádio Magnífica FM
11. Rotary Clube Internacional Cachoeira/ São Félix
12. Sociedade Musical Minerva Cachoeirana

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação desenha uma análise sobre valores de cultura política e formas de participação entre atores de duas cidades do Recôncavo baiano – Cachoeira e São Félix. De maneira geral, valores podem ser compreendidos como normas, princípios ou padrões sociais aceitos ou mantidos por um indivíduo, grupo ou sociedade, enquanto os valores de cultura política dizem respeito às crenças, normas e tradições compartilhadas por membros de uma sociedade responsáveis por dar significado à vida política e cotidiana (BOBBIO, 1986). Sustenta-se neste trabalho que a cultura política se constrói ao longo da trajetória de uma determinada sociedade ou grupo. Ela não pode ser considerada como mera herança de tradições passadas, mas como algo vivo e operante que se estrutura a partir da experiência vivenciada no cotidiano dos indivíduos (GOHN, 2002; THOMPSON, 1987; ALMOND & VERBA, 1963).

As reflexões diversas acerca das características das sociedades têm levado pesquisadores e cientistas sociais a acentuarem a multiplicidade de práticas e instituições políticas existentes, bem como as crenças, os ideais, as normas e tradições que dão a peculiaridade e sentido à vida política de determinados contextos. O interesse por esses aspectos, embora nem sempre tangíveis ao conhecimento científico, têm instigado estudos recentes sobre a noção de cultura política. Para Bobbio (1986) esta pode ser designada como um conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto os fenômenos políticos. Segundo essa denominação, a cultura política compõe-se de conhecimentos e seu compartilhamento entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas que operam num certo contexto; às tendências, mais ou menos difusas (*e. g.* a indiferença, o cinismo, a rigidez, ou ainda, o sentido de confiança, a adesão às forças políticas etc.); e, finalmente, as normas tais como o direito e o dever dos cidadãos a participar na vida política, a obrigação de aceitar as decisões da maioria, assim como a linguagem e os símbolos especificamente políticos que são compartilhados.

Segundo o estudo clássico de Almond & Verba (1963) a cultura política poderia ser entendida como um conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política, de modo que haveria três tipos principais de tendências, isto é,

posições que o indivíduo pode assumir ou modos segundo os quais ele pode encarar os fatos e as relações sociais. Inicialmente, a tendência cognitiva revelaria o conjunto dos conhecimentos e das crenças relativos ao sistema político, aos papéis que o compõem e aos seus titulares; a tendência afetiva se mostraria como os sentimentos nutridos em relação ao sistema, às suas estruturas etc. e, por fim, a tendência valorativa que compreenderia os juízos e opiniões sobre os fenômenos políticos, exigindo a combinação de informações, sentimentos e critérios de avaliação.

Então, pode-se conceber cultura política enquanto um conjunto de tendências valorativas e crenças dos membros de uma sociedade em relação ao seu modo de viver juntos, às regras e normas compartilhadas, sendo intrinsecamente associada às tradições, à moral e às experiências históricas de um povo (TOCQUEVILLE, 1977; THOMPSON, 1981). Por conseguinte, está impregnada também de valores da memória coletiva e da história que compõem o imaginário (presente e passado) das gerações de uma sociedade (HALBWACHS, 2004). Ademais, ela também indica o conjunto de expectativas que os indivíduos têm quanto ao governo, aos concidadãos e quanto a si próprios através dos mecanismos de confiança partilhados. Portanto, o padrão de comportamento cultural e político é uma categoria complexa, historicamente determinada e que tem um poder explicativo acerca de diversos aspectos sociais tais como o desempenho institucional, a ação coletiva e as próprias interações cotidianas.

Segundo Teixeira (2001) uma cultura política ancorada em valores e tradições de solidariedade coletiva e reforçada na prática cotidiana é um fator a impulsionar formas de participação em uma sociedade. Para o autor, o sistema participativo delineou-se, historicamente, sob o regime democrático através da luta pelo sufrágio universal sendo a esfera da participação política deslocada, posteriormente, também para outros segmentos sociais, especialmente a partir da crise do Estado (*Welfare State*). Isso impulsionou uma crescente conscientização dos segmentos populares e o desenvolvimento de novas demandas, tais como: alternativas de participação; pluralização das áreas de atuação (gênero, etnias, direitos humanos, meio ambiente etc.); incorporação de temas até então fora da problemática política tradicional. Do mesmo modo também se tornou relevante a participação social e comunitária de grupos mobilizados, de associações voltadas para prestação de serviços e resolução de problemas do cotidiano, sobretudo em escala local.

No Brasil, assim como em outros países que passaram por processos de redemocratização ou ampliação democrática, canais de interlocução entre Estado e sociedade e entre os próprios atores também foram instituídos à medida que o processo de

redemocratização se desenvolvia durante os anos 1980 (TEIXEIRA, 2001; CARVALHO, 2006). A ampliação de mecanismos institucionais de participação (*e. g.* conselhos gestores de políticas públicas) e novas modalidades de representatividade política de organizações da sociedade civil, segundo diversos atores, favoreceram o aprofundamento, o controle e a complementação do sistema representativo democrático moderno mais ligado à política eleitoral-partidária (LAVALLE & ARAUJO, 2008; HOSCHSTLER & FRIEDMAN, 2008).

A partir de transformações no campo da política, tanto no universo institucional quanto na vida cotidiana, a noção de reconhecimento social perpassa o objeto de estudo desta pesquisa no que diz respeito à valorização dos sujeitos na modernidade, assim como também de coletividades. Para melhor entender a nova política da modernidade avançada, as teorias sobre o reconhecimento contribuíram para o entendimento dos sentidos da participação dos indivíduos nos assuntos públicos, porque visa a compreender as esferas de ação do sujeito moderno correlacionadas a noções como identidade, ação e consciência (FRASER, 2000). O que se pretende enfatizar aqui é como os significados da ação coletiva e individual se reportam aos sentidos do reconhecimento enquanto instância mobilizadora de valores e motivações que constroem a identidade a partir do cotidiano, reordenando grupos e atores a exigir autonomia e importância nos cenários públicos e na sua relação com o privado. Por isso, o reconhecimento social é para Taylor (1994) um dos mais importantes instrumentos da política na contemporaneidade, porque consegue combinar elementos que fortalecem a participação dos indivíduos e grupos sociais nos espaços públicos, mas também porque se refere à construção da identidade dos indivíduos na esfera privada.

A partir das contribuições sobre os novos significados da política hoje e que se materializam em formas de participação, representatividade e reconhecimento social, esta dissertação visa a compreender valores de cultura política e formas de participação desenvolvidas no contexto de dois municípios do Recôncavo Baiano – Cachoeira e São Félix. Pretende lançar um olhar sobre como os processos democráticos modernos, especialmente impulsionados pelos movimentos da globalização e suas escalas, conseguem influenciar o local e mobilizar valores e práticas participativas a partir de experiências e processos que estão além do local (o regional, o nacional e transnacional). Para estabelecer uma dimensão mais ampla do tema proposto a pesquisa fundamentou-se numa análise qualitativa de vinte e duas entrevistas realizadas com três grupos de entrevistados nas duas

idades, quais sejam: a) atores políticos; b) atores econômicos e c) atores de entidades culturais e associativas.

A dissertação compõe-se de uma apresentação, cinco capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo traz uma revisão teórica sobre os sentidos da política na contemporaneidade baseada numa análise sobre os valores da política moderna, que inclui novos atores e modelos de participação que emergiram desses processos de transformação. Delineia uma discussão sobre o reconhecimento social como novo *apport* teórico para a compreensão das esferas de ação (pública e privada) do sujeito moderno relativas à identidade, ação e consciência como percepção crítica, um tema correlato ao da participação hoje. Em seguida, traça uma análise sobre o tema da comunidade cívica em sua relação com o território e o poder local, âmbito de interações e conflitos em torno de diferentes recursos, valores e formas de poder (político, social/simbólico, econômico). Por fim, descreve o papel da redemocratização brasileira na ampliação das formas, canais e mecanismos de participação e representação de organizações e grupos da sociedade civil, na conformação da chamada cultura política democrática.

Um segundo capítulo teórico se ocupa do tema da memória social como um campo de valores, crenças e identidades partilhadas que ajudam o entendimento da cultura política e do reconhecimento social, em sua acepção individual e coletiva. O terceiro capítulo traz uma descrição sócio-histórica e econômica da região estudada. Aborda a formação do Recôncavo desde o início da colonização e seu papel de destaque na definição do espaço baiano, sobretudo pelo aspecto geográfico que lhe conferia o título de principal entreposto comercial do território. Enfatiza ainda os fatos históricos que marcaram a história baiana a partir da região, como as lutas pela independência da Bahia e a revolução federalista. Aborda o período de reorganização do espaço baiano com o início da exploração do petróleo, quando algumas regiões do Recôncavo passam a sofrer um processo de decadência em relação aos anteriores séculos de prosperidade para, em seguida, traçar o papel da região desde a decadência econômica aos dias atuais.

O quarto capítulo trata dos aspectos metodológicos da dissertação, para incluir uma breve análise sobre metodologia de pesquisa em ciências sociais; a justificativa de escolha do tema e objetivos do trabalho; a descrição do roteiro de entrevista e o método de tratamento dos dados obtidos. Por último, o quinto capítulo expõe os resultados empíricos do trabalho e os analisa à luz da teoria discutida. Finalmente, uma breve conclusão encerra a dissertação.

Os novos sentidos da política na contemporaneidade

1.1 Os novos sentidos da política na contemporaneidade

No mundo contemporâneo é possível observar, e diversos teóricos das ciências sociais discutem amplamente, a transformação dos significados da política num contexto em que o lugar e as funções da política são redefinidos, e o seu campo de abrangência é redimensionado. Isto implica entender como essas mudanças de concepção alteram também a própria cultura política, enquanto parâmetros habituais de percepção do próprio político, e repensar seus novos significados.

Os dilemas e incertezas da sociedade moderna e seu dinamismo inerente trazem consigo novos riscos sociais, políticos, econômicos e individuais que tendem a escapar do controle das instituições (BECK, 1997). Nesse sentido, nota-se uma dupla transformação: de um lado, a transformação da política enquanto prática institucionalizada e, de outro, o político enquanto um conjunto de formas em que imaginamos, vivemos e valorizamos a ordem, uma comunidade de cidadãos, ou simplesmente as visões e crenças políticas (LECHNER, 2004).

Vivenciamos de fato uma crise das instituições políticas clássicas? Segundo Beck (1997) as pessoas sempre esperam encontrar a política nas arenas a ela designadas e que seja executada pelos agentes devidamente autorizados: Estado, congresso, parlamento, partidos políticos etc. Entretanto, conceber a política encerrada a essas instituições corresponde a uma visão profundamente limitada sobre a mesma.

Não podemos negar o desenvolvimento de um vácuo político das instituições na contemporaneidade e de uma descrença generalizada dos cidadãos frente à incapacidade dos mecanismos políticos de gerir a ordem, ou mesmo de produzi-la. As instituições políticas clássicas têm sido frequentemente colocadas em questão (o voto, a representação, a classe, o partido, etc.) porque não conseguem conduzir de maneira satisfatória as demandas do presente e porque têm perdido sua capacidade de regulação sistêmica. Este

mal-estar em relação à política institucional sintetiza-se na perda de confiança em sua efetividade. Aqui, a confiança enquanto valor corresponde ao grau de expectativas de ocorrência depositado na ação dos sujeitos, nos sistemas representativos e organizadores da sociedade (LUHMANN, 1998). O nível dessas expectativas conecta-se com o risco característico da institucionalização moderna, no momento em que há a reificação da confiança os laços e a cooperação nos sistemas políticos tendem a enfraquecer.

O desconforto com a política reporta a um receio amplo que, no entanto, não deve ser confundido com a rejeição total da política. Esse mal-estar expressa, para diversos teóricos, uma reação contra as formas atuais de fazer política, à luz de uma imagem familiar do que é e do que deveria ser a política. “Ao mesmo tempo, no entanto, essa idéia da política também parece estar mudando juntamente com as grandes transformações econômicas e culturais recentes. Tem-se verificado uma redefinição do político sem que, por hora, se haja cristalizado uma nova visão” (LECHNER, 2004, p. 15). Em suma, este mal-estar com a política parece ter uma mão dupla: assinala a continuidade de um imaginário coletivo e, ao mesmo tempo, expressa a busca de uma concepção nova.

O imaginário acerca da política é de que ela corporifica-se como uma das instâncias máximas de condução e proteção em uma sociedade. As pessoas esperam da política uma direção que decida sobre o possível, o provável assim como os objetivos desejáveis. Do ponto de vista do senso comum, a política deveria oferecer um projeto ou horizonte de futuro, com referência ao qual o presente se tornasse inteligível e previsível. Ante um presente aleatório e, em última instância, vazio e incerto, a política encarna uma promessa de continuidade e de duração. É à luz dessas premissas que a política institucionalizada traduz a impressão de que a política já não controla os processos sociais: “a sensação de que ‘as coisas estão fora de controle’ exprime um fracasso da política na medida em que, de fato, a ela se imputa um poder de controle sobre a realidade social” (LECHNER, 2004, p.16).

Aqui já se redefine um dos sentidos da política enquanto âmbito privilegiado de produção e reprodução da normatividade que rege a vida social. A política deixa de ser esse *locus* da produção da sociedade por ela mesma à medida que as consequências imprevistas e indesejáveis da ação levam a duvidar dessa construção deliberada da ordem. Hoje, o desvanecimento do futuro mina essa capacidade de condução política que passa a ser mera administração da contingência frente à atual desestruturação do tempo sob a apologia de um ‘presente permanente’ e de riscos imediatos.

Quando a condução política se restringe ao manejo da contingência, incapaz de balizar o futuro possível, o devir se torna imprevisível. À falta de previsão soma-se o desvanecimento de toda e qualquer noção de um amanhã melhor que dê sentido aos sacrifícios atuais. A política assim amesquinhada gera angústia, pois transfere toda a incerteza para o indivíduo. Sozinho, sem ponto de referência nem rede de segurança, ele há de tomar as decisões e assumir os riscos. Já não pode distinguir desejos e temores no tempo; a realidade se impõe, no seu imediatismo, qual um magma infinito. Oprimido, o cidadão acaba por abominar ou depreciar a política — suposta instância de proteção e condução — que o traiu (LECHNER, 2004, p. 16).

O mundo moderno se surpreende com a rapidez e a profundidade das alterações em curso. Sob a ótica das ciências sociais o caráter radical dessas mudanças tem transformado, simultaneamente, a realidade social e as categorias interpretativas sobre a política. O colapso dos países socialistas e a consolidação do processo de globalização implicam, atualmente, na reorganização das sociedades e, ao mesmo tempo, dos diversos esquemas cognitivos e culturais. Aqui, entende-se por globalização um fenômeno multidimensional, igualmente marcado por questões de natureza cultural, social, política e ideológica (MILANI, 2006). O entendimento do processo de globalização vai além do aprofundamento das relações econômicas com a expansão do capitalismo neoliberal, do progresso alcançado por novas tecnologias na área da comunicação/interatividade e do consumo. O que se tem presenciado é uma nova concepção de espaços e territorialidades, cada vez mais fluidos e dinâmicos, em lugar do fixo e do estático e uma surpreendente modificação da categoria tempo, continuamente mais rápido - instantâneo.

Na direção de uma luta social e política por novos valores de sociedade e preferências individuais, a globalização se (re)constitui sobre o adensamento das relações sociais no âmbito mundial, sob a orientação ideológica de um projeto político que busca submeter ao domínio exclusivo do mercado competitivo as distintas esferas da vida e das relações entre o humano e o ambiental. Assistimos mudanças profundas nas tendências culturais que transformam a maneira dos indivíduos encararem o mundo e sua própria vida. Em suma, essas transformações modernas têm nos obrigado a repensar e, simultaneamente, refazer as relações entre processos econômicos, formas políticas e pautas culturais impregnadas nos imaginários coletivos (LECHNER, 2004).

Na esfera da política moderna face à globalização, Badie (2006) questiona o papel do Estado moderno enquanto instância privilegiada do poder político da nação e do sistema internacional. A globalização restringe a soberania e destitui o Estado da condição secular por ele até então detida: a de ator exclusivo na construção e gestão da ordem internacional.

Ele se encontra agora em meio a um jogo de poder que envolve novos atores sociais e políticos entre eles agentes econômicos (empresas, conglomerados, blocos econômicos, etc.); atores inter-governamentais; organizações não-governamentais de alcance global; movimentos transnacionais articulados em rede etc.

Diante disso, é preciso reconsiderar a noção de soberania visto que os Estados vivem hoje constantemente influenciados por pressão dos planos de ajustamento econômico, pela multiplicação de ações e intervenções humanitárias em defesa dos direitos humanos e pela necessidade de cada Estado promover os bens comuns da humanidade (paz, meio ambiente, direitos humanos). Então, como pensar atualmente a noção de soberania à luz de sua antiga concepção de “o poder absoluto e perpétuo de uma república”; “o poder centralizado que exerce sua autoridade suprema sob um território”; ou, ainda, a idéia de que o Estado seria o detentor de um poder ilimitado, independente de atores externos, criando sua própria ordem sem prestar contas a outros atores e nações?

A soberania na contemporaneidade deixou de ser um princípio absoluto na medida em que a constituição da nova política internacional impõe que cada Estado consinta perdas de soberania, seja em função de suas obrigações internacionais, dos tratados que assinou ou das interdependências (econômica, política, etc.). Empiricamente, os deslocamentos das grandes empresas multinacionais, os fluxos financeiros, migratórios, há muito deixaram de obedecer à gramática da soberania. O predomínio de diferentes atores internacionais se dá numa esfera internacional cada vez menos regulamentada, isto é, sem necessidade dos atores de prestar contas a um Estado rigorosamente soberano, muito embora ele continue sendo ainda importante.

O Estado é hoje obrigado a aceitar diretrizes provenientes de centros de poder (regionais e mundiais) bem como coexistir com diferentes atores que escapam ao seu domínio (BADIE, 2000; IANNI, 1996). Para Badie, a revisão da alteridade, através das interdependências modernas a partir da idéia de uma integração social mínima, suscita algo extremamente positivo na atualidade que é a ênfase ao sentido de responsabilidade. O contínuo contato entre nações em torno de interesses comuns e o compartilhamento do espaço global por uma heterogeneidade de atores tem sugerido a modelagem de um espaço comum de novas construções solidaristas, de redes informais, conferências mundiais, movimentos e ONGs, valores partilhados em comum, exaltação de bens comuns da humanidade (materiais e simbólicos), justificando e exigindo uma recusa por si mesma de um princípio extremo de soberania.

Os Estados são cada vez mais responsáveis pela ordem mundial, porquanto se encontram em interdependência crescente e os bens coletivos ou globais são cada vez em maior número. Esta evidência empírica supõe um prolongamento normativo, para não dizer ético: cada Estado em função dos seus recursos tem uma obrigação material, ou mesmo moral, para com todos os outros, Estados ou não Estados, que povoam o planeta (...). A uma responsabilidade contratual para com os seus governados o Estado acrescenta inevitavelmente nos nossos dias uma responsabilidade que o compromete perante o exterior (BADIE, 2000, p. 15-6).

Nesse debate, portanto, não é decretado o fim do Estado ou da própria política; ao contrário, há uma resignificação da política que permite a redução da incerteza e a mediação de interesses opostos através dos meios de decisão negociados (MELUCCI, 1989). Para Melucci, nunca antes foi tão necessário regular a complexidade moderna pelos meios de decisão, escolhas e modos mais dialógicos de fazer política. A frequência e difusão destes meios devem ser asseguradas para a redução da incerteza dos sistemas sociais sujeitos a mudanças excepcionalmente rápidas hoje em dia. Por essa razão, a complexidade e as mudanças associadas à modernidade demandam decisões que, por sua vez, estão continuamente sujeitas à verificação e às limitações e riscos do consenso.

Se por um lado há um enfraquecimento de algumas instituições políticas governamentais, por outro testemunhamos o renascimento do político associado a uma multiplicação e difusão de instâncias de decisões políticas, representação de interesses e negociação (BECK, 1997; MELUCCI, 1989). Em diferentes áreas da vida social e dentro de instituições e organizações de diversos tipos é possível perceber um processo de transformação gradual da política tradicional em novas relações baseadas em trocas e negociações que, por meio da mediação de interesses, produzem decisões onde antes havia apenas mecanismos para transmitir as regulações através dos meios convencionais de poder.

Para Melucci esse processo caracteriza uma visível politização dos diversos e complexos sistemas sociais contemporâneos (instituições nacionais, produtivas, administrativas, educacionais, regionais etc.) e a necessidade de lidar com transformações aceleradas e o equilíbrio dentro dos sistemas sociais propriamente ditos. Pode-se dizer que o problema da política pode se articular com todos os sistemas complexos, seja qual for o tipo de organização social.

É nesse sentido que Beck (1997) se refere ao renascimento de uma subjetividade política desde a década de 1980, que ocorre dentro e fora das instituições, o que significa que não seria exagero afirmar que os grupos de iniciativa cidadã tomaram o poder

politicamente, trazendo para o debate as questões da sociedade de risco. Nesta, o reconhecimento das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial, sempre imprevisível, exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da racionalidade. No auto-conceito da sociedade de risco, a sociedade torna-se reflexiva, o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para ela própria. É o que o autor chama de ‘o retorno da incerteza’ (BECK, 1997, p.19) no sentido de que um número cada vez maior de conflitos sociais não é mais um problema de ordem, mas um problema de risco.

Ao mesmo tempo em que há a descrença na política formal institucionalizada há uma ativação da “subpolítica” enquanto *locus* de auto-organização do político e que, pelo menos potencialmente, pode movimentar subpoliticamente muitos ou até todos os campos da sociedade. O que para Beck parecia ser “uma retirada não política à vida privada” ou uma “nova introjeção” da antiga visão da política pode, na verdade, representar a luta por uma nova dimensão do político – um fenômeno que invade e irrompe além das possibilidades e hierarquias formais, comprovando sua reinvenção (BECK, 1997, p.32). As formas de envolvimento político, o protesto e a retirada misturam-se de forma ambivalente e desafiam as velhas categorias de clareza política. Tem-se observado novos pontos de partida, de modo não completamente inconsciente, mas também não inteiramente consciente e de forma dirigida que visam alterar as regras do jogo. É nesse contexto que emerge a subpolítica e que significa, segundo Beck:

Moldar a sociedade de baixo para cima. Visto de cima, isto resulta na perda do poder de implementação, no encolhimento e na minimização da política. No despertar da subpolitização há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade para grupos que até então não estavam envolvidos na tecnificação essencial e no processo de industrialização: os cidadãos, a esfera pública, os movimentos sociais, os grupos especializados, os trabalhadores no local de trabalho (...) (BECK, 1997, p.35).

Para Melucci (1989), nos sistemas democráticos modernos é necessário considerar a amplitude de interesses permutáveis decorrente de uma extensa distribuição de atores sociais no mesmo sentido de uma fragmentação do poder. Há um aumento considerável de grupos capazes de se organizar, representar seus interesses e extrair vantagens dos processos de troca política. Ao mesmo tempo, há uma fragmentação das estruturas de decisões políticas que geram numerosos centros de governo que são difíceis de coordenar.

Está ocorrendo uma consolidação de organizações invisíveis e desreguladas, dentro das quais as decisões são tomadas. Destarte, os campos que determinam o sentido da ação coletiva se tornam mais diversificados atualmente – com ênfase na extensão da cidadania e da participação junto a uma crescente demanda para que essa pluralidade de interesses seja levada em consideração. Tudo parece reduzir-se ao que Beck chama de “reinvenção da política”, para configurar-se numa política criativa e auto-criativa que cria e projeta novos conteúdos, formas e coalizões, formando espaços e fóruns de construção de estruturas e estilos, dentro e fora do sistema político (BECK, 1997).

Essas novas esferas e modos de fazer política, inclusive na vida cotidiana, resgatam a valorização do Sujeito moderno, agora mais libertado, isto é, que concebe a si mesmo como ator, pela vontade de agir enquanto indivíduo e ser reconhecido como tal (TOURAINÉ, 1995), dando maior saliência à “individualização”. Esta não é uma atomização dos sujeitos, um isolamento, solidão ou desconexão. Remonta à desincorporação e, em seguida, à incorporação de novos modos de vida em que os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias histórias de vida ao mundo social onde estão inseridos (BECK, 1997). Ademais, significa a desintegração de antigas certezas, ao lado da busca dos indivíduos por novas certezas para si e para os outros que não a possuem. O indivíduo se torna um ator que planeja sua própria biografia e identidade, suas redes sociais, compromissos e convicções.

Para Melucci (1989) também os sistemas sociais modernos são frequentemente levados a mobilizar as fontes de ação individual a fim de prever o funcionamento de redes organizacionais, informacionais e de tomada de decisão de grande densidade e diferenciação. A ação individual adquire ênfase porque os indivíduos são providos de crescentes possibilidades de controlar e definir as condições de sua experiência pessoal e social. O processo de individualização corresponde à atribuição potencial de um sentido de ação social para todos os indivíduos. As sociedades democráticas se defrontam com o crescimento das demandas coletivas e conflitos que se conectam, frequentemente, com as motivações originadas na vida cotidiana. Esses sistemas democráticos, ainda que limitados, requerem, portanto, condições que capacitem os indivíduos e os grupos sociais a se afirmarem e serem reconhecidos pelo que são ou pelo que eles crêem ser; isso exige condições para o reconhecimento e a autonomia de indivíduos e processos coletivos significantes (MELUCCI, 1989).

A articulação entre o processo de individualização e a inserção no mundo social, fazendo parte da coletividade, liga o indivíduo à dinâmica do particular e universal. A

expressão política do Sujeito na vida coletiva somente é possível se for atribuído um valor universal à afirmação de sua subjetividade e criatividade, entendidas enquanto condições reais de sua emancipação. A interdependência entre a garantia e defesa de direitos fundamentais, a liberdade de ser representado e a necessidade de que os indivíduos sintam-se cidadãos e participem da construção da vida coletiva são fatores que dão conteúdo positivo à democracia. A liberdade individual relaciona-se à dimensão do pertencimento coletivo no sentido de que prioriza a afirmação do sujeito através da elaboração de um senso de responsabilidade e conscientização. Um sistema democrático requer, desse modo, não apenas a racionalidade dos procedimentos, mas a sua combinação com a subjetivação dos indivíduos – sujeitos emancipados, criativos, responsáveis e conscientes de seus limites e liberdades (TOURAINÉ, 1995).

1.2 Os sujeitos do reconhecimento: um breve *apport*

No campo dos novos sentidos da política moderna, marcado pela fragilização de importantes instituições, pelo declínio da centralidade da luta de classes no sentido marxista e das reivindicações centradas na redistribuição, as formas tradicionais de governança são hoje associadas a outras formas de participação. O sentido da ação coletiva moderna requer ser analisado com as novas formas de ação dos atores sociais, dos novos estilos e linguagens cotidianas e formas de engajamento político na sociedade, sempre muito críticos do *status quo* que é muito mais hierarquizante.

A valorização da subjetividade humana hoje (re)significa constantemente a importância do engajamento individual e valoriza a contribuição das experiências cotidianas na esfera pública. Ao final do século XX as lutas por reconhecimento adquirem destaque como um novo cenário de formação do conflito político e se conforma num campo analítico inovador, composto, sobretudo, por teóricos como Nancy Fraser, Axel Honneth e Charles Taylor. O debate acerca do reconhecimento sugere um *apport* teórico para a articulação das esferas de ação (pública e privada) em relação ao sujeito porque correlaciona identidade, ação e consciência.

As teorias sobre o reconhecimento se produzem dentro da cena “pós-socialista”, quando as lutas por reconhecimento de identidades grupais ou das diferenças (de nacionalidade, etnicidade, raça, gênero, sexualidade etc.) procuram suplantar os interesses de classe como fator para a produção de identidade e mobilização política. Em lugar dos conflitos de classe, segundo Nancy Fraser (2000), percebe-se o incremento de conflitos por *status* social em confronto com a dominação social e a hegemonia cultural desenvolvidas a partir da modernidade.

O que se busca enfatizar é como os significados da ação coletiva e individual se reportam aos sentidos do reconhecimento enquanto instância mobilizadora de valores e motivações que constroem a identidade a partir do cotidiano, organizando grupos e atores a requerer autonomia e importância nos cenários públicos e considerando motivações privadas. Por isso, entende-se que o reconhecimento combina elementos que fortalecem a participação dos indivíduos e grupos sociais, ao mesmo tempo em que, ligado à idéia de civismo e valorização de um grupo ou sociedade (TAYLOR, 1994), permite integrar a noção de comunidade cívica. O reconhecimento social é, pois, para Taylor um dos mais importantes instrumentos da política moderna. Afinal, “tomar parte da ‘coisa pública’ e envolver-se voluntariamente com ela, muito provavelmente, parte do sentimento prévio de pertencimento a um lugar digno dessa entrega” (MOTA, 2007).

Segundo Axel Honneth (2003) o reconhecimento é responsável por ensejar os conflitos modernos e sua resolução. Este advoga que o reconhecimento está ligado necessariamente à auto-realização individual, enquanto para Fraser (2000) o reconhecimento é uma questão essencial de justiça social. Por essa razão, esta última acolhe a teoria kantiana segundo a qual o reconhecimento pode ser entendido e explicado enquanto um padrão universal de justiça, que é aceito por todos e provém do suposto de que todos possuem igual valor como ser humano. Assim, a autora considera o não-reconhecimento menos em relação às atitudes depreciatórias sofridas pelos indivíduos, com ênfase na intersubjetividade (idéia privilegiada por Honneth) e mais através das práticas discriminatórias institucionalizadas que o refletem.

Para Fraser, as lutas por reconhecimento de identidades de grupo ou diferenças não estão dissociadas completamente das lutas por redistribuição e se explicam por uma reorientação das antigas lutas materiais para uma série de outras reivindicações pós-materiais, isto é, baseados em valores diferenciados de cultura política. Ao mesmo tempo em que esses novos valores vêm à baila na defesa de identidades culturais, Fraser defende que os dilemas distributivos e as desigualdades econômicas ainda continuam impregnadas

nas diversas lutas sociais, mas que a questão da justiça requer hoje tanto reconhecimento quanto redistribuição. Reconhecimento cultural e igualdade social são, portanto, categorias indissociáveis porque as desvantagens econômicas e o desrespeito cultural e da dignidade, estão sempre entrelaçados: “Meu objetivo mais amplo é conectar duas problemáticas políticas que são costumeiramente dissociadas, pois, só por meio da reintegração do reconhecimento e da redistribuição pode-se chegar a um quadro adequado às demandas de nosso tempo” (FRASER, 2001, p. 246).

O reconhecimento, nesse sentido, refere-se à participação plena dos atores na sociedade e sua participação igualitária na fabricação da cultura em esferas públicas e no cotidiano. Conforme Fraser, as lutas por reconhecimento podem ajudar tanto na redistribuição de poder e riqueza quanto podem promover interação e cooperação entre grupos distintos. O não-reconhecimento deve ser encarado como uma questão de *status* social. Isto é, o que requer reconhecimento não é a identidade específica do grupo, mas o *status* dos membros individuais do grupo enquanto pares diretos nas interações sociais. Não-reconhecimento, sob esta acepção, não significa a depreciação e deformação da identidade de grupo, mas a subordinação social - sob o senso de tornar o indivíduo privado da participação plena na vida social. Desse modo, o que garante a moralidade para Fraser é o procedimento, a garantia da participação paritária na vida cotidiana e nas esferas públicas porque todos possuem direitos iguais a ter estima social, como condição de igual oportunidade de vida.

A importância desse debate é que a ênfase nas lutas por reconhecimento através da ação coletiva reflete uma busca (política) constante por aceitabilidade. Nesse sentido, o baluarte dessas lutas empreendidas é a possibilidade de que os atores sociais adquiram legitimidade nos campos de debate, que ocupem espaços nas esferas públicas plurais contemporâneas e, especialmente, em instâncias responsáveis por determinadas políticas e decisões que possam responder às demandas destes sujeitos.

À importância do reconhecimento na esfera pública, como enfatiza Fraser, Charles Taylor (1994) associa a necessidade do reconhecimento também na esfera privada. O autor elabora sua teoria sob a perspectiva de que o reconhecimento é tão importante para a estruturação da identidade dos indivíduos quanto para sua atuação na vida pública. No plano social o igual reconhecimento não é apenas a forma mais apropriada para o funcionamento de uma sociedade democrática, a sua recusa pode infligir sérios danos a quem é negado.

No plano da individualidade, o autor entende que a identidade é moldada, em grande parte, pelo reconhecimento ou pela ausência dele; sendo assim, o não-reconhecimento ou o reconhecimento errôneo pode gerar distorções reais na personalidade individual. O reconhecimento pode ser entendido como uma dimensão dialógica e interativa que envolve a percepção e a compreensão dos indivíduos sobre si mesmos e em relação aos outros. O grupo do qual um indivíduo faz parte pode mostrar um quadro depreciativo e negativo sobre ele e, conseqüentemente, o indivíduo não consegue construir uma imagem positiva de si mesmo, internalizando a imagem negativa e o desprezo por si próprio. Portanto, o reconhecimento para Taylor é uma necessidade humana e faz parte das relações sociais mais básicas, sendo assim, sua negação e/ou a introjeção da inferioridade acabam por naturalizar as desigualdades.

O aumento das demandas por reconhecimento reporta principalmente a duas preocupações principais, segundo Taylor (1994): ora se refere à indagação sobre a possibilidade dos cidadãos, que se vêem como um grupo específico, de reivindicar reconhecimento e serem capazes de desenvolver uma cultura cívica comum e, por outro lado, tem a ver com os limites da habilidade do Estado para promover esse reconhecimento. Por isso o reconhecimento é considerado hoje como uma das ferramentas mais importantes da política moderna, sobretudo no campo do multiculturalismo e da valorização da diferença. A dimensão do reconhecimento expõe, sob este aspecto, a possibilidade do desenvolvimento e consolidação de laços sociais de caráter novo - uma cultura comum, baseada na solidariedade - dentro de grupos e coletividades, e, sob outro ângulo, estimulando a construção de consensos menos homogêneos no debate sobre políticas alternativas junto ao Estado e outras instituições.

Pensando sobre a gênese da noção de reconhecimento, Taylor ressalta que este passou a ganhar importância quando o atributo da honra caiu em função da valorização do princípio de dignidade humana, de liberdade e de autonomia do sujeito moderno. Logo, a transição da antiguidade para a modernidade não foi apenas um processo amplo de racionalidade humana, mas, sobretudo, uma grande mudança de consciência, no sentido de uma revolução moral, um marco que inspirou a noção de igualdade entre os homens como princípio moral (SOUZA, 2003).

Ao mudar a concepção de virtude e dignidade humana, uma forma qualitativamente nova de produção de auto-estima foi engendrada. A fonte da auto-estima e da dignidade humana deixa de ser algo para os outros, para ser algo que mantém o senso de valor aos próprios olhos do indivíduo. A passagem da noção de honra para a de dignidade significou

o momento em que as questões sobre o reconhecimento começam a fazer sentido. Para Taylor (1994), o sistema de hierarquias baseado na honra da era pré-moderna da antiguidade foi substituído pelo princípio de dignidade do cidadão. A honra correspondia a um código do antigo regime e referia-se ao prestígio de poucos, a um estamento especial e reafirmava a desigualdade entre os indivíduos como um fenômeno natural. Em oposição à honra, a concepção ocidental de dignidade se forma como um atributo que todos possuem e que está ligado à idéia de igualdade humana universal. Nesse sentido, a dignidade está na base da democracia, responsável pela introdução de uma política de reconhecimento igual para todos, como também na fundamentação do sistema de direitos modernos e de cidadania.

Este novo lastro moral com base no valor da autenticidade pode ser aplicado em duas instâncias diferentes, segundo Taylor (1994): a esfera da originalidade individual e a de um povo e sua cultura. Essas esferas são essenciais para o entendimento, por exemplo, do nacionalismo moderno, porque este se pauta na valorização da identidade tradicional de cada povo. Conforme a tradição hegeliana, Taylor defende a noção de reconhecimento nas duas instâncias abordadas acima admitindo a esfera íntima e a esfera pública, isto é, de um lado um reconhecimento universalizante em relação à dignidade e igualdade humana de cada um e, por outro, o particularizante, em função da autenticidade de cada coletividade (diferença e identidade de grupo) - que particulariza e generaliza ao mesmo tempo. Se por um lado a noção de dignidade permitiu a equalização dos direitos eliminando privilégios (cidadania universal), por outro, também deve proporcionar o princípio de igual respeito a diferentes culturas.

Taylor defende que o campo de valores que conformam a noção de patriotismo continua tendo importância nas sociedades contemporâneas. Esta concepção é ainda mais moderna que o princípio de dignidade e refere-se à forma particularizante do reconhecimento no que concerne à valorização dos aspectos mais autênticos de uma determinada cultura ou grupo. Para o autor os cidadãos que vivem na democracia necessitam de fortes laços de identificação comum e de um estilo de vida compartilhado. Por isso o patriotismo pode imprimir à democracia valores importantes como o senso de pertencimento a uma comunidade política enquanto característica necessária à própria vida política. O patriotismo envolve, não apenas a adesão a certos bens convergentes (bens públicos em conjunto), mas antes de tudo a adesão de todos a uma história particular e o cultivo da mesma enquanto um bem comum (TAYLOR, 1994; TOCQUEVILLE, 1977).

Paradoxalmente, Taylor vê que a contemporaneidade tem sido marcada pelo esvaziamento do senso de comunidade a partir de um resgate das idéias do clássico Tocqueville sobre a noção de comunidade cívica. Taylor remete o esvaziamento da comunidade cívica à questão da fragmentação política¹. Esta última seria uma das manifestações do atomismo, isto é, da desvinculação entre os indivíduos e suas fontes morais. Segundo a perspectiva atomista da sociedade o indivíduo moderno é percebido como um ser solto no mundo, descontextualizado ou naturalizado. A ação e a experiência humanas são concebidas como desvinculadas da moldura contextual que lhes dá sentido social e moral e que lhe confere realidade e compreensibilidade. Assim, na modernidade:

O atomismo passa a ser a base da política, as pessoas passam a ver a si mesmas como construtoras de seus projetos de vida, cada vez menos ligadas aos compatriotas em projetos comuns. As pessoas parecem cada vez menos capazes de formar propósitos juntas e cumpri-los. O efeito disso é a promoção de agrupamentos parciais, sem qualquer possibilidade de tematizar suas questões numa esfera pública maior, e uma dificuldade de envolver a sociedade ao redor de programas compreendidos em comum. (MATTOS, 2006, p. 117)

Destarte, para Taylor, o esvaziamento de um horizonte de sentido comum e de ideais morais como guias de ação em comunidade resulta na predominância do atomismo moderno, acompanhado por um subjetivismo exacerbado e pelo narcisismo. Por isso o autor supõe a necessidade da descentralização tanto das esferas de poder quanto da esfera pública. Isto implica que as esferas públicas, compostas de atores diversos, partidos e movimentos sociais, possam abrir seu debate interno ao público, e que essa ampliação agregue também à esfera pública as discussões regionais e locais.

¹ Patrícia Mattos analisa, em outras obras, os três males da modernidade defendidos por Taylor: a) a distorção da noção de indivíduo centralizada no *self*, na qual as narrativas de nossas vidas tornaram-se pobres em significados e menos preocupadas com os outros; b) a absolutização da razão instrumental e c) o esvaziamento do sentido de comunidade (MATTOS, 2006, p. 116).

1.3 Discutindo a comunidade cívica: cultura política, redemocratização e participação no Brasil

A comunidade cívica remonta ao valor do reconhecimento das coletividades enquanto *locus* de importantes valores de solidariedade e integração social, um valor associado ao reconhecimento de atores capazes de participar plenamente na sociedade. A noção do reconhecimento, portanto, resgata a noção de comunidade cívica, intrinsecamente ligada aos temas da ação e da participação dos indivíduos na vida pública (FERNANDES, 2000). Segundo a tradição republicana clássica de Tocqueville (1977) a comunidade cívica pode ser entendida como um espaço territorial delimitado no qual os cidadãos dispõem-se a atuar nas várias esferas da vida pública.

Em “Democracia na América” Tocqueville defende a necessidade de entender a democracia a partir da relação equilibrada entre igualdade e liberdade. Na sua acepção é através do princípio da igualdade social na origem (sem *status* pré-estabelecido a partir do privilégio), da igualdade cultural (similitudes, valores e necessidades compartilhadas) e da igualdade política (todos decidem igualmente) que se entende a democracia. Ademais, ela demanda a ação política dos cidadãos, enquanto instrumento de vigilância da população para assegurar essa igualdade: iguais oportunidades de vida e uniforme garantia de direitos. A igualdade é responsável por aproximar mais os homens numa comunidade por meio da associação, dessa forma eles aprendem a ocupar-se do bem comum na ação pública.

Para entender esse sistema de trocas modernas é preciso compreender de que maneira os indivíduos e grupos acionam mecanismos de confiança e cooperação para atuar no sentido do bem comum, elementos que fortalecem os laços de integração no campo da democracia. Para Putnam (1996) e Tocqueville (1977) o contexto histórico social e a tradição política de cada povo são fatores primordiais para entender o desempenho das instituições assim como o funcionamento democrático das mesmas em suas diversas dimensões. A partir dessas idéias entende-se que o espaço privilegiado para compreender a comunidade cívica é o local, pois é no espaço da comunidade (região, localidade, cidade, etc.) que os indivíduos estabelecem laços de pertencimento mais duráveis. Graças a esta proximidade e convivência eles tendem a se (re)conhecer melhor, dispondo-se a cooperar por meio de organizações civis ou pela participação mais direta na política. É também ao nível local que é possível observar as matrizes básicas de integração e do entrelaçamento

entre o dentro/fora, local/global, nacional/transnacional em termos de valores e ações dos indivíduos.

No Brasil o local sempre remete à esfera municipal, embora seja necessário atentar para o fato de que o exercício do poder no lugar não se restringe à esfera do Estado simplesmente (administração, executivo e legislativo). O poder local se dissemina em múltiplas instituições sociais e grupos, por isso a necessidade de considerar as diferentes modalidades do poder e sua relação com o poder político propriamente dito, segundo Daniel (1988). O poder político local se exerce através do governo e da administração local e também se relaciona com o poder econômico que corresponde, por sua vez, ao conjunto de setores capitalistas cuja lucratividade depende de ações de regulamentação e de produção levadas a efeito pelo poder político local. Há ainda a dimensão do poder social que se estrutura a partir do simbólico e equivale a múltiplas expressões sociais de poder, sendo as elites e os movimentos sociais locais os dois principais atores que correspondem a esta dimensão, responsáveis pela difusão de ideologias e valores próprios, dominantes ou concorrentes na esfera do poder local. Nesse sentido pode-se entender o poder local como um espaço socialmente construído baseado no movimento e interação de grupos que se articulam e/ou se opõem em torno de determinados interesses. Essas interações podem ser entendidas enquanto um conjunto de redes sociais que se superpõem, mantendo relações de cooperação, mas também de conflito em torno de recursos, valores e interesses (FISCHER, 1993).

De acordo com Daniel (1988) entre poder político e sociedade, movimentos sociais e/ou organizações diferentes posturas de relacionamento ou padrões de cultura política podem ser historicamente identificadas, tais como: o coronelismo, marcadamente rural e baseado na sujeição de populações a poderosos proprietários rurais ligados ao poder político: “o coronelismo retrata-se com uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período de tempo relativamente curto” da história do país (CARVALHO, 1997); o populismo, ao contrário, possui feições urbanas, em que o líder é concebido como doador para o povo, quando na verdade o bem doado é um direito; o clientelismo, por sua vez, refere-se à troca de favores políticos por benefícios econômicos, sobretudo o voto, não importando em que escala e se apóia em algo mais amplo do que o simples relacionamento entre políticos ricos e eleitores pobres, se sustenta na instituição da representação política como uma espécie de “gargalo” na relação entre a sociedade e o Estado (MARTINS, 1994). De acordo com Carvalho (1997), o clientelismo é um conceito complexo, mas se refere, de modo geral, a um “tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão

de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (p. 3). Ao contrário do coronelismo, o clientelismo é um conceito muito mais amplo e se expandiu com a decadência daquele, adquirindo feições contemporâneas: “À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população (coronelismo), eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística” (CARVALHO, 1997, p. 4). Por fim, Daniel (1988) identifica, em oposição aos padrões acima mencionados, uma postura diferenciada, uma cultura política mais democrática que se insere no campo dos direitos de cidadania e se contrapõe aos valores negativos de cultura política.

Para compreender as relações e trocas sociais mais democráticas nos modelos de governança que evidenciam maior participação da sociedade nas esferas do poder, a relevante noção de capital social é interessante porque diz respeito a certos recursos sociais e morais, baseados na confiança e que estimulam a ação coletiva/associativa. Constitui-se enquanto recursos e características que perpassam as relações sociais e permitem a estruturação de modos de cooperação mútua, fatores que contribuem para a resolução de problemas, para a mobilização e participação dos indivíduos e o fortalecimento de valores democráticos (PUTNAM, 1996). O capital social é uma dimensão que permite entender a complementaridade entre a sociedade, os indivíduos e suas redes, e as instituições. Para Putnam instituições fortes são essenciais e resultam também dos processos de socialização de valores como confiança e normas de cooperação entre as pessoas, isto é, valores cívicos, capazes de fortalecer os laços de solidariedade social.

Em contextos historicamente menos cívicos, Putnam (1996) percebe características como a organização vertical de formas de participação política, no lugar de relações mais horizontalizadas; desconfiança mútua e o predomínio de relações clientelistas como aquelas que envolvem permuta interpessoal em sentido vertical e obrigações recíprocas. Para o autor “os vínculos verticais do clientelismo parecem minar a organização grupal e a solidariedade horizontais tanto dos clientes quanto dos patronos – mas, sobretudo dos clientes. Na relação vertical (...), caracterizada pela dependência e não pela reciprocidade, é mais provável haver oportunismo” (p.184). O oportunismo e o retraimento dos espaços de confiança mútua na esfera social expressa o que se pode chamar de um “familismo amoroso” de acordo com Reis (1995), esta noção se associa a contextos de grandes desigualdades nos quais a luta pelo bem comum é depreciada em favor do privilégio ao privatismo. A persistência de um *ethos* que exclui a colaboração fora do círculo restrito da

família limita a reciprocidade e o sentimento de pertencimento a este espaço circunscrito e, segundo Reis, desestimula a participação e o envolvimento em questões públicas, salvo se for motivada por interesses materiais de curto prazo (reciprocidade mais negativa).

Por isso a ênfase de Putnam na reciprocidade generalizada, como aquela que supõe expectativas mútuas e confiança nas relações (sistêmicas e pessoais) capazes de gerar capital social. Resumidamente, a noção de capital social relaciona-se a um conjunto de elementos de caráter qualitativo, tal como valores partilhados e a capacidade de agir sinergicamente na produção de redes que estimulem a confiança nas normas sociais e nas instituições, no sentido de criar ações voltadas para o interior de uma sociedade, capazes de reduzir as desigualdades, e para fora da sociedade, capazes de torná-la parte de um mundo cada vez mais articulado de forma mais justa na relação regional e mundial entre os povos (PUTNAM, 1996).

Nesse sentido o valor da confiança entre os indivíduos, via interação, possui uma centralidade fundamental porque torna possível a cooperação e a intensificação da reciprocidade permitindo a emergência de novos padrões de cultura política e senso cívico capazes de mobilizar a ação coletiva. Esta dinâmica cria elementos que melhoram a eficiência das instituições e constrói lastros mais duradouros para a democracia. Pode-se dizer que o conjunto desses elementos resulta na formação de um *ethos* que permeia o espírito da comunidade, sua cultura e seus modos de vida, fortalecendo-a por dentro e nas suas relações para fora.

No que diz respeito às experiências e práticas sociais ao longo dos processos históricos o espaço privilegiado da comunidade cívica comporta o adensamento das relações de troca e suscita transformações no campo da cultura política de cada sociedade já que ela é elaborada através das experiências dos indivíduos dentro de um conjunto de relações sociais propiciadas pela cultura, valores, expectativas herdadas e compartilhadas (THOMPSON, 1981). O conjunto das práticas sociais diversas informadas por ideologias e representações gera cultura política, sempre entendida como um processo de construção político e cultural, simultaneamente. O que Thompson privilegia é o conteúdo da experiência histórica e cultural afastando-se do determinismo econômico marxista.

Aproximando-se de Weber, ele enfatiza a relevância da cultura e dos processos históricos para a compreensão da realidade social e da cultura política indicando a relevância da subjetividade e da experiência para o entendimento da vida social. Cultura e experiência não são apenas pontos de junção entre estrutura e processo, mas são entendidos como o conjunto de vivências dos indivíduos dentro de uma cultura construída ao longo de

um processo histórico e relacionada à escolha e vontade destes indivíduos, num constante conflito de interesses. Sob esse enfoque, o homem é o construtor de sua própria história, envolvido com os valores de sua cultura e época, na edificação da realidade social. O homem não é um mero reflexo ou produto da estrutura, ele é considerado o próprio arquiteto dessa estrutura numa relação dialógica entre criador e criatura (THOMPSON, 1981).

A territorialidade de uma comunidade cívica, sempre se reporta a uma história, a “cargas pesadas” e “cargas sociológicas” como acasos, acontecimentos, jogos e estratégias de atores (BADIE, 1995). É impossível compreender o princípio da territorialidade sem relacioná-lo a uma história e memória coletiva que lhe deu vida e sentido (HALBWACHS, 2004). Assim concebido, o princípio da territorialidade pertence igualmente a um universo de sentido e, portanto, a uma cultura. Ele delimita o espaço de uma comunidade política que faz sentido sobre os processos, interesses e relações sociais.

Assim sendo, o território é sempre uma construção social, cujos reordenamentos sugerem sua relação com a ordem política e a ação. Ao contrário do que se tem afirmado o território não foi ultrapassado pelos avanços de uma mundialização que pretende, em seu bojo, unificar as regras, os valores e os objetos de toda a humanidade: “não se apagam os terreiros nem a sacralização da terra e da sua história, num momento em que, precisamente, a busca identitária retoma todo seu vigor” (BADIE, 1995). O território persiste, embora em crise, sendo reavaliado na sua diversidade e flexibilidade.

Buscando uma perspectiva mais integradora do espaço geográfico, o território não pode ser entendido sob uma visão estática de um espaço contínuo. Haesbaert (2006) enfatiza o aspecto temporal, dinâmico e em rede que o território também assume a partir de suas escalas. O caráter multiescalar e multidimensional dos processos de maneira nenhuma se restringem, por exemplo, a sua escala local, regional e nacional: esse caráter multiescalar dos processos está associado, antes de tudo, aos sujeitos que os promovem tais como um indivíduo, um grupo ou classe social, ou uma instituição.

A flexibilização do território ou do local em face dos novos processos tem-lhe imputado a capacidade inclusiva de adaptar-se aos modelos de troca modernos. As dinâmicas sociais determinam sua maior abrangência e capacidade de integrar novas experiências, em outras escalas para além do local. Segundo Masson (2006), ao se pensar em escalas em relação a processos sociais e ação coletiva tem-se a noção simplista, nas ciências sociais, da gradação das escalas (o local, o regional, o nacional e o chamado global) tomando-as enquanto compartimentos pré-determinados, fixos e vazios no qual

aqueles processos carecem de um papel real. Por isso, a noção de escala precisa ser entendida como uma propriedade espacial das relações sociais; “elas não só se estendem dentro do espaço; os diferentes processos econômicos e políticos que organizam as relações e a vida social se abrangem por diferentes (e variáveis) extensões do espaço” (2006, p.447). A difusão dessa abrangência, portanto, é sua escala.

Desse modo, pensar um território e suas escalas não significa pensá-los dentro de um vazio ou abstratamente, mas sempre como uma dimensão dos processos sociais. Assim, é possível pensar numa comunidade tendo em vista as relações e os processos à medida que eles são estendidos sobre extensões espaciais maiores – a ótica e a ênfase nesses atores e processos muda porque a escala (re)significa-se como a situação em foco na qual os limites espaciais são definidos para uma reivindicação, uma relação, uma atividade ou comportamento social específicos.

O desenvolvimento de escalas é organizado ativamente por agentes sociais que concebem a ação e sua definição. Assim, pensando em termos da ação coletiva os processos que se articulam aí são estendidos ou comprimidos no espaço à medida que esses processos permitam seu desdobramento. Quando esses atores participam de constituições sociais mais estendidas eles produzem construções discursivas qualitativamente diferentes que tentam tornar mútuas as reivindicações e identidades baseadas no lugar, resistentes ao tempo e colocando-as em uma escala mais alta (HAESBAERT, 2006). O acionamento desses espaços diferentes hoje remete às relações sociais construídas e facilitadas pelas redes, que não mais se limitam ao território-zona em sua fixidez.

A constituição de redes representa um nível mais elevado de organização, traduzindo numa articulação horizontalizada, capaz de romper com formas mais tradicionais de hierarquização. O local passou a constituir-se dentro do que se chamou de “terceira onda de democratização”, num espaço de experiências diferenciadas de gestão e atividade cidadã, ao mesmo tempo em que se buscam novas alternativas de representatividade baseadas na descentralização das decisões (TEIXEIRA, 2001).

Diante das transformações contemporâneas em que é professada a “crise” e o esgotamento da política, do Estado e da democracia, novas instituições e práticas se inserem num contexto de debate teórico e estudos empíricos sobre a reconfiguração da representação, sobretudo no âmbito de organizações da sociedade civil e de mecanismos institucionais de participação (LAVALLE & ARAÚJO, 2008). No mesmo sentido, a crise dos partidos políticos na América Latina e em boa parte do mundo democrático, levanta a proposição de que os cidadãos têm trocado formas mais antigas e tradicionais de

representação como partidos e sindicatos por ‘novos modelos’ como movimentos sociais, grupos informais de cidadãos e ONGs diversas (HOSCHSTLER & FRIEDMAN, 2008).

A partir de 1970 e 1980 a cultura política dos novos movimentos sociais da época foi responsável pelo surgimento de novos valores cujo significado consiste, em última análise, em inscrever as carências no campo dos direitos (DANIEL, 1988). As lutas por direitos foram amplamente apoiadas por recursos simbólicos e bandeiras portadas pelos participantes dos movimentos sociais. Estes últimos podem ou não se envolver com o poder político local, mas, na medida em que grupos organizados lutam por direitos a tendência é que haja o enfraquecimento dos padrões dominantes de clientelismo ou populismo traçados cotidianamente. Trata-se de um processo de construção coletiva de uma nova cidadania apoiada em direitos, um pressuposto da ação política e fundamento da legitimidade do poder. Sob esta questão, a Constituição de 1988 representou a consolidação do avanço democrático brasileiro vivenciado até aquele momento. Esta é a Constituição mais liberal e democrática que o país já teve, conhecida como Constituição Cidadã, sob a qual os direitos políticos adquiriram uma amplitude nunca vista antes, principalmente aqueles que se referem à participação do cidadão no governo da sociedade (capacidade de fazer demonstrações políticas, de se organizar, de organizar partidos, de votar, de ser votado, de participar de conselhos deliberativos em diversas instâncias) (CARVALHO, 2006).

A Constituição de 1988 representou um marco também acerca da relevância que o poder local passou a adquirir no país. A descentralização e desconcentração de poder, decorrentes, em parte, do enfraquecimento da capacidade do governo central de lidar com os problemas das unidades subnacionais, ocasionaram uma maior transferência de responsabilidades para a esfera dos municípios, onde participação de base e redes sociais ganham destaque e autonomia. O Artigo 29 da Constituição, que aborda a organização dos municípios, indica que estes devem adotar leis e medidas que viabilizem o acesso ampliado dos cidadãos no processo de produção de decisões públicas. Estas leis incorporam o seguinte princípio: “cooperação das associações representativas no planejamento municipal” e a possibilidade de “iniciativa popular de projetos de leis de interesse específico do município, da cidade ou de bairros (...)” (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1988)². Nesse sentido, muitos municípios passaram a adotar dispositivos que possibilitassem legalmente a participação de cidadãos e, ainda, conforme Abrucio &

² Brasil, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

Couto³ (1996), os dirigentes municipais percebem que “o município deve assumir que houve uma incorporação ativa de um novo ator social regulador dos processos políticos: a sociedade civil organizada [...]”. (1996, apud PINHO & SANTANA, 2001). A sociedade civil tem a ver com a presença de cidadãos agindo de forma coletiva em diversas áreas da vida cotidiana, cívica, religiosa, cultural, sindical, associativa, voluntária que se formalizam em movimentos sociais, igrejas, clubes, associações, ONGs, etc. e que ganham, assim, contornos concretos (PINTO, 2004).

Outras relações entre governo e sociedade são traçadas a partir de uma maior predisposição dos governos locais à recepção de uma cultura política de direitos: “abre-se espaço para um estilo de governo marcado pela democratização da informação, pela abertura de canais para a participação popular e pelo estímulo à auto-organização da população” (DANIEL, 1988, p.34). A expansão dos direitos de cidadania impulsionada pelo Estado resultou, por exemplo, na implementação de conselhos municipais (conselhos gestores de políticas públicas) e outras experiências (fóruns/plenárias vinculados a políticas setoriais, ao orçamento municipal e ao planejamento do desenvolvimento urbano) como novas modalidade de representação política inseridas mais diretamente na administração pública (LAVALLE & ARAÚJO, 2008).

José Murilo de Carvalho (2006) defende que essas experiências de colaboração entre sociedade e Estado partem de ambos os lados: do lado da sociedade surgem novas organizações que desenvolvem atividades de interesse público e que não são, necessariamente, contra o Estado, sinalizando a democratização do poder; do lado dos governos, principalmente na esfera municipal, as prefeituras têm experimentado formas alternativas de envolvimento com a população para a formulação e execução de políticas públicas. Para o autor essa aproximação não contém os vícios do paternalismo e do clientelismo porque mobiliza o cidadão e o faz no nível local, onde a participação sempre foi mais frágil, apesar de ser mais relevante.

Conforme Teixeira (2001), a partir do momento em que se constituem essas novas experiências de gestão participativa, através da criação de espaços públicos que descentralizam as decisões, é preciso indagar “(...) em que medida a sociedade civil local está estruturada para uma relação crítica e propositiva com o poder e em que tem contribuído para a resolução dos problemas das populações e o fortalecimento de uma cultura política mais participativa e democratizante” (TEIXEIRA, 2001, p. 62).

³ ABRUCIO, Fernando L. & COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel do Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**/ Revista Fundação Seade: São Paulo, v. 10, n. 3, Jul-Set/1996.

Nas últimas três décadas no Brasil há uma proliferação de organizações (com base no local e em redes de escala regional, nacional e até internacional), evidenciando o dinamismo da sociedade civil e a luta pela consolidação dos direitos (civis e políticos). A partir de então, há uma (re)significação dos governos e das culturas locais juntamente com o aprofundamento do processo de globalização; juntas influenciam alterações entre o público e privado e o fortalecimento, daí decorrente, de diversas organizações da sociedade civil (MOURA, 1997). Segundo Teixeira (2001):

Exercita-se assim uma outra lógica – a da solidariedade e busca de um consenso normativo em relação a questões básicas, tais como o meio ambiente, exclusão social, cooperação internacional, possibilitando-se o surgimento de novos tipos de participação, mais ampla, inclusive de conteúdo mais contestador, formando-se uma nova cultura política em que se valorizam a ação coletiva, a construção de identidades, a criação e efetivação de direitos, o enfrentamento dos problemas cotidianos. (p. 28)

Para Teixeira (2001) a noção de participação deve ser concebida como um processo de fortalecimento da sociedade civil mediante a atuação organizada de indivíduos, grupos e associações; ela se refere não apenas a mecanismos institucionais já disponíveis ou a serem criados, mas articula-se com outros mecanismos e canais que se legitimam pelo processo de ação social coletiva, como referido acima. A participação, não se opõe ao sistema político representativo, mas busca aperfeiçoá-lo e também complementá-lo (LAVALLE & ARAÚJO, 2008) na medida em que exige a responsabilização política e jurídica dos mandatários, o controle social, a transparência e democratização das decisões. A participação cidadã é:

(...) um processo social em construção hoje, com demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicados nos gabinetes do poder, articulando-se com reivindicações coletivas e gerais, combinando o uso de mecanismos institucionais com sociais, inventados no cotidiano das lutas, e superando a já clássica dicotomia entre representação e participação. (TEIXEIRA, 2001, p. 32-33)

Boaventura Souza Santos (1995) defende que a democracia representativa é uma positividade e como tal também deve ser apropriada pelo campo da emancipação. Segundo o teórico a renovação da teoria democrática assenta-se na formulação de critérios

democráticos de participação política que não confinem esta ao simples ato de votar, isto implica uma articulação entre democracia representativa e participativa.

Finalmente, entende-se que a participação e a representatividade de organizações articuladas a iniciativas governamentais bem sucedidas desafiam o legado de relações sociais hierárquicas e clientelísticas que podem perpassar o processo de construção da nação e modernização no Brasil. Estas novas posturas tendem a delinear novas culturas políticas e renovar o repertório de práticas políticas e, com isto, a possibilidade de aprofundamento e expansão do campo das práticas democráticas.

CAPÍTULO 2

Repensando a memória social

Como uma sociedade qualquer que seja poderia existir, subsistir, tomar consciência dela mesma se não abraçasse, num olhar, um conjunto de acontecimentos presentes e passados, se não tivesse a faculdade de percorrer o curso do tempo e repassar incessantemente traços que deixou de si mesma? (HALBWACHS, 2004)

2.1 Sociedade e memória coletiva

A presente dissertação tem como objetivo delinear uma análise sobre valores de cultura política e formas de participação na dinâmica democrática brasileira contemporânea focando nos atores de duas cidades do Recôncavo baiano – Cachoeira e São Félix. Entende-se que a cultura política se conforma através de crenças, normas e tradições partilhadas por membros de uma mesma sociedade e que dão significado à vida coletiva, como algo vivo e atuante (BOBBIO, 1986; GOHN, 2002; ALMOND & VERBA, 1963). Ao mesmo tempo, a cultura política é estruturada ao longo da trajetória do grupo e se esboça sobre um imaginário coletivo permeado de identidade social. Por isso, todo trabalho que tenha por objetivo o entendimento dos valores próprios de uma sociedade ou grupo remete à compreensão de sua memória social, entendida não como algo estático ou parte de um passado longínquo, mas como algo presente e vivo na coletividade. Nesse sentido, a noção de memória social reporta a valores de identidade, a solidariedades e modos de ação formados no tempo e espaço e vivenciados continuamente.

Herdeiro da sociologia francesa e prolongador dos estudos de Durkheim, Maurice Halbwachs (2004) teoriza a memória coletiva sob o ponto de vista da precedência do fato social e do sistema social sobre os fenômenos de ordem psicológica. Segundo o autor, a memória coletiva é algo externo ao indivíduo, e, portanto, diferente da memória individual. No entanto, ambas estão imbricadas e se interpenetram frequentemente, de sorte que toda a

memória de um indivíduo se apóia na memória coletiva, desloca-se e confunde-se com ela para confirmar suas lembranças.

Dialogando com Bergson, Halbwachs contesta sua concepção pela qual a memória em si mesma é compreendida enquanto subjetividade livre e conservação espiritual do passado, sem que lhe parecesse pertinente a intervenção de condicionantes sociais e culturais. Segundo esse argumento a memória corresponde a uma força espiritual prévia que se opõe à substância material (a exterioridade), seu limite e obstáculo (BOSI, 1979). Halbwachs, por sua vez, não se lança a analisar a memória segundo um conteúdo subjetivo, mas visa a compreendê-la através de seus quadros sociais. Assim, a memória de um indivíduo depende, sobretudo, de seu relacionamento com a família, com sua classe social, escola, igreja, profissão, ou seja, com os grupos de convívio e de referência peculiares a ele - o universo das instituições formadoras do sujeito.

Afastando-se da concepção bergsoniana de que o espírito conserva em si o passado em sua completude e autonomia, Halbwachs quer enfatizar a iniciativa que a vida presente de um sujeito toma ao desencadear o curso da memória. Se lembramos é porque os outros e a situação presente nos faz lembrar: “o maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, amigos ou outros homens, no-lo provocam” (HALBWACHS, 2004).

Para Halbwachs o caráter livre e espontâneo da memória é excepcional. “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1979, p 17). Nesse sentido, conforme Bosi, é que se põe em questão a sobrevivência do passado tal como ele foi e como se daria no interior de cada sujeito.

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1979, p 17).

Sob este aspecto é que Halbwachs pretende articular a memória do indivíduo à memória do grupo e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade. É preciso, no entanto, elaborar a distinção entre história e memória coletiva. Se o meio social passado não sobrevivesse para nós a não ser em anotações

históricas, se a memória coletiva, mais geralmente, não contivesse senão datas e definições ou lembranças arbitrárias de acontecimentos, ela nos ficaria ainda mais exterior. Cabe, portanto, afastar a concepção estreita segundo a qual a memória coletiva corresponde a uma série de datas ou fatos históricos, pois, sendo assim ela não desempenharia senão um papel bem secundário na fixação de nossas lembranças (HALBAWACHS, 2004).

Ademais, não é uma história apreendida que nos interessa aqui, é preciso ater que é na história vivida que se apóia nossa memória social. “Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto” (HALBAWACHS, 2004, p.64). A memória coletiva diferencia-se da história no sentido de que retém lembranças que subsistem como aquilo que permanece vivo para um grupo e que, portanto, não precisa ser fixado segundo os moldes da história. A história começa apenas quando essas lembranças e tradições enfraquecem e se apagam e surge a necessidade de registrá-las por escrito como conteúdo de uma história específica. Assim, a história geralmente começa somente no ponto onde acaba a tradição, no momento em que se apaga ou se decompõe a memória social, ou seja, enquanto uma lembrança subsiste é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la pura e simplesmente.

Pelo menos em dois aspectos a memória coletiva se distingue da história, conforme Halbwachs. Primeiro porque a memória coletiva é “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (2004, p.86). Por isso é capaz de imprimir valores que compõem o imaginário de um grupo no presente, dando-lhe uma idéia sobre sua identidade e reconhecimento em relação aos outros (TAYLOR, 1994) a partir da referência ao que subsiste de um passado compartilhado. Este é um ponto importante para entender como a memória coletiva se configura enquanto uma esfera atual de valores e crenças partilhadas por um grupo e ajuda na compreensão de sua cultura política e valores de reconhecimento em diversas escalas que são temas do presente trabalho.

A história, por sua vez, traz a impressão de que a cada período tudo é renovado, sejam interesses em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições e perspectivas para o futuro. Enquanto a memória coletiva se desenvolve continuamente, não havendo linhas de separação nitidamente traçadas, mas somente limites irregulares e incertos. Nesse caso, o presente (entendido como se

estendendo por certa duração, aquela que interessa à sociedade de hoje) não se opõe ao passado, considerando-se dois períodos históricos vizinhos. Porque o passado não mais existe no que se refere à memória social, enquanto que, para a história, os dois períodos têm realidade própria, tanto um quanto o outro. A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, isto é, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta.

Conforme o autor, o segundo aspecto dessa diferenciação é que existem diversas memórias coletivas tantas quanto forem os grupos sociais, enquanto a história tem um caráter mais universal, da qual as diversas histórias parciais afluem. Sendo assim, não existe uma memória social universal, pois cada memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no espaço e no tempo. A história se interessa, especialmente pelas diferenças quanto à disposição dos acontecimentos e fazendo a abstração das semelhanças, enquanto estas últimas são a condição essencial para que exista a memória social. Apenas nos lembramos dos fatos que tenham por traço comum pertencer a uma mesma consciência – aquela do grupo do qual fazemos parte. Assim, no que se refere ao conteúdo da memória coletiva, percebemos que são as similitudes que se encontram em primeiro plano:

O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. A história, já o dissemos, deixa perecer esses intervalos onde nada acontece aparentemente, onde a vida se limita a repetir-se, sob formas um pouco diferentes, mas sem alteração essencial, sem ruptura, nem revoluções. Mas o grupo que vive originariamente e, sobretudo para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substância de seu pensamento. É então o tempo decorrido no curso do qual nada o modificou profundamente que ocupa maior espaço em sua memória (HALBWACHS, 2004, p. 92).

Segundo o autor, a história examina os grupos de fora e abrange uma duração bastante longa, abarcando o encadeamento das transformações e seus resultados, enquanto a memória coletiva, por outro lado, é o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é frequentemente, bem inferior. Sobre a memória coletiva Halbwachs ressalta que:

Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou

contatos do grupo com os outros (...). As mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes, já que parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo (HALBWACHS, 2004, p. 93).

Destarte, não é paradoxal, no campo da memória coletiva, que se pretenda conservar o passado dentro do presente, ou introduzir o presente no passado porque, ao agir assim, o grupo penetra em si mesmo e toma consciência de si. O essencial é que os traços pelos quais o grupo se diferencia dos demais subsistam e que estejam assinalados por todo seu conteúdo, embora a imagem que o grupo faz de si mesmo possa transformar-se lentamente.

A presente concepção de memória coletiva ou social se faz necessária porque se relaciona à produção da identidade do grupo, aos laços de pertencimento e solidariedade que se configuram a partir de um passado compartilhado, que constituem elementos fundamentais para o tema em estudo. Ela é importante, nesse sentido, para compreender determinados valores sociais elaborados a partir de experiências vivenciadas e reconhecidas por uma coletividade que reforçam o entendimento acerca da constituição da cultura política, de caráter mais particular e ao mesmo tempo geral, de sociedades diversas.

2.2 Repensando a memória: valores e criatividade social

Para acrescentar ao debate acerca do papel da memória e sua importância na elaboração de valores sociais, recupero a análise crítica de José Maurício Domingues (1999) em sua releitura sobre as noções de memória e criatividade social. Ambas as categorias têm um papel importante nas ciências sociais, embora, segundo Domingues, sua relevância tenha sido reconhecida apenas recentemente. Dentro do debate candente das ciências sociais marcado pelas dicotomias entre indivíduo e sociedade, ação e estrutura, sistema e processo, Domingues se posiciona entre os autores que compartilham o esforço de superá-las através de um movimento de síntese, que evite a unilateralidade própria das abordagens puramente acionalistas ou puramente funcionalistas. Assim, propõe contribuir

para a construção de uma teoria compreensiva da memória social e da criatividade como noções estritamente ligadas.

A memória social parece uma categoria mal esclarecida e fonte de imprecisões. Ela tem sido frequentemente entendida como uma questão social e coletiva, enquanto a criatividade costuma estar associada a uma propriedade ou realização individual. Alguns autores associam o caráter social da memória resgatando a noção de consciência coletiva de Durkheim, tal como a análise de Halbwachs (2004) trazida acima, que a entende como as condições e circunstâncias sociais definidas que atuam enquanto fonte de pensamentos e sentimentos individuais. Domingues redimensiona sua crítica à ênfase dada ao aspecto coletivo da memória e da criatividade para resgatar o papel dos sujeitos e visar uma articulação mais sintética entre essas duas categorias. Desse modo, propõe uma teoria sobre a memória social como categoria responsável pela estruturação das relações sociais e, para isso, persegue a construção de um conceito de criatividade social que possibilite pensar o cotidiano e a história como processos em aberto, os quais, portanto encontram-se sujeitos à influência individual e coletiva: trata-se de investigar os mecanismos por intermédio dos quais a realidade social se transforma.

De um lado oposto, e também simplificarmente, conforme Domingues, alguns teóricos localizam a criatividade no inconsciente humano. Segundo ele, a concepção individualista faz com que o ator não estabeleça a conexão entre a imaginação e a criatividade social e os fenômenos coletivos, que não podem ser encarados simplesmente como um desenvolvimento imediato da imaginação individual. Os individualistas metodológicos, de acordo com o autor, tendem frequentemente a reduzir a explicação da vida social à ação dos atores individuais e enfatizar a intencionalidade dessa ação na constituição da sociedade para postular, também, a idéia de consequências não intencionais da ação. Para Domingues essa última representaria a única forma que eles lançariam para explicar a criatividade como um processo social, embora ainda persista a dificuldade de compreender a emergência desses fenômenos supra-individuais.

Para evitar a polarização simplista entre ator e estrutura através das concepções individualistas ou coletivistas da vida social, Domingues reintroduz os conceitos de interação e dialética, porque entende-se, mais uma vez, a intenção do autor em buscar uma articulação entre as duas dimensões - ação e estrutura. A dialética no sentido marxista suscita o condicionamento mútuo do sujeito e do objeto e se resume como alternativa às concepções individualistas da sociedade. O sentido da interação, por sua vez, vai surgir nos estudos interpretativos dos pragmatistas norte-americanos (Mead, Blumer etc.), que

apontam a construção do significado na interação como o meio a partir da qual a vida social se reproduz e se transforma. Assim como Habermas que enfatiza em sua teoria crítica a interação dialógica como fonte da emergência de novas normas nos “mundos da vida” diversos da modernidade.

Domingues reafirma a importância crucial da dialética e da interação para a estruturação de uma teoria da memória social e da criatividade, tendo em vista que é no tecido interativo e multifacetado da vida social que os indivíduos alcançam um impacto dialético e recíproco uns sobre os outros – a reflexividade. A reflexividade humana informa sobre a nossa capacidade de permanentemente tecer uma dimensão simbólica, monitorar e (re)significar nossas relações com os mundos social e natural, reconstruindo, inclusive, nossas identidades individuais e coletivas nos processos interativos. O autor defende a “perspectiva de que a memória social é *elaborada* e a criatividade social *exercida* por meio da interação de subjetividades coletivas variavelmente descentradas – incluindo redes de amizade, famílias, organizações, movimentos sociais, nações, civilizações, e daí por diante” (1999, p.36). Aqui, percebe-se a importância atribuída ao conceito-chave de Domingues - a subjetividade coletiva - que guarda sua intenção subjacente de encontrar um elemento que sintetize dialeticamente os dois pólos dicotômicos de ação e estrutura, como abordados acima.

Para Domingues, subjetividade coletiva pode incluir diversas formas de agrupamentos sociais, que variam segundo o nível ou grau de centramento. Os agrupamentos com menor nível de centramento são as redes, seguidas pelas categorias (classes sociais, gêneros, raças ou grupos étnicos), grupos (comunidade de vizinhança e família), encontros, movimentos sociais, organizações e, finalmente, as sociedades. Subjetividade coletiva aparece, portanto, como uma categoria suficientemente abrangente para incluir coletividades de natureza bastante diferentes como, por exemplo, movimento social, organização ou sociedade.

O autor defende a noção de que os sistemas sociais são redes de indivíduos e subcoletividades em interação, possuindo uma propriedade específica – a causalidade coletiva – que dota os indivíduos da capacidade de exercer impacto uns sobre os outros. Essa idéia permite que se introduza maior fluidez ao conceito de memória social, acentuando, por outro lado, o caráter social da criatividade. Busca esclarecer ainda que:

(...) a dinâmica da constituição do imaginário social, das relações sociais e dos meios que intervêm nas relações da humanidade com a natureza depende das opções (deliberadas ou não) das coletividades sociais (que podem reconhecer-se como tais ou não) e das relações que elas dialeticamente tecem no curso de sua interação (1999, p.36).

É este resgate que enseja a constituição de uma sociologia cultural na ótica de Domingues e que permite o entendimento dos sistemas sociais em estreita conexão com o conceito de subjetividade coletiva, numa tentativa clara de escapar das dificuldades dos estruturalismos e teoria dos sistemas, sem cair por outro lado, nas limitações do individualismo.

A memória social possui em si mesma um caráter multifacetado. Ela é responsável pela estruturação dos sistemas sociais, como mencionado anteriormente, isto é, pelo estabelecimento e manutenção de padrões interativos e institucionais, e é também subjacente a operações técnicas e científicas. Para Domingues, a memória social:

(...) inclui reminiscências, atitudes e sentimentos, regras sociais e normas, padrões cognitivos, o conhecimento científico e tecnológico e assume formas ideais e materiais que se encontram concretamente imbricadas e só podem ser separadas analiticamente. A memória social provê os padrões para a estruturação do “imaginário social”, isto é, para a dimensão expressiva, cognitiva e normativa da vida social, o desenvolvimento das relações sociais e o intercâmbio material dos sistemas sociais com a natureza. Ela fornece também os padrões para a estruturação de sua dimensão espaço-temporal, sua configuração (coesão mais demarcação) e seus ritmos (de reprodução e mudança). A *recursividade* da vida social depende dela (DOMINGUES, 1999, p.36).

Em decorrência, a memória deve sempre ser entendida como uma construção. Ela não é uma cópia da realidade, ela encontra suporte na mente humana, na percepção e nos sentimentos organizados linguisticamente ou através de imagens e mecanismos de lembrança. Embora em parte individual e subjetiva, a memória sempre é mediada socialmente. Ela mantém-se, sobretudo, mediante três formas principais. Inicialmente, através do corpo humano que é o centro da memória individual e coletiva, das maneiras e do comportamento. Em segundo lugar, pelos instrumentos que, por sua vez, são os suportes materiais da memória e definem-se como o centro onde o conhecimento científico e técnico da espécie tem sido armazenado. Como enfatizou Marx, eles representam a

objetivação da subjetividade humana em seu intercâmbio com a natureza: “instrumentos e máquinas constituem a materialização mais comum da memória instrumental”.

Por fim, a memória social se sustenta através dos objetos culturais sob os quais as normas e regras, os valores e os instrumentos cognitivos são armazenados. Os livros, por exemplo, são parte desses elementos principalmente pela capacidade de transcendência social do conhecimento que eles permitem, antes limitada pela linguagem e pela memória oral. Peças artísticas, obras arquitetônicas e museus são outros elementos simbólicos importantes na configuração da memória em termos materiais-imateriais de uma sociedade.

Uma ênfase especial deve ser dirigida às normas e regras em seu aspecto prático-cognitivo porque se constituem como instituições que produzem a continuidade da vida cotidiana e garantem a reprodução dos grandes sistemas sociais, a partir do momento em que essa moralidade é internalizada (instrumental ou moralmente) pelos sujeitos. No campo da interação entre as subjetividades individuais e coletivas, são essas normas e regras de conduta que demarcam a orientação do comportamento humano (DURKHEIM, 1978). Aí se inclui o papel da linguagem, no sentido de transmissão destes preceitos numa dada coletividade. No entanto, a memória social deve ser entendida aqui como um âmbito mais universal e vasto que aquele determinado exclusivamente pela linguagem. Apesar de necessariamente requerer algum tipo de articulação explícita para ser transmitida, a memória não pressupõe de maneira indispensável a fala ou a linguagem em geral - ela não demanda a linguagem para ser internalizada.

Embora a linguagem tenha adquirido um caráter mais coletivista – como algo tecido e compartilhado interativamente – entende-se que a memória deve ser observada como um campo mais amplo, no qual a linguagem tem por vezes um pequeno papel a cumprir. Nem sempre a memória é passível de materializar-se em discursos.

Memória e criatividade encontram-se em uma permanente dialética, que permite sempre a transformação da primeira, sobre a qual, em compensação, a segunda continuamente se apóia. Se a criatividade nunca se exerce no vazio, não cabe supor que a memória se faça absoluta e possa prescindir, a qualquer tempo, da reflexividade (DOMINGUES, 1999, p. 45).

Sob essa perspectiva pretende-se enfatizar a reflexividade no entendimento da memória e da criatividade na construção da vida social enquanto um processo interativo

entre atores individuais e subjetividades coletivas. Para Domingues (1999) os sistemas sociais, com diferentes níveis de centramento, se encontram em interação uns com os outros e a memória social delinea-se com os indivíduos compartilhando-a mais ou menos completa e intensamente e é nesse momento que as inovações podem emergir. As consequências não intencionais da ação, sob este aspecto, se constituem como mecanismo essencial para o surgimento das inovações, porque elas introduzem elementos mais indeterminados na vida social, o que, no plano das memórias e identidades, é bastante relevante. “Transformando criativamente a interpretação do presente e do passado, a reflexividade pode propor novos horizontes para o futuro” (p.64). Com essa idéia o autor visa a explicitar que não há algo pré-existente do qual os indivíduos ou coletividades devam se apropriar moral ou cognitivamente. Os processos de “aprendizado coletivo” estão articulados com os processos de aprendizado individual, em interação mútua dentro das subjetividades produzindo as inovações coletivas.

2.3 Memória social e criatividade: a reorganização da experiência vivida e do presente

O dado de que a vida social deve ser encarada como uma rede de interações micro e macro, entre indivíduos e coletividades e, portanto, reflexivas, é um ponto central para a análise. Supõe-se, então, que as inovações e sua difusão dependem da constituição das coordenadas espaço-temporais da vida social, ao mesmo tempo em que as moldam.

As linhas espaço-tempo da ação dos indivíduos e do movimento das coletividades distribuem-se, no que se refere à memória e à criatividade sociais, de acordo com centros de depósito de memórias, e por vezes de resistência à mudança, e centros de inovação, que por sua vez se difundem desigualmente em direções distintas e em ritmos diferentes. (DOMINGUES, 1999, p.65)

Destarte, a história dos nossos antecessores e mesmo os contemporâneos também se constitui em grandes subjetividades coletivas na medida em que oferecem o espelho que permite o entendimento de nossa identidade pessoal e das identidades e convergências

entre as coletividades das quais somos membros reflexivos. O ritmo das mudanças, os questionamentos da validade das tradições podem possibilitar também que se ponha em perspectiva ou em contradição a validade das memórias e identidades compartilhadas. A eleição de certo número de lembranças e crenças e o esquecimento de outras nos permitem informar que “recombinações e rearticulações de imagens, idéias e práticas devem ser vistas como formas relevantes por intermédio das quais a inovação surge na vida social” (DOMINGUES, 1999, p. 66). As condições sociais não podem ser tomadas como estruturas fixas: o presente é continuamente questionado como única possibilidade histórica, atribuindo-se ao futuro certo grau de indeterminação. A vida social não é estática e nem completamente fluida, devendo ser entendida sob o ponto de vista da reflexividade entre a ação individual e o movimento das subjetividades coletivas. Do mesmo modo, a visão acerca da história deve ater-se às resistências à mudança em certos casos, e aos mecanismos que produzem transformações, em outros.

Tradição e cultura popular se reforçam através da manutenção, do reforço ou do ressurgimento de elementos culturais esquecidos ou apagados da memória coletiva e, ao mesmo tempo, sofrem influências de processos complexos no qual elementos tradicionais (locais) entrelaçam-se a elementos transversais (de outras escalas) e se reconfiguram: o contato com estruturas ou práticas discretas que existem de forma separada pode combinar-se e gerar novas estruturas, objetos e práticas (CANCLINI, 2000). É nesse sentido que este trabalho considera a importância das escalas e dos processos modernos de trocas em termos de cultura política, valores e criatividade que se estruturam a partir da atuação dos agentes sociais das cidades em foco, sem desconsiderar a importância da matéria que conforma suas identidades com base na memória coletiva.

Conforme Marshall Sahlins (1997) a postura estruturalista tende a ignorar essa heterogeneidade e instabilidade das sociedades e/ou grupos, o que teria instaurado uma dicotomia entre história (mudança) e estrutura (estabilidade) nas ciências sociais. O autor defende que estrutura e história não são alternativas excludentes entre si. Sahlins também se contrapõe à perspectiva mecânico-estruturalista de estudo das sociedades e enfatiza as contingências sob o ponto de vista do entrelaçamento entre história e cultura, e entre estrutura e mudanças. Para ele, a cultura é, por sua própria natureza, um objeto histórico. Afirma que “todo uso efetivo das idéias culturais é em parte reprodução das mesmas, mas qualquer uma dessas referências também é, em parte, uma diferença (...). As coisas sempre preservam alguma identidade através das mudanças ou então o mundo cairia em desordem.” Resgatando Saussure, o autor ainda ressalta a idéia de que “aquilo que

predomina em toda mudança é a persistência da substância antiga: a desconsideração que se tem pelo passado é apenas relativa. É por essa razão que o princípio da mudança se baseia no princípio da continuidade” (SAUSSURE⁴, 1959 Apud SAHLINS, 1997).

O conteúdo da memória social para Sahlins comporta objetos culturais (como tratado acima) e a ação simbólica dos indivíduos em determinado contexto. A ação simbólica é um composto duplo, pois se constitui de um “passado inescapável” e de um “presente irreduzível”. Um passado inescapável porque os conceitos pelos quais a experiência é organizada e comunicada procedem de um esquema cultural preexistente; um presente irreduzível porque se refere à singularidade do mundo em cada ação.

A diferença reside na irreduzibilidade dos atores específicos e de seus conceitos empíricos que nunca são precisamente iguais a outros atores ou a outras situações – nunca é possível entrar no mesmo rio duas vezes. As pessoas, enquanto responsáveis por suas próprias ações, realmente se tornam atores de seus próprios conceitos, isto é, tomam a responsabilidade pelo que sua própria cultura possa ter feito com elas. Porque, se sempre há um passado no presente, um sistema *a priori* de interpretação, há também ‘uma vida que deseja a si mesma’ (SAHLINS, 1997, p. 189).

Esses argumentos completam o sentido de que o passado é sempre uma construção e interpretação constante e reflexiva, articulado à ação social (DOMINGUES 1999; SAHLINS, 1997), para desmistificar os estudos puramente estruturalistas sob os quais o estudo das sociedades se pauta sobre a ênfase na morfologia social, enquanto as variações individuais deveriam ser negligenciadas em favor de certa regularidade estrutural. Segundo Van Velsen (1987) este tipo de análise não considera o fato de que os indivíduos continuamente se defrontam com escolhas entre padrões alternativos de comportamento, além daqueles fixados por seu *status*. Assim, a crítica direcionada a esta ênfase quanto à uniformidade na análise estrutural deve-se ao fato de que:

(...) a cultura não é meramente um sistema de convicções e práticas formais. É essencialmente formada por relações individuais a um padrão tradicionalmente determinado e por variações deste padrão; e realmente nenhuma cultura jamais poderá ser entendida se atenção especial não for dedicada a esta variação de manifestações individuais (VELSEN, 1987).

⁴ SAUSSURE, F. *Course in general linguistics*. New York : Mc Graw-Hill, 1959.

Isto quer dizer que as normas e regras gerais de conduta em determinada sociedade são sempre traduzidas em prática, sendo estas, em última instância, manipuladas pelos indivíduos em situações específicas para servirem a fins específicos e dar margem às variações. Este argumento se aproxima da noção de *habitus* de Bourdieu (1989), que funciona como uma ‘estrutura estruturada e estruturante’ na vida prática cotidiana. Nesse caso, as estruturas também podem ser produzidas improvisadamente e levar em consideração a capacidade criativa e ativa dos agentes sociais através de pequenos desvios de padrões correntemente aceitos que podem levar a algum tipo de mudança social. Para ele, a prática não é simplesmente execução, mas ela comporta uma capacidade ativa, inventiva e criadora. Essa construção conceitual de Bourdieu tenta romper com a polarização entre ator e estrutura para retomar o caráter reinventivo da própria história: ela é sempre incorporada e recriada pelos indivíduos no presente.

Produto da história, o *habitus* produz práticas individuais e coletivas, logo, história, conforme os esquemas engendrados pela história; ele assegura a presença ativa de experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e ação, tendem, mais seguramente que todas as regras formais e todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância através do tempo (BOURDIEU, 1980⁵ Apud GODOI, 1999).

A vida cotidiana pode ser entendida, destarte, como um universo vasto de significação, uma ampla textura de sentidos que se origina e se institui por nossas ações e pelas ações de nossos semelhantes (contemporâneos e antepassados), como já abordado anteriormente. Sendo assim, as experiências funcionam dentro de um horizonte ao mesmo tempo de familiaridade, como um acervo que nos é inquestionável (ainda que questionável a qualquer momento), mas também marcado pelo novo que surge como diferente. É sob estas idéias que Sahlins trata o ‘evento’, como um importante elemento responsável por colocar as estruturas sociais em risco constante.

Para o autor “todo evento é um acontecimento de significância e enquanto significância é dependente na estrutura por sua existência e por seu efeito” (SAHLINS, 1997, p.191). Isto é, todo acontecimento eventual depende de um sistema simbólico pelo qual é interpretado e apreendido por determinado grupo. O propósito de Sahlins é

⁵ BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Ed. Minuit, 1980.

introduzir uma percepção não linear acerca de como uma sociedade se desestrutura e se reestrutura e, assim, como os indivíduos repensam seu passado e suas ações sob outra ótica. Para ele a cultura funciona sempre como uma síntese entre estabilidade e mudança, entre passado e presente, diacronia e sincronia. “Toda mudança prática também é uma reprodução cultural” e toda ela envolve alteração na referência prática, pois os significados culturais são sempre reavaliados na prática:

As categorias tradicionais, quando levadas a agir sobre um mundo que é por si mesmo potencialmente refratário são transformadas. Pois, assim como o mundo pode escapar facilmente dos esquemas interpretativos de um dado grupo humano, nada pode garantir que sujeitos inteligentes e motivados, com interesses e biografias sociais diversas, utilizarão as categorias existentes das maneiras prescritas (SAHLINS, 1997, p.181-82).

Portanto, não há oposição excludente entre estabilidade e mudança, pois o uso das idéias culturais é sempre, em parte, uma reprodução das mesmas, assim como qualquer mudança se baseia no princípio da continuidade, ou seja, em algo da substância antiga. As pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos a partir das compreensões preexistentes da ordem cultural; para Sahlins a cultura é historicamente alterada na ação através do modo como os indivíduos criativamente repensam seus esquemas convencionais. Desse modo, o que se chama estrutura, enquanto relações simbólicas de ordem cultural, não deixa de ser um objeto histórico.

Domingues (1999) e Sahlins (1997) compartilham a idéia de que a memória social ou coletiva é criadora de solidariedade, produtora de identidade e portadora de imaginário social, e que, ao mesmo tempo, erige regras de pertencimento e exclusão que delimitam fronteiras sociais de grupos porque também se relaciona com a elaboração de normas que orientam nosso comportamento (HALBWACHS, 2004). Sociedades e grupos se definem não apenas por um espaço em comum, mas também historicamente. Toda memória social ou coletiva, por sua vez, é recriada segundo o universo simbólico dos sujeitos e as condições sociais nas quais os indivíduos estão imersos no presente.

Pode-se dizer que o passado é sempre uma construção e interpretação constante e tem um futuro que também é parte integrante e significativa da história. Os autores que discutem a memória social consideram que as versões do passado funcionam como

instrumentos fundamentais de definição da realidade atual e das perspectivas futuras, e que o contrário, isto é, as perspectivas de mudanças futuras também podem redefinir versões do passado de forma a tê-las, até mesmo, como instrumentos de ação. É isso que dá o tom do caráter singular da democracia: de como é culturalmente percebida, de como organiza princípios e ações a partir da memória social dos atores e de como toda democracia comporta algo que é universal e algo que transcende a história particular da comunidade onde se institui.

A capacidade ativa dos atores sociais e os desvios de padrões socialmente aceitos (BOURDIEU, 1980), o ‘evento’ (SAHLINS, 1997) e a reconstrução de nossas identidades individuais e coletivas nos processos interativos (DOMINGUES, 1999), por si mesmos são responsáveis pela produção e reprodução da vida social em seu sentido histórico, recursivo e criativo. Destarte, os traços mais significativos dessas interpretações da memória coletiva enfatizam o seu papel na organização ativa das experiências vividas e na estruturação das relações sociais. Por isso, é um arcabouço importante para o presente estudo no que se refere à compreensão de práticas e valores associadas à cultura política; ao entendimento das trocas e criatividade social a partir da ação de atores em escalas diversas e sob contextos de mudanças e/ou permanências.

CAPÍTULO 3

Descrição sócio-histórica do contexto em estudo: Cachoeira e São Félix

3.1 Resgatando um passado ilustre: o papel do Recôncavo na formação da sociedade baiana

O presente capítulo traz uma breve descrição sócio-histórica do Recôncavo baiano, do qual Cachoeira e São Félix se destacam como patrimônio histórico na composição do cenário em que se desenvolveu a sociedade baiana como um todo. Esboça o papel econômico que as duas cidades obtiveram no desenvolvimento do estado da Bahia, evidenciando os fatores geográficos e a participação nas escalas de interação na região e no país. Traz, em seguida, os principais eventos históricos que marcaram a identidade local e a inserção da região em importantes episódios políticos que determinaram os rumos da história do país. Por fim, elaborou-se, sucintamente, uma análise dos períodos de decadência e a posterior redefinição do papel do Recôncavo na Bahia e no país.

O Recôncavo baiano foi a região que imprimiu a tônica do processo de desenvolvimento da Bahia desde o início da colonização do Brasil. A localização geográfica associada a um projeto de desenvolvimento econômico articulado para atender ao sistema de colonização - produzindo uma ligação entre Salvador, o Recôncavo e os sertões - permitiu ali a formação de uma sociedade diversificada e inserida em circuitos econômicos mais amplos.

O Recôncavo consagrou-se, inicialmente, como uma região essencialmente agrícola; sua produção abastecia tanto o mercado dos sertões e da capital, Salvador, como também o mercado exterior (MOREIRA, 2002). Cachoeira e São Félix destacaram-se nesse contexto como pontos cruciais para o desenvolvimento agrícola, comercial e industrial baianos até meados do século XX, quando, então, formavam um conjunto sócio-econômico complexo, centrado na produção e exportação de açúcar e tabaco, além de uma variedade de outras atividades (BRANDÃO, 1998).

Denomina-se recôncavo uma região geográfica que é “fundo de baía”, isto é, na Bahia a região compõe todo o território banhado pelas águas da Baía de Todos os Santos. “Chama-se Recôncavo a região que circunda a Baía de Todos os Santos, formando o grande anfiteatro no qual, há mais de quatrocentos anos, se vem desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil, que ali teve o seu começo (...)” (PINTO, apud BRANDÃO, 1998).

É importante ressaltar que o Recôncavo baiano é formado por sub-regiões definidas a partir dos tipos de produção agrícola e das relações comerciais estabelecidas. Desta forma a região não pode ser entendida como um todo homogêneo, sendo possível identificar o Recôncavo canavieiro, o Recôncavo fumageiro, o Recôncavo mandioqueiro e de economia de subsistência, o Recôncavo da pesca e o Recôncavo ceramista, cada qual com estrutura e organização social própria derivada do tipo de atividade econômica que lhe define.

No início do século XVI iniciam-se as primeiras expedições portuguesas para o reconhecimento da costa brasileira. A Baía de Todos os Santos foi assim batizada pelo português Gonçalo Coelho e o italiano Américo Vespúcio em 1501, os primeiros navegadores a cruzar esta faixa litorânea da Bahia. Segundo Araújo (2000), entre 1501 e 1549 as águas desta baía já eram o principal refúgio da navegação européia embora as terras ainda pertencessem aos nativos, como atestam as notícias da feitoria livre e cosmopolita de Diogo Álvares, o famoso Caramuru, e sua esposa tupinambá, Paraguaçu, composta por índios, franceses e poucos portugueses salvos de naufrágios ou aqui abandonados. Várias expedições se seguiram e visavam a organizar a posse do território; somente em 1511 é que os portugueses conseguiram chegar ao último ponto navegável do rio Paraguaçu, exatamente onde hoje se encontram Cachoeira e São Félix.

A intervenção do governo português no território devia-se à necessidade de assegurar o domínio sobre as terras do Brasil, uma estratégia que visava à formação de uma sociedade e uma economia capazes de, ao mesmo tempo, integrarem-se ao império marítimo português e expandir-se para o interior das terras americanas. Nesse sentido, alguns elementos importantes nortearam a posse portuguesa, entre eles: a) a construção de uma cidade fortaleza instalada na entrada da baía, sede administrativa, posto militar e porto ligado às rotas atlânticas portuguesas; b) uma rede de engenhos fortificados implantados em todo o Recôncavo da baía, interligados por via aquática à cidade; c) um sistema de navegação interior capaz de interligar cada engenho ao centro do sistema e, d) a conexão

com um sistema de rotas de navegação transcontinental, através de um porto bem situado na borda ocidental do Atlântico (ARAÚJO, 2000).

Depois de concluída a construção da cidade de Salvador por Tomé de Souza em 1549, que deveria nascer como cidade e como capital da América Portuguesa, empreendeu-se a conquista das terras do Recôncavo da Bahia. Na época desencadeou-se uma guerra contra as tribos Tupinambá, que foram expulsos da terra ou escravizados para o serviço nos engenhos de açúcar, que progressivamente iam se levantando naquele território. Como defendido pelo jesuíta Nóbrega naquele momento, era preciso que os cristãos se estendessem terra adentro, fizessem suas fazendas e criações, senhoressem e despejassem todo o gentio e repartissem entre si os serviços dos índios que conseguissem conquistar e senhorear. E assim foi feito a partir de diversas guerras contra os gentios principalmente na área do Paraguaçu, de modo que, dos nativos que restauram, poucos sobreviveram aos primeiros vinte anos de contato com os europeus e ao final dos três primeiros governos gerais as terras do Recôncavo já tinham sido apropriadas pelos colonos.

A fim de evitar e combater a exploração clandestina das terras recém descobertas, principalmente por franceses, espanhóis e ingleses, o governo português incentivou a formação de pequenos núcleos de povoamento a partir da concessão de terras aos portugueses que dispusessem de recursos para a instalação dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar. A partir de então, a atividade açucareira expandiu-se significativamente na região.

Chegando em terra onde nada existia de produção sistemática, terra de povos nômades, caçadores e pescadores, o colono português respondeu às exigências da economia capitalista comercial em expansão nos séculos XVI e XVII implantando a economia açucareira. Trouxe a cana-de-açúcar das ilhas atlânticas (Açores e Madeira) e a plantou nas terras que ia conquistando dos índios. Construiu engenhos e produziu açúcar, o artigo de maior procura no mercado europeu, que era abastecido na época pela Sicília e ilhas atlânticas. Também plantou algodão. Quando o fumo encontrou mercado e foi colocado entre os artigos do comércio de escravos africanos, esse colono inaugurou e expandiu a lavoura fumageira nos campos da Cachoeira (...) (TAVARES, 2001).

Durante muito tempo o potencial da produção açucareira na região, principal atividade de monopólio da coroa, fez incrementar significativamente o número de engenhos e, concomitantemente, a formação de grandes centros comerciais regionais. O

engenho tornou-se o centro da vida social nesta economia colonial. A foto abaixo ilustra a unidade de engenho que predominava no Recôncavo da época.



Foto: Antigo Engenho da Vitória (Cachoeira), década de 30 do século XX.
Fonte: Arquivo Municipal de São Félix.

Outras atividades subsidiárias se desenvolveram no entorno do engenho e, desse modo, o ciclo do açúcar acabou desdobrando-se na cultura do fumo, na pecuária, na agricultura, no café, no algodão, entre outros (BRANDÃO, 1998; TAVARES, 2001). Este sistema de formação de centros comerciais na região do Recôncavo não se fechava sobre si mesmo, era de sua vocação estar aberto para o mercado mundial que se estabeleceu com a expansão européia. Segundo Araújo (2000) era considerado, na verdade, do lado ocidental do Atlântico, o porto seguro, o núcleo de apoio necessário à ligação das rotas marítimas portuguesas, ao tráfico para a África e, posteriormente, à corrida das Índias. A imagem do Recôncavo já no século XVIII é descrita por Pita da seguinte maneira:

O seu Recôncavo é tão culto e povoado, que se lhe descrever as fábricas e lhe numerarmos os vizinhos, gastaríamos muitas páginas e não, poucos algarismos; porém reduzindo a sua narração a breves cláusulas e letras, diremos que existem nele cento e cinquenta engenhos, uns de água, outros de cavalos, fazendo cada ano e um por outros, quinze e dezesseis mil caixas de açúcar de muitas arrobas cada uma (...) Há muitas casas de cozer os meles para os açúcares batidos, outras para os reduzir a águas ardentes. Descobrem-se dilatados campos plantados de tabacos, vários sítios ocupados por mandiocas, outros cultos com pomares e jardins. De todo o gênero de artífices há mestres e oficiais, de que aqueles moradores se servem, sem os mandar buscar na cidade. O número das pessoas que habitam o Recôncavo, onde reside a maior parte da nobreza, os trabalhadores, os escravos que andam no serviço dos engenhos, das canas das outras lavouras, e os que servem nas casas, excede o cômputo de cem mil almas de confissão, além dos que não são capazes de Sacramentos (PITA, 1976, apud ARAÚJO, 2000).

A importância de Cachoeira e São Félix naquele contexto deveu-se ao fato de terem se constituído como pontos de ligação estratégica entre Salvador e os sertões. O território era privilegiado por ser o último ponto navegável do rio Paraguaçu onde se instalou um dos portos comerciais mais movimentados durante vários períodos do desenvolvimento baiano. Ao longo do século XVII ao XIX as rotas comerciais entre o Recôncavo e Salvador intensificaram-se formando uma unidade complexa que abrangia mercados com dimensões internacionais, nacionais e finalmente regionais.

O centro regional de Cachoeira, ao qual São Félix pertenceu durante muito tempo, era considerado um dos mais importantes entrepostos de mercadorias que entravam e saíam do Recôncavo. Funcionava como um dinâmico centro de distribuição para a própria região local, abastecia o sertão com mercadorias vindas do porto de Salvador e, ao mesmo tempo, era responsável por arrecadar os produtos que seriam enviados para a capital. Para Milton Santos (1998): “Durante o longo período em que o Recôncavo olhava para fora, comunicando-se com Salvador por via marítima, através de certos núcleos, era a capital que recebia ou fabricava os produtos de que a sua região necessitava, entregando-os, depois, a esses núcleos que os distribuíam então” (p.31).

São Félix demarcava, prestigiosamente, o ponto final e inicial do fluxo de mercadorias durante esse período. Situada na margem direita do rio Paraguaçu possuía ligação direta com as estradas que levavam aos sertões, principal via de acesso dos tropeiros. O sistema de tropas relaciona-se com o transporte e o comércio de muares, de mercadorias para o abastecimento e para a exportação e era responsável pela movimentação do mercado do interior da província, de mais difícil acesso. A cidade estabelecia comunicação diária com a capital da província por meio de vapores e saveiros que movimentavam seu porto, trazendo mercadorias do exterior; funcionando como centro para o comércio e abastecimento do sertão e como ponto de partida para a região de exploração das lavras de diamantes e a região de Feira de Santana.

A freguesia de São Félix assumiu uma feição urbana, não apenas pelo comércio importante para o interior da Província e a capital e até o estrangeiro, na permuta de mercadorias, mas também pelos serviços oferecidos, caracterizando-se em relevante centro urbano do Recôncavo que anunciava à vizinhança e aos sertões, os símbolos da modernidade (MOREIRA, 2002, p.116).

Dada à sua importância comercial, a região tornou-se área fundamental para a reorganização econômica da Bahia no século XIX, no que tange à integração de diferentes áreas. Esse espaço particular e complexo definiu durante muito tempo uma organização social mais ampla com a qual se articulava em diversas escalas. A partir de seus portos, Cachoeira e São Félix vivenciavam o contato comercial, político e social com dimensões regionais, nacionais e internacionais naquele período histórico. Receberam, portanto, a influência de hábitos e padrões de consumo da sociedade colonial e também de outros países, sobretudo europeus; a influência do estilo arquitetônico das famílias européias que aí se instalaram, principalmente portugueses; a influência social e religiosa dessa parte da população e, por outro lado, de uma cultura mestiça e escrava que constituíam as classes menos favorecidas que sustentavam aquela estrutura agro-comercial. Portanto, a localização geográfica é apenas um dos limites para o entendimento da influência de hábitos, costumes, idéias políticas e outros valores naquele que foi um dos centros mais dinâmicos da história da Bahia.



Foto: Navio americano atracado no porto de São Félix (década de 40, século XX).
Fonte: Arquivo Municipal de São Félix.

Depois do apogeu da produção açucareira vivenciado e mantido na região por importantes engenhos, foram as vastas plantações de fumo que, por volta dos fins do século XVIII, incrementaram o relevo econômico da região. Naqueles engenhos e lavouras, os escravos desempenhavam o papel preponderante. O fumo era plantado geralmente nas terras menos valorizadas dos tabuleiros da região, pois as terras tipo massapé eram destinadas ao plantio de cana-de-açúcar. Diferentemente do açúcar, essas

propriedades em geral eram menores e nelas também eram plantados outros produtos de subsistência.

Os portugueses e franceses aprenderam a fumar com os indígenas e aos poucos o tabaco ficou conhecido na França. Os navegadores lusos levaram-no para o Oriente ainda no século XVI, tornando a Índia também um grande produtor. Durante o século XVIII e XIX o plantio do fumo no Recôncavo baiano aumentou significativamente e este passou a ser utilizado como moeda de troca no tráfico de escravos no Golfo do Benin: “Se para os nossos índios o fumo encerrava um valor mítico e medicinal, indispensável aos rituais de pajelança, para os negros constituiu-se em porta de entrada para o cativo, em face ao seu uso em escambo nas transações dos brancos traficantes de escravos” (MESQUITA & OLIVEIRA, 2003).

No entanto, o grande impulso para o alargamento da produção fumageira foi o processo alavancado pela industrialização no fim do século XIX num momento de crise do açúcar e de muita pobreza no Recôncavo. A dinâmica comercial que definia a preponderância da região no estado baiano começava a apresentar sinais de declínio nesse período quando as linhas férreas passaram a substituir as vias fluviais e as estradas de tropeiros, que foram os elementos responsáveis pelo auge da região anteriormente. Com a Estrada de Ferro Central da Bahia, uma nova dinâmica nas relações comerciais no interior começou a se estabelecer e, nesse sentido a cultura do fumo começava a adquirir importância.

A era ferroviária iniciou-se na segunda metade do século XIX e teve importância decisiva no processo de elaboração urbana do Recôncavo, segundo Santos (1998). As ferrovias partiam dos portos já solidamente estabelecidos, a começar por Salvador, enquanto as demais tinham como estação inicial as cidades de Cachoeira/São Félix, Santo Amaro e Nazaré. As estradas de ferro vieram a favorecer de modo sensível os portos a que serviam, especializando-os ainda mais naquele momento. A construção da Estrada de Ferro Central da Bahia, partindo de Cachoeira em direção a Feira de Santana em fins de 1880 reafirmou a potencialidade da região, favorecendo, sobretudo, a região fumageira; enquanto a estrada de ferro e porto de Santo Amaro tornava-se quase que exclusivamente responsáveis pela produção açucareira.

Nessa época as ferrovias não possuíam qualquer interligação, de certo que seu trânsito contribuiu integralmente para a valorização de seus respectivos portos iniciais onde as mercadorias sofriam transbordo antes de chegarem a Salvador. Sendo assim, Nazaré, Cachoeira e São Félix levaram grande vantagem sobre Santo Amaro uma vez que

aquelas eram consideradas também zonas de variadas atividades econômicas enquanto Santo Amaro, por sua vez, estava exclusivamente vinculada à produção açucareira.

A presença de ferrovias numa área que até então desconhecia outro tipo de transporte interno a não ser a tração animal contribuiu para uma valorização daqueles respectivos núcleos. Portanto, segundo Milton Santos (1998), de um modo geral as estradas de ferro acabaram servindo preferencialmente às aglomerações já presentes com seu traçado interligando os pontos de concentração demográfica já existente.

Os núcleos assim procurados pela estrada ficaram melhor dotados para o papel de centros que já vinham exercendo, na era pré-mecânica da região. Na zona do fumo, o crescimento da maioria dos núcleos hoje com funções urbanas ou para-urbanas está ligado à chegada da ferrovia e à coincidência desse fato com o aumento do comércio do fumo, a sua exportação em folha em lugar de em corda e aos inícios da industrialização. (p.78)

Neste momento de estimulação na produção fumageira grandes fábricas foram instaladas na região sob o incentivo europeu interessado no fumo aromático para a produção de charutos. Ademais, esse período demarcava o fim da centralidade da agroindústria açucareira na região. Ao longo da segunda metade do século XIX a produção de charutos tornou-se a atividade agroindustrial mais importante da província, tendo como destaque as indústrias Suerdieck (alemã) e a Leite & Alves em Cachoeira e a Companhia de Charutos Dannemann (alemã) em São Félix, entre outras cidades como Muritiba, Maragojipe e Cruz das Almas. Portanto, o Recôncavo tornou-se o berço da produção fumageira brasileira mantendo-se na liderança até meados do século XX.

Devido às especificidades climáticas dessa região do Recôncavo Sul, é que se produzia o fumo de melhor qualidade para charutos do Brasil, de característica reconhecida internacionalmente. Forjou-se, portanto, uma verdadeira cultura do fumo, cujos reflexos se estendem até os dias atuais, moldando costumes, comportamentos, relações econômicas, sociais e políticas.

A produção baiana de fumo já nasce integrada ao mercado internacional. Nos primórdios, a necessidade crescente de escravos para exploração da cana-de-açúcar e para as minas de ouro determinou a prosperidade do comércio de fumo brasileiro, que se destinava basicamente a cinco mercados: Costa da Mina, na África, nutrindo o tráfico de escravos; Europa, que representava 60% das exportações; Índia com um volume insignificante; países do rio da Prata - Uruguai e Argentina - e o interno, que absorvia em torno de 10% da produção, que girou em torno de 3.750 toneladas no final do século XVII (NARDI, 1996, p. 432).

A tradicional cultura do fumo no Recôncavo ocupa lugar de destaque na economia da Bahia até o final da Segunda Guerra Mundial quando mantinha a primazia da produção nacional. O declínio da produção nesse período deu-se pela influência que os americanos exerceram nos hábitos dos fumantes em todo o mundo, que no Brasil induziu os fumantes a trocar os charutos pelos cigarros. Este aspecto exerceu uma influência significativa sobre o futuro dos fumos da Bahia, tanto na produção de charutos como de matérias-primas no momento em que o Sul do Brasil começou a prosperar. Soma-se a isto a incapacidade das manufaturas de charutos do Recôncavo promover a modernização de sua estrutura produtiva; a queda do volume de produção; o aumento da carga tributária; a incapacidade de competir com a indústria sulista na produção de cigarros e a expansão da produção em outras regiões (MESQUITA & OLIVEIRA, 2003). Sobre a cultura do fumo na Bahia hoje, pode-se dizer que:

Comparada ao passado fumegante, ela é, hoje, a pálida fumaça de um vulcão recalitrante, que teima em soltar as suas cinzas. Nos tempos áureos, a indústria fumageira na Bahia chegou a produzir mais de 200 milhões de charutos por ano, exportando 30% da produção para os mais exigentes paladares da Europa e dos Estados Unidos. Agora não produz dez milhões de unidades anuais. Juntas, as três grandes fábricas do passado – a Dannemann, a Costa Penna e a Suerdieck – empregavam cerca de dez mil pessoas, em Cachoeira, São Felix, Maragogipe, Cruz das Almas e Muritiba, dentre outros municípios do Recôncavo Baiano. Agora, as empresas remanescentes do ramo não empregavam, diretamente, 500 operários. Nos bons tempos, a Bahia exportava 60 mil toneladas de tabaco, por ano. Hoje, exportava apenas cinco mil toneladas. (MESQUITA & OLIVEIRA, 2003)

Atualmente só restam sete fabricantes de charutos no território baiano. Ainda funcionam a Dannemann em São Félix, a Paraguaçu e a Talvis em Cachoeira. Todos de capital nacional, à exceção da secular Dannemann, instalada em São Félix, subsidiária do grupo suíço Burger e que desponta como a maior produtora e exportadora de fumos para charutos do Brasil. A Talvis destaca-se atualmente na produção de charutos e cigarrilhas para exportação, sobretudo para Argentina e Portugal além do fornecimento para estados do Sudeste e Sul do país.

3.2 Organização político-administrativa: a peculiar relação entre Cachoeira e São Félix

As relações econômicas desta região do Recôncavo foram, durante muito tempo, representadas pela Vila de Cachoeira, pois esta concentrava o centro político administrativo da localidade, enquanto São Félix teve lugar mais importante no que se refere à política econômica para a ocupação do interior (MOREIRA, 2002).

A divisão administrativa dos territórios da região seguia os padrões dos tempos das capitâneas que eram divisões eclesiásticas (freguesias, paróquias), civis (vilas e cidades) e militares. Cachoeira teve como marco de sua história a expedição de Martin Afonso de Souza em 1531 que objetivava iniciar a colonização e o plantio de cana-de-açúcar. Paulo Dias Adorno e Rodrigues Martins, ambos fidalgos portugueses, estabeleceram-se na margem esquerda do Paraguaçu onde fixaram moradia, construindo residência, engenho, senzala e uma capela a Nossa Senhora do Rosário.

Cachoeira foi elevada à categoria de Vila somente em 1698, quando São Félix formava apenas um núcleo populacional anexado a essa mesma Vila. São Félix torna-se Freguesia de Cachoeira no ano de 1857, que é uma denominação política, mas também judiciária e eclesiástica da província. Na verdade, o termo remete a um núcleo populacional que alcançou um aumento demográfico significativo e um considerável desenvolvimento econômico. A freguesia correspondia (politicamente) a um dos distritos de um município, cuja maior autoridade era o Juiz de Paz, subordinado, por sua vez, ao Juiz do município ou Vila.

A Freguesia de São Félix dependia administrativamente da Vila de Cachoeira que comportava a sede da Câmara Municipal, o maior instrumento do poder local e representava o município perante o poder provincial (estadual). No entanto, segundo Moreira (2002), durante o século XIX houve um constante entrelaçamento das funções administrativas e comerciais entre a Vila (Cachoeira) e a Freguesia (São Félix), quando ambas se fortaleceram como grandes centros urbanos, assumindo o papel de economias concorrentes e também complementares no desenvolvimento do comércio da província baiana.

O município de Cachoeira compunha-se, finalmente, de oito Freguesias, sendo elas a de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira (sede); Senhor Deus Menino de São Félix; São Pedro de Muritiba; Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo; Nossa Senhora

do Bom Sucesso da Cruz das Almas; São Thiago do Iguape; Nossa Senhora da Conceição da Feira e Santo Estevam do Jacuípe. Na segunda metade do século XIX Cachoeira alcança abrangência de uma comarca composta por cinco municípios: a sede Cachoeira, Maragogipe, São Gonçalo, Curralinho e São Felipe.

Com a consolidação do Império brasileiro no século XIX a relação estabelecida entre Freguesia e Vila são reconfiguradas a partir da política de centralização do poder impulsionada pelo governo provincial. A Câmara municipal deixa de representar os interesses da municipalidade local para exercer um papel de simples unidade administrativa da Província. A partir de 1828 há uma rápida retração do poder local, ao mesmo tempo em que há um alargamento da influência do poder político da Província. Às Câmaras caberia a administração econômica e municipal das cidades e vilas, no tocante à manutenção da ordem social, mas permaneceria controlada pelo governo provincial que passa a impor limites à legislação municipal.

Era a Vila que executava as determinações da presidência da província, sobretudo a distribuição de recursos entre as unidades que compunham o município. Nesse sentido, por ser um distinto centro urbano, a Vila ainda portava um prestígio maior no que se refere à infra-estrutura de serviços como transporte, comunicação, etc. As Câmaras municipais, como órgãos máximos do poder, sempre foram símbolo e expressão das elites locais. Sua composição esteve continuamente vinculada aos interesses dessas classes e de acordo com as disputas políticas dominadas desde sempre pelos “homens bons”, isto é, o poder representado na Câmara expressava as classes de maior prestígio na comunidade. “A Câmara Municipal era a representação das elites locais em um órgão de poder que, mesmo tendo perdido parte do seu papel ao longo do século XIX, fazia pressão junto a outras instituições locais, como também junto à presidência da Província” (OLIVEIRA Apud MOREIRA, 2002, p.40).

Durante a segunda metade do século XIX a Freguesia de São Félix experimentou um rápido desenvolvimento econômico por fatores que já foram mencionados anteriormente e, por isso, contemplava os elementos necessários para que pudesse reivindicar a categoria de Vila. Sendo assim, em 1886 a Assembléia Provincial eleva o território à categoria de Vila, à qual estavam vinculadas as Freguesias de Muritiba, Cruz das Almas e Outeiro Redondo. Como consequência, Cachoeira começa a sofrer um desmembramento de seu território e uma significativa retração de suas terras com a perda de São Félix, o que implicou um enfraquecimento do poder municipal em função, principalmente, de uma menor arrecadação de tributos.

Na ocasião, diversos grupos da Vila de Cachoeira adotaram uma postura oposicionista em relação à elevação de São Félix. A idéia predominante era de que o engrandecimento de uma localidade (São Félix) se daria à custa do aniquilamento de outra (Cachoeira) e que, sendo as duas cidades tão próximas e separadas apenas por uma ponte, a criação da Vila de São Félix era apenas um ato de vaidade em prejuízo da localidade vizinha. Por sua vez, a Câmara Municipal de Cachoeira alegava que:

(...) com a criação da nova Vila, Cachoeira, que tinha um nome glorioso no país, ficaria desprestigiada (...). Alegava, ainda, que fariam parte da Vila da Cachoeira as três freguesias do Município inferiores em população e rendas – Conceição de Feira, Iguape e Santo Estevam, resultando, assim, no abatimento da cidade e o da vila projetada, 'porque o município da Cachoeira não pode mais sofrer divisão' (MOREIRA, 2002, p. 46).

A despeito das controvérsias entre os grupos das duas localidades, o parecer da Assembléia Provincial argumentou que, diante do potencial econômico e da população locais, São Félix dispunha das qualidades essenciais para que lhe fosse concedida uma maior autonomia, como assim foi feito. A Vila de São Félix passou a intensificar as relações com suas duas prósperas freguesias (Muritiba e Cruz das Almas) superiores em renda e população às freguesias da Vila de Cachoeira, Conceição da Feira e Iguape. Por sua vez, Cachoeira possuía uma estrada que lhe conectava a Feira de Santana, aspecto que favoreceu uma forte relação comercial com esta Vila, sobretudo por fornecer uma via de acesso às regiões do norte do Recôncavo e Salvador. Os portos de Cachoeira e São Félix continuavam sendo pontos de confluência entre a navegação fluvial e as rotas terrestres até fins do século XX.

3.3 Raízes sociais: a composição inicial da população

Ainda na primeira metade do século XIX a sociedade baiana definia-se por uma organização econômica pautada na grande lavoura agro-industrial-mercantil associada à utilização do trabalho escravo. Escravidão, engenho e açúcar desempenharam papéis

cruciais na definição e organização da sociedade. Dentro dessa estrutura socioeconômica outros elementos transitavam entre setores e grupos e ganhavam influência nessa hierarquia.

A dinâmica das relações sociais baseava-se em fatores como a própria influência de aspectos como a cor, a posse de propriedades, a autoridade e o poder, as relações de parentesco e profissões. O primeiro e mais claro critério de classificação na época era o jurídico, a condição de homem livre numa sociedade escravista era que determinava a condição social do indivíduo. Além disso, o *status* econômico e a propriedade de terras conferiam qualificação estamental, embora por si mesmas não garantissem a participação em estamentos dominantes. O que garantia o usufruto da honra estamental era o estilo de vida que identificava os componentes de um determinado grupo social.

A sociedade baiana do Recôncavo, incluindo as duas cidades em estudo, era composta por quatro grupos principais bem definidos até o século XIX. Segundo Aras (1995) estes eram: a) altos funcionários da administração, dignitários da Igreja e oficiais de alta patente das tropas; os grandes mercadores e os grandes proprietários rurais; b) médios funcionários do corpo da administração: religiosos e militares, comerciantes varejistas, pequenos e médios profissionais autônomos como os mestres ou artesãos de ofícios; c) funcionários de menor escalão: militares de baixa patente, oficiais mecânicos, trabalhadores rurais livres, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, escravos libertos e os trabalhadores do mar, e d) escravos, mendigos e vadios.

A grande lavoura no Recôncavo girava, principalmente, em torno da exploração da cana-de-açúcar e do fumo. Este último, com ampla produção na região teve grande importância econômica até meados do século XX. Na época a mão-de-obra empregada para a exploração da lavoura era composta, basicamente, de escravos ou homens livres que recebiam pagamento para esse tipo de serviço.

A estrutura daquela sociedade agrário-exportadora dividia-se claramente entre uma pequena minoria branca proprietária, européia ou da terra, e de outro lado uma massa de escravos, índios e mestiços. O poder local era representado pelo grupo dominante, formado geralmente por famílias de antigos proprietários de terras, engenhos, gado, plantadores de cana etc., que participavam diretamente da política da região, representando indiretamente o poder estadual (provincial) ao vincularem-se aos órgãos político administrativos do Império (SCHAWARTZ, 1979). Dentro desse mesmo estrato haviam famílias abastadas enriquecidas através do comércio e que usufruíam desse *status* por serem famílias tradicionais. Famílias ricas não ligadas a linhagens importantes, mas que desfrutavam da

capacidade de consumo, acúmulo de rendas e propriedades também se incluíam nesse grupo. Cachoeira e São Félix compunham-se, dessa maneira, de uma aristocracia enriquecida na lavoura exportadora e no comércio, adquirindo assim, importantes primados políticos.

A atividade comercial passou a ser o meio mais rápido para o acúmulo de riquezas na época, de modo que o acúmulo de capital possibilitava a aquisição de engenho e grandes propriedades num país em que as formas de ascensão e participação do poder estavam vinculadas, sobretudo, à posse e propriedade de terras e escravos. O dinâmico comércio desenvolvido na região propiciou o fortalecimento desse estrato social que se refletia na participação de seus membros na esfera do poder local e instituições que lhe conferissem prestígio na sociedade. Essa pressão resultava em sua quase completa absorção pelos estamentos dominantes. Dentre essas instituições encontravam-se as confrarias, irmandades, ordens militares e a participação nas Câmaras Municipais, seja como vereador ou Juiz de Paz. A ascensão social através do casamento, por ordenação clerical ou formação acadêmica superior também estavam dentro das possibilidades de aceitação no rol do poder (ARAS, 1995).

A importância desses grupos dominantes em relação ao poder central, já na segunda metade do século XIX, expressava como a política sustentava-se nas bases de um “mandonismo local” sob o qual grandes proprietários representavam o Estado como autoridade instalada na região. A direção política, nesse sentido, também adquiria importância no contexto das lutas locais, no qual fortes disputas municipais explicitavam o domínio de grupos (proprietários e/ou comerciantes) que constantemente conflitavam entre si e ao redor do poder.

3.4 Uma “pitada” de memória: episódios histórico-políticos que marcaram a região do Recôncavo

O Recôncavo baiano foi palco de uma série de episódios políticos importantes para o entendimento da história da Bahia, no quadro dos fatos que demarcam o desenrolar da própria história social e política do Brasil. Dentre eles, optou-se por apresentar dois eventos importantes que foram as lutas pela independência do país na Bahia, com seu

marco inicial em Cachoeira e São Félix e o Movimento Federalista Baiano que também teve sua primeira repercussão em São Félix.

O processo histórico que levou ao desencadeamento das lutas pela independência do Brasil na Bahia tem uma série de precedentes. Um grande número de conflitos políticos e militares teve espaço na Província baiana, sobretudo pela alimentação de sentimentos antilusitanos disseminados na sociedade da época e relacionados à afirmação do sentimento da causa brasileira em diversos movimentos.

As primeiras causas da frustração social antilusitana na Bahia referiam-se à ação administrativa que obedecia à estrutura hierarquizada da monarquia absoluta portuguesa. Anterior ao movimento de independência, os papéis e cargos na administração pública, no âmbito comercial e em outros setores haviam sido distribuídos entre portugueses e brasileiros. Os conflitos aumentaram, sobretudo, pela ocupação por portugueses de cargos que já eram ocupados por brasileiros e que, por sua vez, não aceitavam ceder seus lugares aos recém-chegados. O mesmo acontecia com a presença lusa nas atividades comerciais e militares. No próprio cotidiano das cidades tornava-se difícil a convivência entre portugueses e brasileiros e este se constituiu em apenas um dos elementos que demarcaram o início da guerra pela Independência na Bahia (TAVARES, 1987).

A situação já era tensa na Bahia desde a Conjuração dos Alfaiates de 1798, cujas idéias mais radicais eram a favor da independência, da República e da libertação dos escravos. Já no século XIX, a comunicação portuária constante entre Bahia e Recife trazia e fazia circular aqui as idéias revolucionárias do movimento de 1817 em Pernambuco. Chamada Revolução de 1817; um movimento separatista que criticava a acentuação da arrecadação de impostos sobre a população brasileira, que alegava como finalidade dessa exploração o sustento da burocracia, das tropas e da Corte Portuguesa depois que se instalara no Brasil em 1808. O movimento possuía um cunho regionalista e foi fortemente influenciado pelos ideais revolucionários franceses.

Em 1820 ocorre a Revolução Liberal do Porto, liderada por lusos que se encontravam frustrados em Portugal pela condição de abandono em que estavam após a vinda da família real para o Brasil, e pela invasão francesa que havia reduzido aquela sociedade à pobreza. O movimento possuía um cunho liberal e constitucionalista e, portanto, antiabsolutista. No Brasil os liberais das camadas médias dos centros urbanos foram os primeiros a aderir a estas idéias. A pressão pelo movimento impôs à corte que retornasse a Portugal, o que acontece em 1821 quando D. João VI transfere para D. Pedro I todos os seus poderes e o nomeia regente do Brasil.

No mesmo ano, D. Pedro evidencia a opção de romper com as Cortes já na iminência das lutas pela independência. Nesse momento as Cortes decidem nomear o Brigadeiro Português Madeira de Melo para o Governo das Armas na Bahia. Os brasileiros, descontentes com a nomeação de um português para a função, considerando-a ilegal, orientaram um movimento de resistência envolvendo militares e civis. Madeira de Melo recusou qualquer tipo de acordo e logo o conflito instaurou-se com uma rápida ofensiva das tropas portuguesas que tomaram o forte de São Pedro e os quartéis da Palma e da Mouraria em Salvador.

A ocupação de Salvador pelas tropas portuguesas foi logo concluída e estabeleceu-se um governo militar comandado por Madeira de Melo, contra o qual já havia diversas conspirações. Alguns tendiam a reconhecer a autoridade de D. Pedro I ao passo que outros aceitavam o relacionamento político do Brasil com as cortes de Lisboa. Madeira de Melo adotou uma linha política que visava a justificar as decisões que tomara e obter o apoio local para manter a Bahia unida a Portugal. Ele próprio tinha consciência da tensão e descontentamento político dos grupos, que, naquele momento formavam partidos de posição constitucionalista e republicana, embora com o propósito comum de separação definitiva de Portugal. Os grupos partidários do reconhecimento da autoridade do príncipe tentaram concretizar essa decisão na Câmara de Salvador, o que foi impedido na ocasião pelo bloqueio das tropas portuguesas.

A superioridade do Exército e Marinha portugueses que controlavam a capital baiana provocou um movimento de êxodo dos brasileiros da capital em direção ao Recôncavo em busca de maior segurança. Por sua vez, as Câmaras municipais desta região e os “ajuntamentos” que aí se formavam já discutiam a independência.

Como medida de segurança desde o dia 20 de junho de 1822 uma escuna canhoneira lusa enviada por Madeira de Melo encontrava-se no rio Paraguaçu próxima à Cachoeira e São Félix, gerando pequenos conflitos na região. No dia 25 de junho daquele ano Cachoeira sediou uma reunião urgente que pretendia responder a Carta Consulta acerca da aclamação de D. Pedro I como Regente do Brasil. Autoridades, coronéis e oficiais brasileiros reunidos em consulta ao povo e às tropas definem uma posição favorável ao príncipe, o que foi imediatamente documentado. Durante as comemorações da aclamação na Igreja de Nossa Senhora do Rosário foram ouvidos os primeiros tiros contra a Vila de Cachoeira, que partiam da canhoneira portuguesa no sentido de deter o movimento, bem como de portugueses que moravam na vila e atiraram das sacadas dos casarões. A reação dos brasileiros foi imediata e esta região do Recôncavo se tornou palco

de três dias de batalha entre portugueses e brasileiros. Por surpresa, os lusos acabaram derrotados devido à atuação dos batalhões patrióticos formados por combatentes tanto da capital (que abandonaram os quartéis em direção ao Recôncavo) como do interior, compostos por gente da região organizada como voluntários, e entre estes homens muitos que haviam participado da Revolução Pernambucana de 1817. Este episódio demarca o início da guerra pela Independência na Bahia. Segue abaixo um trecho da carta da Câmara da Vila de Cachoeira enviada ao príncipe D. Pedro:

Senhor – O leal e brioso povo do distrito da Cachoeira, de quem temos a honra de sermos órgão, acaba de proclamar a V. A. R. como regente constitucional e defensor perpétuo do reino do Brasil. Debalde o verdugo da Bahia, o *oppressor* Madeira, quis renovar n'esta Vila as *sanguinosas catastrophes* do dia 19 de fevereiro e seguintes da Capital da Província. Debalde tentou ainda *augmenta-las*, destacando n'este rio uma escuna artolhada, para bombardear, como com efeito *bombardeu*, por alguns dias, com balas e metralhas, não só os homens cachoeiranos (cujo crime todo consistia em quererem ser brasileiros e súbditos de V. A. R.), mas até seus *innocentes* edifícios. Semelhante *affronta*, Senhor, foi dignamente repelida pelo denodo e patriotismo d'este povo, e o comandante da referida escuna, com mais vinte e seis pessoas que se *achavão* a bordo, ficarão presos à ordem de V. A. R., tendo-se rendido a *decripção* na noite do dia 28 de junho, depois de um renhido combate de três horas (TAVARES, 2001, p. 248).

Na ocasião foi composta uma Junta Interina, Conciliatória e de Defesa que se voltava para a organização das armas contra a ofensiva portuguesa e para articular a aclamação de D. Pedro junto a outras vilas. As ações dessa junta provisória se ampliaram com a adesão da maioria das vilas do Recôncavo que, em agosto deste mesmo ano, sugerem o estabelecimento de um governo geral (militar e civil) legítimo não apenas para as vilas do Recôncavo, mas para toda a província baiana e capital. Propuseram a imediata criação de um Conselho ao qual todas as autoridades civis e militares, sem exceção alguma, ficariam subordinadas – o que foi imediatamente concretizado. Esse Conselho Interino exerceu enérgica e constante ação política, militar e administrativa desde a sua instalação em Cachoeira, mantendo-se enquanto governo ao longo da campanha militar para expulsar o Exército português de Salvador, trabalhando na organização dos batalhões, na distribuição de armas e munições etc.

Durante os primeiros momentos as operações de guerra seguiam iniciativas locais através da ação dos batalhões patrióticos. Indubitavelmente, o Recôncavo baiano tornou-se o maior foco de resistência às tropas portuguesas, sobretudo porque a ameaça da re-

colonização estimulava os grupos dominantes rurais da região a criar batalhões, enviar escravos para atuarem como voluntários e suprir de alimentos o Exército Pacificador, enviado pelo poder central (D. Pedro I) quando a luta armada já se definira (ARAS, 1995).

Num segundo momento da guerra de independência o comando das forças milicianas e de voluntários passa para o general francês Pedro Labatut, enviado por D. Pedro I para coordenar o Exército Pacificador que daria segmento à guerra até 02 de julho de 1823. A composição do Exército Pacificador era mista e agregava soldados regulares e voluntários, brancos pobres, negros libertos e escravos enviados por seus senhores. Dentre os batalhões patrióticos destacam-se os Voluntários do Príncipe D. Pedro, denominados Periquitos, que mais tarde (depois da guerra) foi incluído ao Exército com o nome de Batalhão dos Caçadores. Durante a guerra teve como voluntária Maria Quitéria de Jesus, nascida nas terras de Cachoeira ficando conhecida como maior heroína nas lutas pela independência do Brasil na Bahia. Maria Quitéria teria sido atraída pelas notícias dos acontecimentos do “25 de junho” de 1822 na vila de Cachoeira, tendo apresentado-se ao batalhão de voluntários disfarçada de homem e lutado ativamente em diversos conflitos.

A guerra pela Independência brasileira na Bahia findou em 02 de julho de 1823 com a vitória do Exército e Marinha do Brasil auxiliado pelos batalhões patrióticos consolidando-se a separação política do Brasil de Portugal e anulando o perigo de um ponto de apoio para qualquer intervenção armada aqui. No entanto, os conflitos entre portugueses e brasileiros não cessaram com o fim da guerra pela independência. O Recôncavo, tendo participado efetivamente dos combates, demonstrava ser um foco de grupos políticos influentes, quase sempre conectados a intelectuais da capital bem como de correntes políticas de outros estados que contestavam o regime adotado após a separação do Brasil de Portugal. A presença física de portugueses na província causava insegurança aos brasileiros, sempre receosos com a idéia de uma possível re-colonização portuguesa que pudesse por fim ao processo definitivo de independência.

O antilusitanismo estava presente no cotidiano das cidades, incorrendo em diversos episódios de agressão e assassinatos. Essa aversão passou a atingir a própria figura do Imperador D. Pedro, aumentando sua impopularidade, principalmente por uma série de medidas que descontentaram os partidários da independência. Dentre essas estão a aprovação na Assembléia Constituinte de um sistema monárquico constitucional, que, na verdade, disfarçava um Estado monárquico absolutista; as medidas repressivas contra agentes políticos; o emprego de força estrangeira para a promoção da tranquilidade

pública; a nomeação de portugueses naturalizados para cargos elevados do Estado, dentre outras (ARAS, 1995).

As agitações políticas também se repetiam em outras províncias como no Maranhão, Piauí, Pernambuco, etc. e as informações circulavam rapidamente entre os presidentes dessas províncias e o governo central. Os eventos demonstravam a rápida disseminação do ideário liberal entre determinados grupos políticos frente à possibilidade de os portugueses insistirem na manutenção da antiga ordem.

Na Bahia, militares e sociedade civil se opunham às atitudes de submissão do Presidente da Província ao governo de D. Pedro I e sua desatenção quanto aos problemas e questões específicas da província. Somado a isto uma série de notícias chegavam ao porto de Salvador vindas do Rio de Janeiro (centro do governo) e de outros países como Estados Unidos e Inglaterra, referentes a uma suposta tentativa de invasão de Portugal ao Brasil com intenção de recolonizá-lo. Essas notícias e outros boatos apenas aumentavam a instabilidade na Bahia, impulsionando diversas rebeliões envolvendo oficiais, soldados e outros grupos. Vários oficiais militares foram condenados à morte em alguns desses episódios por defenderem idéias federalistas e republicanas em clara oposição ao poder central identificado com posições monárquicas absolutistas.

A intranquilidade preocupava as autoridades centrais com a ameaça de uma revolução anarquista contra a legitimidade do governo instaurado. Convém ressaltar que, embora não estivessem ordenados em partidos políticos específicos estes grupos de indivíduos expunham sua insatisfação contra o sistema e mantinham-se organizados e atentos às medidas políticas das autoridades. Na ocasião, o presidente da província da Bahia em 1827 declarava que: “não tem cessado os anarquistas de promoverem a desordem por todos os meios que podem, ao mesmo tempo em que, por falta de provas legais não me é possível proceder à prisão dos que se tem tornado mais notáveis” (ARAS, 1995, p.77).

Destarte, o clima político nesse período (regencial) pós-independência continuava tenso e marcado por frequentes rebeliões antilusitanas empreendidas por civis ou militares que identificavam nos portugueses que aqui permaneciam a causa dos problemas sociais da província. A capital Salvador e as Vilas do Recôncavo constituíram-se palco de diversas dessas manifestações, conhecidas como “Mata-Maroto” pelas quais se reivindicava a expulsão dos portugueses dos principais cargos oficiais e empregos locais. A essas reivindicações somava-se ainda o descontentamento com as ações do poder central e do governo provincial e que provinham, sobretudo, de segmentos da sociedade civil menos

favorecidos e não apenas de segmentos dominantes da população. Nesse sentido, Aras (1995) destaca que:

Os movimentos políticos de cunho antilusitano, constitucionalista e federalista caracterizam o clima político vivido pela sociedade baiana na terceira década do século XIX. Pode-se estabelecer pontos de ligação entre eles, a partir das propostas políticas apresentadas, como também pelos seus participantes. Os rebeldes federalistas podem ser encontrados nos quartéis, nos órgãos públicos, entre os intelectuais e também na gente simples do Recôncavo. Os movimentos ditos 'federalistas' desse período vinculam-se entre si, na medida em que podem ser identificados tanto pela linha comum de pensamento, quanto pela presença recorrente de alguns rebeldes nesses movimentos. (p.92)

As idéias federalistas na Bahia que viriam a marcar esses anos do século XIX tiveram precedentes ainda no século XVIII como expressão do Iluminismo da Revolução Francesa, que aqui na Bahia influenciou a Conjuração dos Alfaiates (1798) e em Pernambuco a Revolução de 1817, da qual também participaram conspiradores baianos. O movimento federalista baiano baseava-se nas expectativas de mudanças políticas e ganhava força desde a criação da Sociedade Liberal que propunha reformas liberais e tecia idéias críticas à Constituição de 1824. Para a divulgação das idéias federalistas a Sociedade utilizava o jornal "O Federal pela Constituição" que foi um instrumento importante na integração dos participantes do movimento, tanto em Salvador como também nas principais localidades do Recôncavo. São Félix e Cachoeira, sobretudo, constituíam centros urbanos dinâmicos na época e possuíam grupos que se vincularam a essas correntes de pensamento pela constante circulação de informações na região.

Finalmente, em 19 de fevereiro de 1823 em São Félix eclode a primeira Revolução propriamente federalista liderada pelo Juiz de Paz e Capitão miliciano Bernardo Miguel Guanaes Mineiro. Os federalistas fizeram circular no Recôncavo e em Salvador folhetos em que criticavam os portugueses que continuavam a gerir os negócios da nação, excluindo os brasileiros do processo político. Em um desses documentos Guanaes Mineiro avisa sobre a proclamação do sistema federativo em São Félix e Cachoeira e pede a adesão das outras vilas, contando este já com o apoio da capital da província e do Recôncavo para a instalação imediata de um governo provisório. Por esses manifestos os envolvidos deixavam claro a oposição ao sistema político centralizado e a falta de independência para a província baiana.

A Câmara de Cachoeira foi ocupada pelos rebeldes e em sessão extraordinária propuseram a proclamação da Federação da província da Bahia e estruturação de um governo provisório, cujos propósitos foram expostos num documento de vinte e quatro itens lido para os que estavam na praça. O manifesto declarava que a província da Bahia não admitiria nada mais do governo central, senão enquanto instância federal; chamava para a Federação todas as outras províncias para que solidificassem o governo Geral do Império; estabelecia a criação de uma Assembléia Constituinte Legislativa Provincial na Bahia, que se comporia de vinte e um deputados e legislaria sobre os limites da independência da província, reformulando também todas as leis opostas à Federação (TAVARES, 2001, p. 262). De acordo com Aras (1995):

Essas medidas expressam o conhecimento dos rebeldes quanto à dinâmica política e burocrática das instituições públicas e o peso ideológico que elas tinham junto à população. Com a tomada do poder político estaria a sociedade subjugada ao novo projeto, sem condições, portanto de resistir às reformas propostas (...). A substituição das autoridades, a extinção de órgãos da administração pública e a criação de novos órgãos demonstravam a preocupação em dotar o novo governo de uma estrutura que permitisse a instalação da federação. Pautava-se a federação na união das províncias, na criação de assembleias constituintes legislativas provinciais, ficando a orientação central no governo de D. Pedro II. (p.204)

Embora o movimento tivesse ganhado rápido êxito, não obteve apoio da maioria dos grandes proprietários do Recôncavo, bastante influentes politicamente, o que possibilitou ao presidente da província na época, Honorato José de Barros Paim coordenar tropas regulares e milicianas que cercaram Cachoeira por terra e bloquearam o rio Paraguaçu. Guanaes Mineiro tentou resistir, mas não conseguiu romper o cerco militar, sendo preso e remetido para Salvador. Mesmo preso no Forte de São Marcelo, uma vez mais, amotinando cerca de oitenta detentos, tentou reorganizar a proclamação da Federação, mas a rebelião foi sufocada depois de três dias. Este episódio não pôs fim às idéias federalistas que viriam ressurgir novamente na Revolução baiana denominada Sabinada, e que apenas já renunciavam o regime político e administrativo que o Brasil iria adotar mais de meio século depois. O capitão Guanaes Mineiro, depois que ganhou a liberdade voltou para São Félix onde sempre viveu.

O papel do Recôncavo na época do movimento federalista demonstrou o quão integrado ao quadro político nacional estava a região. A circulação de informações e a participação de grupos locais nos principais eventos que criticavam o sistema político

centralizado e o domínio português, desde o fim da guerra da Independência (1823) até as rebeliões federalistas já no período regencial, demonstraram a força das idéias políticas e a articulação dos grupos em torno da possibilidade de mudança na condição de vida da sociedade.

3.5 Da opulência à decadência: um esboço sobre a redefinição do papel do Recôncavo na Bahia

A partir de 1950 a região do Recôncavo da Bahia aqui abordada enquanto pólo econômico e estratégico passou a sofrer um processo de transição e consequente decadência em relação aos séculos de prosperidade, segundo diversos autores (BRANDÃO, 1998; SANTOS, 1998). Uma série de fatores teriam sido responsáveis pelo enfraquecimento e desarticulação de suas atividades econômico-políticas em âmbito regional. Em primeiro lugar, o conteúdo da herança social da região, fundada no escravismo e na grande propriedade monocultora, que lhe impusera uma estrutura muito rígida e estéril; em segundo lugar, uma industrialização altamente concentrada e especializada, em meados do século XX, sobretudo no petróleo e derivados, totalmente desapojada por programas de reestruturação regional e de valorização social; por fim, determinações de mercado e uma política governamental que desviaram da região do Recôncavo as melhores opções de articulação viária desta com o restante do país (BRANDÃO, 1998).

Este processo de desvalorização rompe, em nossa perspectiva, a transposição das escalas por parte da região, facilmente acionada em seu passado. A articulação da região e suas relações locais permitiam um fácil trânsito aos âmbitos regional, nacional e internacional, integrando um complexo urbano-comercial de amplas dimensões. Com a perda de importância da região, ela entra num estágio de isolamento dos processos que a partir de então marcaram a vida nacional. A região foi considerada a primeira rede urbana em escala regional implantada nas Américas onde se formou um dos mais extensos parques de arquitetura barroca do país, um importante núcleo de cultura lusa e a mais vigorosa comunidade africano-brasileira, que traduz muito da própria formação histórica do Brasil. Abaixo, imagem do movimentado porto de Cachoeira em meados de 1940.



Foto: Cais do Porto de Cachoeira (década de 40, século XX).
Fonte: Arquivo Municipal de São Félix.

O Recôncavo sofria desde o final do século XIX com a queda dos negócios da lavoura, com a evasão de mão-de-obra para as minas de ouro e diamante na Chapada, e a quebra das forças produtivas a partir da extinção do trabalho escravo. Os proprietários e a lavoura não suportavam o custo de contratação de trabalhadores livres, importados constantemente para substituir a antiga mão-de-obra. Por seu turno, o processo de industrialização favoreceu a produção fumageira e o florescimento do seu complexo agroindustrial a partir de meados do século XIX, ensejando a indústria de charutos e pontecendo uma trajetória também marcada pela alternância de períodos de prosperidade e de crise.

Em contraposição, a capital Salvador impunha-se ainda mais enquanto grande centro econômico, social e político. “A capital prospera, seu recôncavo não. A cidade fervilha, enquanto ameaça apagar-se o fogo dos engenhos” (BRANDÃO, 1998, p.38). Salvador tinha então seu comércio impulsionado, as indústrias, fábricas e empresas floresciam de modo dinâmico. Naquele período já se inicia a era das grandes usinas, que, todavia, não consegue reabilitar a economia do Recôncavo açucareiro que se retrai e tem suas áreas periféricas marginalizadas. Uma nova fase breve de expansão da cana se instala durante os vinte primeiros anos do século XX, mas a superprodução faz-se o veículo da última e definitiva crise da antiga produção do açúcar na Bahia.

Durante os primeiros quarenta anos do século XX, o Recôncavo presencia a desorganização de seus arranjos de produção e a redução dos circuitos de tráfego intra-regional, por terra e mar. Mesmo diante dessa reorganização a região continua a manter-se, por mais algum tempo ainda, de certo modo intacta enquanto paisagem, com muito de suas tradições e da dignidade das cidades de antes. A situação muda completamente a partir da

segunda metade do século, quando a expansão da rede rodoviária nacional e a integração do mercado interno terminariam por marginalizar os velhos centros de produção regional e por debilitar a impotente rede urbana que envolvia a Baía de Todos os Santos. “A política nacional de abrir estradas fecharia mais tarde as ferrovias, deixando parado no mar o ‘vapor de Cachoeira’” (BRANDÃO, 1998, p. 40).

Com o início dos anos cinquenta, abre-se um novo ciclo de atividades econômicas na Bahia. A criação da Petrobrás, especialmente, com seus campos e refinarias, transformaria definitivamente o cenário do Recôncavo baiano de forma desigual, deixando de fora o alto e o baixo Recôncavo e afetando profundamente a produção do fumo, da cana e a produção ceramista. De fato, o início da exploração petrolífera causou um forte impacto sobre aquela velha região de origem colonial e território de produções fumageira e açucareira de teor mais tradicional.

A mudança do eixo de influência na Bahia com o advento da Petrobrás, com os campos de pesquisa e extração, refinarias e portos transformou a vida social de diversas cidades como Candeias, Alagoinhas, Catu, Madre de Deus, Simões Filho e mais tarde Camaçari, com a instalação do Pólo Petroquímico. Definiu-se, portanto, o Recôncavo petrolífero integrado no processo de desenvolvimento nacional. A empresa do petróleo e sua estrutura colaboraram para a ampliação e geração de intensas transformações no sistema viário, no mercado bancário e no mercado de trabalho. Assim, “gasolina, asfalto, estradas, caminhões e automóveis terminaram por definir outra forma de organização territorial” (ARAÚJO, 2000).

O modelo de desenvolvimento adotado pelas elites políticas baianas naquele momento, sobretudo com a implantação da Petrobrás, demarcaram uma tentativa de romper a incapacidade de modernização e industrialização baianas em comparação com outros centros urbanos do país. Esse processo é descrito por Dantas Neto (2003) como o período de modernização conservadora baiana, vinculada à idéia de modernização “pelo alto” no qual a autoridade política promove a mudança social orientada politicamente, compatibilizando interesses e valores de elites modernizantes e conservadoras, simultaneamente.

Ainda que tardia, a euforia da industrialização na Bahia (re)dinamizou a sua economia através da exploração petrolífera na região metropolitana de Salvador ao mesmo tempo em que incrementavam-se os fluxos migratórios de todo o tipo, com as mais variáveis trajetórias, especialmente os fluxos de origem rural, direcionando-se no sentido do interior para a capital, e do interior para o centro-sul entre os anos 1970 e 1980

(SOUZA, 1986). Essa estrutura, por sua vez, segundo Brandão (1998), criou um mundo novo e relativamente fechado por onde se espalhou e se mostrou incapaz de revitalizar a região do Recôncavo em seu conjunto, frente a uma estrutura arcaica e desgastada. As cidades históricas como São Félix, Maragogipe, Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré com circuito arquitetônico que demarcam a região continuavam a perder importância.

A nova industrialização associada a uma estrutura heterogênea comporta atividades que se inserem praticamente sem articulação com a cultura e os processos econômicos tradicionais da região, marginalizando, concomitantemente, o velho Recôncavo. Esse processo de desenvolvimento do sistema viário, a monetarização dos círculos locais da economia popular e o crescimento da população foram alguns dos principais fatores responsáveis por uma redefinição das condições de vida do Recôncavo e pela valorização de outros centros urbanos como Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana, tendo esta última se tornado o maior entroncamento rodoviário do Nordeste. Essa ligação entre capital e Feira de Santana deslocou definitivamente para fora do Recôncavo e das cidades tema desse trabalho (Cachoeira e São Félix), as relações diretas entre a capital e o seu interior imediato. Esse vínculo tinha se pautado durante muito tempo pelo transporte marítimo-fluvial propiciado pela localização privilegiada das duas cidades entre a Baía de Todos os Santos e o rio Paraguaçu. Nesses termos, a própria evolução do sistema de navegação marítimo-fluvial, com o aumento da tonelagem dos navios, associado ao assoreamento do Paraguaçu, acabaram tornando impraticável economicamente o trânsito em alguns portos, com ocorreu em Cachoeira e São Félix e favoreceram outros.

A descoberta do petróleo nos arredores de Salvador reverteu os olhares e os investimentos para a região metropolitana e as cidades mais próximas. O processo descrito acabou remodelando todo o sistema de centros urbanos: redefiniu a hierarquia das capitais regionais baianas e as relações econômicas.

3.6 Reposicionando-se no cenário estadual: Cachoeira e São Félix na dinâmica territorial presente

O processo de decadência a partir da modificação da hierarquia regional em que se inseriu o Recôncavo levou a uma retração do raio de influência de determinadas áreas no

cenário baiano. Este foi o caso de Cachoeira e São Félix. Quando a Bahia e sua economia viviam momentos de exaustão na transição do século XIX para o século XX havia no estado uma rede consolidada de cidades que se formou ao longo da costa, notadamente nas baías, na foz dos grandes rios ou ao longo dos rios até os trechos navegáveis, incluindo aí as duas cidades supracitadas, consideradas entrepostos secundários da economia baiana, atrás somente de Salvador (PORTO, 2003). Como abordado anteriormente, toda circulação era caracterizada pelas mercadorias mais importantes, pelo transporte marítimo, complementado pelo fluvial.

Estas cidades que davam suporte à produção agro-exportadora demandavam uma estrutura própria que comportasse os equipamentos de apoio, escritórios de representação comercial etc., em cujas imediações apareciam as unidades comerciais e de serviços de apoio ao mercado local e regional. As duas cidades estudadas configuraram-se fisicamente pela integração entre a arquitetura colonial portuguesa e a topografia acidentada do Recôncavo, e suas construções que partem do leito do Paraguaçu às encostas dos morros ao seu redor. Os espaços construídos contrastam com as condições naturais da embocadura do rio Paraguaçu o que confere às duas cidades até hoje uma beleza peculiar ensejando os fluxos turísticos para o local, tendo em vista a importância dos sítios arquitetônicos com seus edifícios, monumentos históricos e a cultura particular.

Até aquele momento (anos 1950) o Nordeste e a Bahia integravam-se ao desenvolvimento nacional através da agro-exportação da cana-de-açúcar, couro, fumo, algodão e, posteriormente, o cacau. A partir de então, o quadro econômico nacional era objeto do início de uma importante transformação: a transição de uma economia de base agrária para uma economia industrial (FERREIRA & RIBEIRO, 2001). Nessa nova conjuntura a Bahia fornecia matérias-primas exportáveis para outros países e para o centro-sul do Brasil e exportava mão-de-obra e capital, o que foi fundamental para o desenvolvimento industrial da região do país. Ademais, nessa época se estabeleceu uma maior articulação entre o Nordeste e o Sul-Sudeste do país principalmente pela evolução do sistema viário com a construção da BR116 e da BR101, que passaram a ligar diretamente as duas regiões.

Segundo Freitas (2000), a construção dessas grandes rodovias foi responsável pela alteração do cenário regional baiano. Se entendermos por região “a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade” percebe-se que novas articulações entre o específico e o geral, o regional e o nacional ou internacional, demarcam a dinâmica de regiões que se alongaram ou se encurtaram e outras que

adquiriram importância ou desapareceram, de acordo com a dimensão de seus elementos históricos em particular. Estes são elementos importantes para entender como novas regionalidades e identidades surgiram naquele momento.

A partir de então começam a se destacar novas “microrregionalidades” específicas que se desenvolvem no interior e nos limites do estado baiano. Portanto, podemos dizer que essa dinâmica de diferenciação intra-regional foi assegurada pelos meios de transporte e pelas políticas praticadas em torno deles. Hidrovias, ferrovias e, principalmente, as rodovias construídas no século XX, terminaram por quebrar a centralidade do sistema da Baía de Todos os Santos, fazendo da Bahia um espaço regional mais aberto, o que permitiu às microregiões emergentes uma dupla dinâmica de integração, diretamente nas redes nacionais e globais, ao mesmo tempo (ARAÚJO, 2000). Esse processo de articulação e reconstrução de eixos regionais e locais no estado baiano foi marcado pela intervenção direta do Estado, assim como também pela participação de interesses privados na modelagem dessas mudanças (FREITAS, 2000).

Nesse período de transição observou-se um acelerado processo de urbanização que mudou a fisionomia do estado da Bahia, sobretudo na formação dos centros urbanos que se desenvolveram rapidamente às margens dos grandes eixos rodoviários que passaram a cortar seu território, entre eles o norte e oeste baiano e todo o litoral. Ao lado da industrialização nacional, o abandono, na Bahia, do sistema de estradas de ferro e das hidrovias e o incentivo às rodovias, proporcionaram uma ação mais espacializada no sentido de integrar, dividir socialmente o trabalho e acelerar a circulação de mercadorias. No sentido dessa nova espacialização baiana, surgem outras regionalidades, outras formas de integração inter-regional e um novo papel às sociedades locais.

Durante a década de 1980 o estado começa a incentivar a atividade turística no litoral baiano e em suas imediações. Localizadas na proximidade da BR101, principal interligação com o sul-sudeste, São Félix e Cachoeira se situam entre as cidades que se beneficiaram com os atrativos físico-ambientais associados à concentração de sítios históricos. A dinamização da atividade turística na Bahia imprimiu força para reformular a rede de cidades históricas, que sofriam com certa degradação (FERREIRA & RIBEIRO, 2001).

No ano de 1971, no bojo das mudanças que influenciavam todo o território baiano a cidade de Cachoeira tem seu conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e a cidade recebe o título de Cidade Monumento Nacional. Esse órgão federal vinculado ao Ministério da Cultura torna-

se então o responsável pela vigilância e manutenção da integridade desse patrimônio tombado, isto é, alvo das medidas de proteção. Esse cuidado se estende aos edifícios, imóveis privados e públicos e monumentos de grande importância, herança da colonização portuguesa, o que restou do casario colonial e marcado pela influência do barroco tardio. São cerca de 1.200 imóveis tombados pelo IPHAN num perímetro de 78 hectares, incluindo a orla de São Félix e também alguns de seus prédios.

Objetivando a manutenção da memória local, a fiscalização efetivada pelo IPHAN - que possui uma sede na cidade de Cachoeira - tem sua ação vinculada a outros órgãos governamentais como a prefeitura local e o governo estadual através de políticas urbanas e culturais. Os imóveis privados, no entanto prescindem da preservação das características do seu imóvel por seus proprietários porque o objetivo do tombamento não é congelar o dinamismo de determinado local, mas preservar alguns exemplares materiais de um período que foi importante no desenvolvimento da cidade. A perspectiva do tombamento, ao zelar por outros valores que não apenas os do mercado, mas também culturais e históricos, ajuda a impedir que a especulação imobiliária dê a tônica exclusiva do desenvolvimento urbano local, questão que frequentemente remonta a conflitos, os quais não serão aqui desenvolvidos.

Na década que se seguiu ao tombamento, ainda no início dos anos 1980, a região volta a ser alvo de incentivos estruturais dentro das políticas do governo estadual, dessa vez no que se refere à construção da Barragem da Pedra do Cavalo, nas imediações das cidades de Cachoeira e São Félix, onde o rio Paraguaçu tem seu último ponto navegável. Por um lado, os investimentos na obra visavam sanear o problema de abastecimento de água da capital Salvador e, por outro lado, controlar o problema das cheias daquele rio e as frequentes enchentes que atingiam as duas cidades até aquela data⁶. A conclusão das obras da barragem e da formação do lago artificial em seu entorno, que abarca ainda terras do município de Governador Mangabeira, se deu somente no ano de 1986. No ano de 2005, novas obras no local reestruturam a Barragem Pedra do Cavalo com recursos da iniciativa privada (Grupo Votorantin) na construção da Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo, com o objetivo de fornecer energia para o abastecimento de Salvador e Região Metropolitana, e para a micro-região de Feira de Santana. O empreendimento que implantou o circuito elétrico de geração de energia em si não altera a barragem nem o seu funcionamento. A

⁶ Fonte: GIBERTONI, R. et al. Estudo de cheias na barragem de Pedra do Cavalo. In: XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (sem data).

construção da usina apenas agrega a função geradora à barragem, permitindo uma produção que atende cerca de 775 mil habitantes, o que significa cerca de 10% no aumento de oferta de energia para Salvador e 4% para a Bahia.

Atualmente a cidade de Cachoeira passa a ser sede de um dos Campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como parte do programa de expansão da universidade em importantes centros do Recôncavo, incluídas aí outras cidades como Amargosa, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas no que se refere a atividades de ensino, pesquisa e extensão. A UFRB foi implantada em de julho de 2005, através do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com sede na Cidade de Cruz das Almas, e tem como princípio contribuir para o processo de desenvolvimento regional e do Estado⁷.

Considerado um processo que (re)dinamiza estes centros urbanos, a implantação da universidade subsidia uma integração de novo tipo entre a região a as escalas locais, estadual e nacional, possibilitando novas trocas entre grupos (discentes, docentes etc.) das cidades envolvidas e outros de fora. A educação superior torna-se um atrativo para os núcleos favorecidos porque estimulam o fluxo de estudantes e professores para essas cidades. Os investimentos nos campus podem supor novas dinâmicas econômicas e estruturais locais (rede hoteleira, pensões, livrarias, lazer etc.) no sentido de atender esses novos públicos. Ademais, permitem a confrontação de valores diferenciados, e conseqüentemente, a produção de novas feições e relações sociais locais.

No momento presente novos investimentos governamentais e internacionais no local têm ganhado corpo na esteira do processo de tombamento por intermédio do Programa Monumenta. A partir da contrapartida financeira de prefeituras e governos estaduais, o Ministério da Cultura, por meio desse programa e com o apoio do IPHAN, estão sendo destinados investimentos para a restauração dos sítios históricos e a fiscalização da execução dos trabalhos na região⁸. O Programa Monumenta é implementado com recursos da União, estados e dos municípios com financiamento, ainda, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cooperação do IPHAN e da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

Este tipo de projeto tem em vista a restauração de obras buscando conciliar esta ação com a sustentabilidade dos sítios históricos, motivando seus usos econômico, cultural e social, atuando atualmente em 26 cidades no Brasil. Entre as obras selecionadas estão

⁷ Informações do *site* oficial www.ufrb.edu.br

⁸ Informações do *site* oficial www.monumenta.gov.br

centenas de monumentos como museus, igrejas, casas de câmara e cadeias, palacetes, conjuntos escultóricos, conventos, fortes, ruas, logradouros e edificações privadas nas áreas tombadas. O Programa destina recursos financeiros, através de editais públicos, para a realização de cursos de restauro e eventos culturais; no que se refere aos imóveis privados são oferecidos financiamentos para reformas em construções em condições especiais. O objetivo do programa é favorecer o estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas que sejam compatíveis com os parques históricos e que possam fortalecer a estrutura turística local.

Destarte, podemos inferir que a região das duas cidades estudadas passou por um período de decadência frente às transformações econômico-estruturais no território da Bahia, particularmente a partir do início da exploração do petróleo, o que descentrou o papel do Recôncavo e conferiu importância a outras cidades. Por seu turno, as cidades passam a ter como principal atividade econômica o comércio e a agricultura em pequena escala, associadas a um padrão de turismo (histórico-cultural) em ascensão com novos programas de reformas em articulação com o tombamento. Ademais, os investimentos na área da educação com a implantação de um campus da Universidade Federal do Recôncavo e os investimentos na área do turismo (re)configuram uma territorialidade não tão aberta e deslocada, mas uma região que mantém potenciais interações com as escalas mais amplas.

CAPÍTULO 4

Os caminhos da pesquisa

Todas as disciplinas intelectuais têm fundadores, mas apenas as ciências sociais têm a tendência de reconhecer a existência de ‘clássicos’. Os clássicos, eu afirmaria, são fundadores que ainda falam para nós com uma voz que é considerada relevante. Eles não são apenas relíquias antiquadas, mas podem ser lidos e relidos com proveito, como fonte de reflexão sobre problemas e questões contemporâneas. (GIDDENS, 1998)

4.1 O propósito da ciência e o papel da metodologia na análise social

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos seguidos para a conformação do estudo aqui proposto que é o entendimento dos valores de cultura política em relação à ação de atores sociais nas cidades de Cachoeira e São Félix, no Recôncavo baiano. Ele se divide em diferentes tópicos que expõem desde a importância da metodologia para as ciências sociais, a escolha do tema e a construção do instrumento de coleta de dados até o modo de tratamento das informações obtidas.

Qual o sentido de produzir ciência? Esta é a questão que Max Weber propõe em a “A ciência como vocação” para ressaltar que somente uma vocação íntima, enquanto atitude pessoal do cientista e a dedicação apaixonada pela especialização em determinada área do conhecimento, podem ser coerentes com o empreendimento científico. Mais do que isto, a vocação é importante para entender o sentido da dedicação a algo que sempre será ultrapassado e cujas realizações constantemente se tornam obsoletas. Esta é a tônica do campo científico e este é o seu destino: “toda realização científica suscita novas ‘perguntas’: pede para ser ‘ultrapassada’ e superada” (WEBER, 1982, p.164). São os avanços, as descobertas e as expectativas em ver as produções superadas que conferem o ideal de progresso da ciência *ad infinitum*, como um empreendimento que jamais chega ao seu fim e nunca será definitivamente completado (KUHN, 1992). À época de Weber a intelectualização e a racionalidade que marcavam o desencantamento do mundo puseram fim à primazia dos dogmas, aos saberes absolutos e autoritários, concedendo à ciência a capacidade de explicar o mundo e seus mistérios através dos meios técnicos e do cálculo.

Assim, a ciência contribuiria para o maior conhecimento da vida por meio do desenvolvimento de métodos de pensar, de instrumentos técnicos para lidar com dados da realidade e do treinamento científico.

O lugar que cabe à metodologia na elaboração do conhecimento sobre os fenômenos sociais tem como pressuposto que, para os sociólogos, ela deve consistir no estudo dos métodos de fazer a pesquisa, na análise do que pode ser descoberto através dela e no grau de confiabilidade do conhecimento que é adquirido, sendo estes os aspectos que lhe conferem importância e legitimidade (BECKER, 1997). A importância dada à metodologia nas Ciências Sociais deve-se ao fato desta permitir uma apreensão adequada dos fenômenos sociais da realidade vivida na qual o próprio pesquisador está imerso, o que para Lenoir (1998) figura como uma dificuldade para o sociólogo no tocante à questão da objetividade científica. O fato de estar diante de representações pré-estabelecidas de seu objeto de estudo acaba por induzir a maneira de apreendê-lo e, assim, de defini-lo e concebê-lo. Estas representações constituem o ponto de partida de qualquer pesquisa e já consistiam em preocupação de outro grande clássico, tal como Durkheim.

Nos seus estudos metodológicos, Durkheim destacou-se como um precursor da questão do método em relação aos fundamentos sociológicos de investigação. Para ele, a possibilidade de tomar a sociedade como objeto é alcançada somente se considerarmos os fenômenos sociais objetivamente, como coisas, e tratá-los como tais - eis a proposição fundamental de seu método. Por coisa entende-se tudo aquilo que é exterior ao indivíduo, tudo que se oferece e se impõe à observação e ao crivo da racionalização, não confundindo os fatos sociais com coisas materiais, pois eles são de outra natureza. Os fenômenos devem ser considerados em si mesmos, separados da consciência dos indivíduos que formulam representações a respeito deles. Ao estudá-los como coisas exteriores à consciência humana eles se apresentam a nós como objeto do conhecimento que não pode ser apreendido pela intuição, mas que exige que o espírito saia de si próprio por meio da observação, experimentação e método, passando à produção do conhecimento progressivamente das características mais exteriores e mais acessíveis às menos visíveis e mais profundas. A condição de exterioridade supõe garantir a objetividade do estudo dos fatos sociais. Durkheim acreditava nesse aspecto como condição para a revolução metodológica na sociologia propriamente e na possibilidade que esta encontrasse seu estado objetivo e se estabelecesse como uma ciência tal como outros campos científicos tinham logrado alcançar.

A meta da objetividade exige o afastamento do pesquisador dos riscos do senso comum, pré-noções e a exclusão de qualquer julgamento de valor dos procedimentos da pesquisa. O predomínio da objetividade é alcançado por meio da razão e de um método sujeito à verificação e à confiabilidade da linguagem racional, única capaz de universalizar o saber, torná-lo igualmente inteligível para todos. O método deve libertar das falsas evidências, apartar as categorias empiricistas originadas em hábitos arraigados e que se tornam tirânicas, tal como um “véu” que se interpõe entre os indivíduos e as coisas, dissimulando-as para as mentes humanas (DURKHEIM, 1978).

Sob esta questão Durkheim enfatiza a dificuldade particular do sociólogo e da sociologia em separar a subjetividade (afetividade, crenças políticas, religiosas, práticas morais, etc.) do empreendimento científico, que sempre requer objetividade. Isso se deve ao fato da especificidade dessa ciência em conceber e explicar aquelas mesmas crenças e práticas, por isso a urgência em afastar qualquer aspecto subjetivo. Por outro lado, para Weber (1999) a escolha dos pontos de vista sobre um objeto sociológico *vis-à-vis* a infinidade do real deriva sempre das idéias de valor do pesquisador (diferentemente de julgamento de valor), porque todo homem está imerso numa cultura específica, ou seja, ele nunca sai de sua condição humana para ser razão pura e estudar o próprio mundo humano; o pesquisador sempre leva algo de sua cultura e experiência na orientação de suas escolhas. É a partir de nossos interesses, curiosidades e afinidades que se formulam os objetos num momento inicial, ainda arbitrário, do trabalho científico. Sob esta questão encontra-se a polaridade entre subjetividade e objetividade em Weber quando o mesmo defende que as construções valorativas, que são o ponto de partida para a ciência social, não a desviam de seu caráter objetivo. Diferentemente de Durkheim que rejeita qualquer resquício de subjetividade, Weber não nega que o conhecimento científico cultural encontra-se preso a premissas subjetivas, pelo fato de o sujeito se ocupar sempre de certos elementos da realidade ao qual conferimos determinado significado cultural.

A ciência varia sem cessar com os problemas novos que nascem dos novos pontos de vista sob os quais se aborda a realidade. Longe de limitar o estudo, a relação a valores alarga, ao contrário, seu horizonte. Além disso, exprime o caráter indefinido da pesquisa. Um sábio e sua escola podem ter a impressão de haver apresentado a palavra decisiva sobre um problema, porém um outro formulará toda a questão, pois terá encontrado outra relação com os valores: “A ciência é obra de todos os sábios” (FREUND, 1970, p.46).

Nos debates mais contemporâneos sobre metodologia, Bourdieu (2004) polemiza sobre a importância de submeter “as operações da prática sociológica à premissa da razão

epistemológica para definir e, se possível, inculcar uma atitude de vigilância que encontre no conhecimento adequado do erro e dos mecanismos capazes de engendrará-lo um dos meios de superá-lo” (BOURDIEU, 2004, p.11). A intenção é que o próprio pesquisador possa assumir a vigilância sobre seu trabalho científico através de um bom sistema de *habitus* intelectual. A noção de *habitus* tem a ver com o *modus operandi* científico que funciona em estado prático segundo normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é uma espécie de sentido do jogo que permite que se faça o que é preciso fazer no momento próprio (BOURDIEU, 1989). O estabelecimento desse *habitus* é conformado pelo estudo das aplicações regulares dos procedimentos científicos onde é impossível a dissociação entre a teoria e o método.

O obstáculo epistemológico por excelência, conforme Durkheim já esboçou, é a familiaridade que o sociólogo tem com o universo social. O risco dessa aproximação encontra-se no que Bourdieu (2004) chama de sociologia espontânea, isto é, a constituição de saberes imediatos sobre a realidade que se impõem ao sociólogo como sistematizações fictícias acerca do social. A sociologia espontânea da qual o sociólogo quase nunca consegue se desvencilhar requer que todas as técnicas de objetivação sejam utilizadas para concretizar uma ruptura que, embora muito professada, quase nunca se efetiva quando da construção do objeto. Desse modo, a relação social com nosso objeto, desde sua construção até a observação e experimentação, nunca é apenas uma pura relação de conhecimento exatamente porque os fatos nos aparecem como vivos e tendem a se impor como estruturas do próprio objeto. Portanto, é condição *sine qua non* que a sociologia se afaste do senso comum, isto é, das representações partilhadas por todos, ainda que muitas vezes tais representações pareçam oficiais. Assim, para o teórico fazer ciência é evitar as aparências de cientificidade, é contradizer mesmo as normas em vigor e desafiar os critérios correntes de rigor científico.

A construção do objeto sociológico para Bourdieu encontra sua eficácia na capacidade do pesquisador em “transformar” objetos socialmente insignificantes em objetos científicos, pondo em causa os objetos pré-construídos. Esta é a tarefa mais árdua porque envolve os riscos do realismo ingênuo, assim como os pontos de vista (as visões de mundo) do próprio pesquisador, conforme Weber defende. Nesse sentido, a postura sociológica diante das escolhas e da construção do objeto evolui a ruptura com toda sociologia espontânea e é crucial que todo objeto de pesquisa, por mais parcial que seja, possa ser definido e construído “em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação

entre si pela questão que lhes é formulada” (2004, p.48). A importância da teoria é incondicional, portanto, desde a concepção até o trabalho instrumental sobre o objeto estudado. Associada com a prática, a teoria deve prevalecer diante dos riscos do “hiperempirismo”, que é também corolário da sociologia espontânea, segundo o autor.

Destarte, a relação com o objeto e com os dados do real revela a particularidade das ciências sociais de abordar um objeto que fala. Não se trata de uma simples interação entre sujeito e objeto, mas de uma relação social que se constitui entre sujeito-sujeito e, conseqüentemente, suscetível de que as pré-noções do(s) sujeito(s) estudado(s) se imponham ao sujeito-pesquisador. Bourdieu ressalta que, para além da neutralidade axiológica de Weber, existe a necessidade urgente de uma discussão propriamente metodológica quanto ao emprego das técnicas. Os detalhes da prática metodológica em geral (elaboração de hipóteses e pressupostos, técnicas de observação, verificação, etc.) requerem o exame crítico da teoria do conhecimento sociológico implicado nestes procedimentos. Sendo assim, o princípio da vigilância epistemológica deve ser acompanhado em todos os níveis pelo primado que a teoria tem enquanto condição fundamental para a ruptura, a (re)construção e a experimentação no âmbito da sociologia.

4.2 A escolha do tema e do contexto

A temática dessa dissertação de mestrado se insere no campo de estudos da sociologia política sobre o tema cultura política e a questão democrática seguido pelo então existente grupo de pesquisa “Cultura e Desempenho na Sociedade Civil” (CNPq/UFBA), do qual fiz parte como bolsista de Iniciação Científica (2003 a 2005) sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ruthy Nadia Laniado até minha aprovação no Mestrado em Ciências Sociais no ano de 2006. A escolha desta temática surgiu a partir de minha própria vivência no contexto das duas cidades em questão – Cachoeira e São Félix -, mais precisamente na zona urbano-rural do município de São Félix onde nasci e me criei até ingressar na universidade. Convivendo naquele ambiente familiar pude observar a região e suas especificidades, destacando-se os contrastes entre urbano/rural, colonial/moderno, juventude/velhas gerações, provincianismo/ativismo, local/regional, nacional/global, ou mesmo infra-estrutura modesta/tecnologia avançada, polarizações que sempre evocaram

inquietações. Essa escolha está associada, ademais, ao prolongamento do tema da monografia para conclusão do Bacharelado em Sociologia, intitulada “Engajamento cívico e desenvolvimento social da comunidade: um estudo sobre o município de São Félix, Bahia”, também orientado pela mesma professora. A minha origem e a experiência com pesquisa acadêmica na região foram, portanto, decisivos na escolha do tema desta dissertação.

O contexto das cidades do Recôncavo expressa características relevantes no que se refere à formação histórica e social do estado da Bahia, assim, Cachoeira e São Félix guardam muito da memória social baiana, no que tange à origem do processo de colonização e desenvolvimento industrial, comercial e artístico-cultural desde o século XVI. A região tornou-se referência como entreposto comercial ligada continuamente com os sertões, a capital e o mundo que lhe chegava através dos navios e saveiros de diversos países que atracavam em seus portos. Tornou-se importante núcleo cultural por abrigar o encontro de diferentes raças (o índio, o negro e o colonizador) que lhe concede, ainda hoje, o aspecto de patrimônio material e imaterial no estado. Além disso, a região é influenciada por uma tradição cívica relacionada às lutas em comum pela independência da Bahia – a adesão destas cidades aos conflitos e resistência contra o regime português – foi um dos fatores que instigaram um estudo em sociologia política mais aprofundado acerca de valores de cultura política e formas de participação democrática naquelas sociedades.

A partilha de tradições e raízes comuns às duas cidades conforma uma cultura de identidade cívica singular que pode ser entendida como uma troca entre a região e a sua presença simbólica e social no estado, entendida a partir de uma perspectiva do desenvolvimento de mecanismos de solidariedade e trocas sociais modernas, típicas dos processos democráticos contemporâneos. Fortes valores herdados e riqueza histórica foram características que orientaram a ampliação da temática e delimitação do tema da dissertação que visou a investigar traços herdados e outros mais contemporâneos de cultura política participativa nos atuais padrões e valores compartilhados por atores específicos da região.

4.3 Elaboração do roteiro de entrevista – questões e objetivos

A preparação do conteúdo do roteiro de entrevista requer atenção especial, pois é considerada uma tarefa complexa do processo da pesquisa em Ciências Sociais. Conforme Babbie (1999), a construção das perguntas num roteiro ou questionário prescinde de qualidades como exatidão e precisão de acordo com os objetivos estipulados para a pesquisa. A confiabilidade dos dados, portanto, somente será maximizada se as perguntas forem claras e realmente relevantes para o tema. Os itens ou questões não devem parecer ambíguos para os respondentes para que a compreensão do assunto não seja prejudicada. Do mesmo modo, para o autor, a maneira como os dados são procurados determina a natureza dos dados alcançados. Portanto, deve-se estar atento ao efeito da redação e inteligibilidade das perguntas sobre os resultados que serão obtidos. Como instrumento principal da coleta de dados primários para o presente estudo foi elaborado um roteiro de entrevista, que pudesse reunir as informações necessárias para viabilizar os objetivos e confrontar os pressupostos estipulados para este trabalho.

O objetivo geral desta dissertação é analisar os valores de cultura política e mentalidades compartilhados por atores específicos a partir de sua esfera de atuação (e participação) nos dois municípios em destaque - Cachoeira e São Félix, para entender a dinâmica democrática na qual se inserem. Procurou-se entender esses valores à luz das influências históricas e das tradições cívicas herdadas que são estruturantes dos padrões de ação e de organização social local. Nesse sentido, sustenta-se neste trabalho que a cultura política se constrói ao longo da trajetória de uma determinada sociedade ou grupo e persiste como processo contínuo de produção de valores. Portanto, não pode ser considerada como herança estática de tradições passadas, mas como algo vivo e operante que se estrutura a partir da experiência vivenciada no cotidiano dos indivíduos (GOHN, 2002; THOMPSON, 1987; ALMOND & VERBA, 1963). O estudo tem um caráter qualitativo e utilizou como material empírico vinte e duas entrevistas realizadas com três grupos de atores específicos nas duas cidades, quais sejam: a) atores políticos; b) econômicos e c) associativos e culturais.

Outros questionamentos também nortearam a pesquisa: a) de que maneira se desenvolve a capacidade participativa dos atores na sociedade (motivações, demandas e participação) a partir de sua área de atuação, principalmente para o grupo de atores associativos e culturais; b) *como e se* a atividade cidadã na região consegue acompanhar os

processos democráticos modernos que ocorrem em outras escalas (estadual, nacional, internacional) e c) apreender valores que remetam ao reconhecimento (social e coletivo) como categoria que explica a produção de subjetividade, consciência e identidade.

A elaboração do roteiro de entrevista requer presteza do pesquisador, pois é ele que deverá fornecer os dados mais adequados aos objetivos que norteiam a empiricidade do trabalho e, portanto, é fundamental que a sua estrutura tenha uma logicidade interna bem construída. Em termos de vantagens e desvantagens na construção de um instrumento de coleta de dados, Selltitz (1974) considera que as perguntas fechadas têm a vantagem de ser padronizadas, facilmente aplicáveis, analisáveis de maneira rápida e relativamente pouco dispendiosas. Diferentemente, a análise de perguntas abertas é frequentemente mais difícil e dispendiosa, pois é preciso que as respostas sejam codificadas em categorias antes de serem tabuladas e estatisticamente analisadas; além disso, perguntas abertas requerem especial objetividade de análise pelo pesquisador para relacionar excertos dos depoimentos para ilustrar a análise e a argumentação do tema. Perguntas fechadas diferem quanto aos objetivos para os quais são apropriadas, elas são mais eficientes quando as possíveis alternativas de respostas são conhecidas, limitadas quanto ao número e bem distintas. Ao passo que as perguntas abertas são apropriadas quando o assunto é mais complexo, quando não se conhecem suas dimensões significativas, ou quando o interesse da pesquisa é a exploração de um processo ou da formulação de uma questão pelo indivíduo – um quadro de referência, fatores que para ele são evidentes ou motivações subjacentes às suas opiniões.

Nesse sentido, optou-se neste trabalho por uma pesquisa de teor qualitativo, tendo em vista o caráter dos questionamentos (valores, motivações, práticas etc.), mas também por favorecer a espontaneidade das respostas e idéias dos informantes. O roteiro é composto por quatro módulos: 1) o perfil socioeconômico do grupo informante; 2) a atuação do entrevistado e suas escalas - local, regional, nacional, internacional; 3) a comunidade cívica e valores de reconhecimento social e 4) reconhecimento, identidade e memória coletiva. As perguntas do primeiro módulo são todas fechadas, enquanto os demais blocos são compostos de questões abertas, nos quais os entrevistados puderam responder livremente, como descrito abaixo.

Primeiro módulo: composto por questões fechadas que dizem respeito ao sexo, idade, local de nascimento, escolaridade, ocupação profissional, renda e religião. Estas informações são importantes para estabelecer o padrão socioeconômico do grupo com o qual se está trabalhando.

Segundo módulo: este módulo direciona-se para a compreensão de como os atores sociais participam da vida social local e para além dela. Duas questões se dirigem àqueles que atuam em alguma organização da sociedade civil e enfoca a identificação da mesma: nome da organização; área de atuação; público alvo; principais alcances e como esta se relaciona com demais instâncias (do governo ou outras entidades) em diferentes escalas. Este módulo contém uma pergunta dirigida a cada grupo em especial (políticos, culturais/associativos, econômicos) para entender valores de troca social e a relação entre ser um agente local e relacionar-se com outros atores. Por fim, uma pergunta é direcionada a todos os entrevistados, para identificar qual é o conflito ou tensão mais marcante na região.

Terceiro módulo: este módulo trata de questões relativas aos valores de participação, cidadania e reconhecimento. Traz perguntas sobre o que caracteriza a cultura cívica; qual o significado da participação e do engajamento (para aqueles que estão engajados em organizações); *como* e *se* a atividade cidadã nas cidades acompanha os processos democráticos mais modernos e, finalmente, questões sobre o reconhecimento social e político direcionadas aos indivíduos, mas também ao reconhecimento das cidades e da região hoje no estado e no país.

Quarto módulo: este último grupo de perguntas pretende consolidar o conjunto de valores sobre o reconhecimento, identidade e memória coletiva, enfatizando questões sobre a história e personalidades marcantes locais e o patrimônio como elementos autênticos da região, além da relação entre as duas cidades e a idéia de competição histórica entre elas.

4.4 Detalhando a pesquisa de campo

A aplicação das entrevistas nas duas cidades seguiu critérios metodológicos para que fosse mantido um equilíbrio no número de entrevistados e entre representantes das duas cidades. Foram realizadas vinte e duas entrevistas nas duas cidades em questão, Cachoeira e São Félix. A amostra tem caráter aleatório e, metodologicamente, optou-se por estudar opiniões de grupos ou segmentos diferenciados nas comunidades para obtenção de uma visão mais abrangente da cultura política local, além da inserção desses atores na sociedade local. Por isso considerou-se mais apropriado escolher atores a partir dos

seguintes critérios: a) atores políticos; b) atores econômicos e c) atores de entidades associativas e culturais. Nesse sentido, visando certo equilíbrio, procurou-se entrevistar um número aproximado de indivíduos por grupo: os grupos referentes aos atores políticos, econômicos tiveram cada um cinco entrevistados, e o grupo de atores envolvidos com associativismo e entidades culturais, sete e cinco entrevistados, respectivamente. No tocante aos representantes das duas cidades foram entrevistados treze cachoeiranos e nove sanfelistas.

O decorrer do processo de aplicação das entrevistas foi facilitado por minha experiência como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) durante quase três anos, sob orientação da Prof^ª. Ruthy Laniado. A participação em diferentes projetos de pesquisa e a oportunidade de trabalhar com diferentes atores da sociedade a partir da inserção institucional em grupo de pesquisa nos condiciona a manter uma postura rigorosa e, ao mesmo tempo, flexível diante das diversas situações em campo. A maneira como as questões devem ser aplicadas, a utilização da linguagem mais adequada para facilitar o entendimento do informante acerca das questões, a postura do pesquisador em relação ao respondente, entre outros, sempre foram pontos enfatizados pela orientadora para que a realização de qualquer trabalho fosse bem sucedida. Portanto, é necessário enfatizar que essa experiência foi muito valiosa para a efetivação do trabalho de campo desta dissertação.

As entrevistas foram realizadas no período entre dezenove de março e quinze de abril de 2008. O agendamento das entrevistas foi facilitado pelo trabalho de monografia que já havia feito no município de São Félix em 2005, por isso algumas pessoas puderam auxiliar como informantes, sendo as redes de informação um recurso muito importante para se chegar a outros potenciais entrevistados. Durante a realização das entrevistas, os depoentes sempre mencionavam espontaneamente outras pessoas da cidade, ou também citavam nomes quando questionados pelo pesquisador. A maioria das entrevistas foi agendada previamente, no entanto, algumas delas foram realizadas no momento em que o informante foi abordado, visto que estes se disponibilizaram a participar da pesquisa sem maiores problemas. Os locais das entrevistas foram variados, ora nas próprias residências dos informantes, ora nas sedes das organizações ou local de trabalho, a depender da disponibilidade de cada um. Quanto ao deslocamento pelas cidades, este foi facilitado pelo fato de tratar-se de cidades pequenas em termos territoriais, separadas apenas pela Ponte D. Pedro II, um fator que possibilitou a realização de mais de um encontro por dia.

Durante as entrevistas, a minha postura como pesquisadora foi flexível, isto é, combinou a aplicação das questões com uma conversa mais informal, estabelecendo um diálogo com o interlocutor acerca das próprias questões levantadas. Isto porque, por ser uma entrevista com questões abertas, sempre há possibilidade de uma maior interação entre pesquisador e respondente. As respostas, muitas vezes, eram ilustradas com informações adicionais por parte dos informantes, como “casos” e exemplos sobre os assuntos levantados.

4.5 Processamento e análise dos dados

As entrevistas foram transcritas e resultaram num grande banco de informações de teor qualitativo. Durante o trabalho de campo, todas as entrevistas foram numeradas e classificadas por ordem de realização. As informações do primeiro módulo de questões fechadas foram imediatamente incluídas num banco de dados do programa SPSS (*Statistical Package for Social Science*) resultando em tabelas e gráficos. Quanto à maioria das questões abertas, elas foram examinadas criteriosamente considerando-se os aspectos qualitativos que formam o conteúdo das respostas, além de considerar também o comportamento dos depoentes, a linguagem utilizada para expressar seus argumentos, as exemplificações utilizadas para falar dos temas suscitados, e outros. O trabalho de categorização das questões abertas requer bastante cautela, atenção e tempo. Todas as respostas transcritas foram agrupadas de acordo com a afinidade temática e com a frequência das citações na fala de cada entrevistado. Estas frequências foram transformadas em quadros com as categorias que puderam ser codificadas e a frequência das mesmas, a ser apresentados no capítulo empírico da pesquisa. Para conformar uma análise mais consistente das informações, as explicações trazem excertos das falas dos entrevistados como recurso e dado ilustrativo.

A pesquisa também recorreu a dados secundários, sobretudo para a elaboração do capítulo que traça a trajetória sócio-histórica e econômica dos municípios em estudo. Além de trabalhos e dissertações que abordam o tema, alguns materiais foram encontrados no Arquivo Público Municipal de São Félix, mas também com alguns dos entrevistados (e algumas organizações) que preservam acervos relacionados à memória da região.

CAPÍTULO 5

As contribuições de Cachoeira e São Félix para entender a dinâmica democrática

Para a presente pesquisa foram realizadas vinte e duas entrevistas nas cidades de Cachoeira e São Félix, no Recôncavo baiano. Como abordado no capítulo anterior, as informações analisadas para esta pesquisa se referem ao conteúdo das respostas dos informantes divididos em três grupos específicos, metodologicamente definidos a partir de uma amostra aleatória: a) atores políticos; b) atores econômicos e c) atores de entidades associativas e culturais. Inicialmente e de forma rápida, alguns dados sobre o perfil socioeconômico dos entrevistados, constantes no primeiro módulo de questões do roteiro, expressam alguns resultados importantes.

Entre os entrevistados o número de homens é bem superior ao de mulheres, dezoito e quatro entrevistados, respectivamente. Isso pode refletir o caráter das áreas de atuação, a exemplo daquelas demarcadas mais acentuadamente pela atuação masculina como o setor empresarial e político, nos quais identificou-se um menor número de representantes do sexo feminino. No que se refere à idade esta se concentra, sobretudo, nas faixas etárias entre 45 e 51 anos (31,8%), 52 a 58 anos (27,3%) e acima de 58 anos (18,2%). No que diz respeito à escolaridade, os entrevistados se agrupam principalmente em três faixas: ensino médio completo (27,3%), superior incompleto (31,8%) e ensino superior completo (31,8%). A alta taxa de escolaridade do grupo se deve à posição social ocupada pelos atores selecionados em relação ao padrão educacional da região. Outro dado relevante a considerar é que doze dos informantes são representantes tanto de organizações associativas, ONGs, conselho municipal, como de entidades culturais e mídia comunitária, reunindo num só grupo atores associativos e culturais.

Os entrevistados puderam responder livremente às questões abertas da pesquisa de acordo com o roteiro previamente elaborado. As respostas foram posteriormente transcritas e agrupadas em categorias sociológicas a partir da afinidade das idéias; em seguida foram dispostas em quadros que identificam a frequência das citações. Assim, cada resposta dos entrevistados pode enquadrar-se em mais de uma categoria.

5.1 Comunidade cívica: valores, ação coletiva e reconhecimento social

Para entender a importância dos valores de uma sociedade e compreender o sentido do civismo como expressão da cultura política que permeia a história coletiva de uma comunidade, observou-se certos valores que conformam a cultura cívica na visão dos entrevistados. Também associada à cultura política, a comunidade cívica se refere a certos imaginários e crenças políticas e está intimamente ligada aos temas da ação e da participação dos cidadãos na vida pública (PUTNAM, 1996). Uma comunidade cívica pode ser caracterizada idealmente como um espaço circunscrito, composto de cidadãos dispostos e capazes de participar da vida pública em suas diferentes dimensões (FERNANDES, 2000). O quadro abaixo traz as principais idéias mencionadas pelos informantes sobre esta questão:

Quadro 1

O entendimento da cultura cívica: valores, motivações e práticas

Categorias	Frequência
Datas cívicas/ Reviver e resgatar a história das cidades/ <u>Valores históricos</u>	13
Valorização/ preservação e reconhecimento do <u>patrimônio cultural regional</u>	11
Pouco conhecimento sobre a história da cidade / Valores que estão desaparecendo/ <u>Alienação cultural</u>	6
<u>Cidadania</u> / coletividade/ <u>compromisso</u>	4
<u>Religiosidade local</u> / preservação da cultura afro	4
<u>Patriotismo</u> / amor pela cidade/ <u>auto-determinação</u> de um povo	3
Cultura da educação/ <u>conhecimento</u>	3
Total	44

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o informante podia citar livremente quantas idéias associa à cultura cívica.

É possível observar que o maior número de citações (treze) remete aos valores da história regional. A cultura cívica é aqui associada às datas cívicas (ex: “02 de Julho”; “25

de Junho”⁹; a emancipação das cidades) e ao respeito aos valores históricos locais forjados pelos acontecimentos revividos periodicamente e que compõem este imaginário coletivo. São fatos que representam a recursividade histórica que embasa a identidade regional através do relembrar dos acontecimentos passados. As lembranças que compõem a memória coletiva do grupo de entrevistados, por sua vez, não se opõem ao passado, mas o resgatam como um dado vivo e característico dessa mesma sociedade (HALBWACHS, 2004). Como bem explicitaram os entrevistados:

Cada região tem sua história e deve valorizá-la. Só se tem cuidado com aquilo que é importante, por isso é importante valorizar, resgatar...
(Entrevista 3)

Significa conhecer como sua cidade foi formada, a sua história, seus símbolos, sua bandeira, sua representatividade... (Entrevista 14)

O que eu acho mais forte é o 02 de julho... As pessoas andam nas ruas, todos participam de uma forma muito forte... A questão das festas, o aniversário das filarmônicas, a emancipação da cidade... (Entrevista 11)

O sentimento de fazer parte de uma história particular enseja o próprio significado da cultura cívica. Essa lembrança dos fatos se torna atemporal na memória evocada, pois entrelaça passado, presente e futuro; é simbolizada pelo resgate dos grandes mártires e acontecimentos de um passado afirmado como glorioso e que é chamado a compor a identidade regional – sentimentos e valores partilhados por todos na região (GRACINO JÚNIOR, 2008). Em outra menção a cultura cívica é representada como segue:

É a preservação de valores históricos. Temos que olhar para o passado, ver o presente e também o futuro. É quando eu mantenho na minha cidade uma cultura cívica formidável que encanta... Esses valores tem que ser exaltados e preservados... Nós preservamos e revivemos o que aconteceu em 1822... as festas cívicas, o ritual do 25 de junho... a cultura tem que ser difundida, honrando nossos ancestrais. Nesse dia a Câmara não dá para quem quer. (Entrevista 18)

⁹ A data cívica “25 de Junho” demarca o início oficial da guerra pela independência na Bahia que ocorre na região das duas cidades, ainda em 1822; o “02 de Julho”, por sua vez, marca o fim da guerra e a libertação definitiva da Bahia em relação a Portugal em 1823.

A história regional adquire, então, um destaque porque remete a um passado constantemente evocado e revivido, embasando ainda as perspectivas do presente e do futuro, reforçando a preservação e a difusão desses valores históricos. O que reafirma esses valores é a sua capacidade de reter do passado aquilo que permanece vivo e importante para a consciência de determinado grupo formando a memória coletiva, segundo Halbwachs (2004). Por sua vez, ao estudar memória social Canclini (2000) o faz sob a perspectiva da formação identitária, entendendo-a como um corpo de categorias superpostas¹⁰. O compartilhamento de uma identidade sócio-histórica comum, de um espaço que tem valor para todos os membros, reforça e reafirma o sentido de comunidade no próprio cotidiano das pessoas. Para além do cotidiano o sentido da cultura cívica adquire também uma feição “épica” segundo um dos entrevistados, como algo fora do comum, próprio de uma história singular que é revivida nas festas cívicas. Dentre elas destaca-se a participação de Cachoeira e São Félix nos festejos das lutas pela Independência da Bahia que se iniciam com o evento do “25 de junho” na região e finda no “02 de Julho” em Salvador. Conforme relata um entrevistado:

A cultura cívica é muito forte aqui. Pra mim essa manifestação cívica tem um sentido épico, ex. nosso hino simboliza isso... Na Bahia tudo começa com o 02 de julho que se iniciou aqui no Recôncavo... É um civismo relacionado com as festas cívicas, com os desfiles e em Cachoeira com o 25 de junho... (Entrevista 5)

Em segundo lugar aparece a categoria patrimônio cultural com onze citações que direcionam a cultura cívica à valorização da cultura regional (costumes, folclore, tradições). O conceito de cultura cívica passa a adquirir a feição de cultura compartilhada pelo povo, cultura comum em relação a hábitos e costumes típicos da região, compondo o que se pode chamar de patrimônio cultural material e imaterial (CANCLINI, 2000). A noção de patrimônio designa o conjunto de bens de valor cultural que se tornaram propriedade simbólica e/ou patrimonial de uma comunidade/sociedade, ou seja, que pertence a todos os cidadãos porque se refere à posse coletiva desses bens como parte da localização dos indivíduos na sociedade e do exercício da cidadania. Para um dos entrevistados:

¹⁰ Segundo Canclini: “Ter uma identidade seria, antes de mais nada, ter um país, uma cidade ou bairro, uma entidade em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar se tornasse idêntico ou intercambiável. Nesses territórios a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos”. (CANCLINI, 2000, p. 190)

Em Cachoeira [a cultura cívica] se relaciona com costumes fortes, o candomblé, o folclore local, as crenças muito presentes na comunidade e em seu cotidiano... (Entrevista 1, grifo meu)

Outro entrevistado associou a cultura cívica a uma atitude de respeito e valorização desse patrimônio e a força que ele tem, sugerindo a necessidade de difundi-lo na própria comunidade e para além da mesma.

Em Cachoeira, cultura cívica seria a valorização do patrimônio histórico, o resgate da cultura e da história, a valorização e o cuidado com esse patrimônio rico e importante no país. Passa pela preservação do nosso patrimônio. Acho que Cachoeira deveria se tornar assunto na sala de aula... Acho que os turistas sabem mais da cidade do que nós mesmos e isso deveria ser trabalhado. Deveria haver o bom aproveitamento da mídia e dos meios de comunicação, porque eles têm um papel importante no cuidar, gerenciar e ajudar na preservação... (Entrevista 6)

A valorização do patrimônio histórico passa pelo reconhecimento que forma uma identidade sempre evocada e teatralizada, num esforço de representar uma origem, um núcleo fundador que se deve seguir e preservar (CANCLINI, 2000). Para o informante abaixo isso é suficiente para fomentar a sua preservação ao longo do tempo, no decorrer das gerações:

É primeiramente conhecer as tradições; é a valorização e o reconhecimento para que haja a preservação... As pessoas não conheciam a Levada do Pau da Bandeira e hoje isso começou a ser resgatado... Um outro exemplo é o trabalho das Liras na cidade... Tudo que falta é a pesquisa [sobre as tradições] e que as gerações jovens tenham vontade de participar. (Entrevista 8, grifo meu)

Por outro lado e como contraponto ao já dito, há certo abandono em relação aos valores cívicos, como mencionaram seis entrevistados em relação à categoria alienação cultural. Para eles a cultura regional remonta ao conhecimento da história e aos sentimentos compartilhados coletivamente. Mas, conforme um dos entrevistados há a perda de referência aos valores identitários, que configura um estado de alienação cultural entre as pessoas, além do uso político e instrumental desses mesmos valores:

O que há é uma alienação cultural e uma subserviência a uma cultura dominante. Os prefeitos sempre foram ligados à estrutura política coronelista do estado baiano... As atividades cívicas são dirigidas por essa concepção senhorial. Vejo o 02 de julho como um ritual de subserviência aos políticos locais, estaduais, sem nenhuma participação dos negros e índios nesse processo... A festa é organizada nesse sentido. As bandas contratadas e a programação cultural correspondem ao medíocre, como se fossem direcionados a manter os moradores em um estado de “cretinice crônica”, inibindo a capacidade de pensar das pessoas. As músicas como o “arrocha” e o pagode estimulam a violência e não contribuem para a questão cívica, cultural. A elite da cidade tem participação de destaque e o povo é só coadjuvante... (Entrevista 12)

Numa crítica ao que identifica como alienação cultural, o entrevistado acima indicou a persistência de padrões sócio-políticos mais clientelistas que marcariam, segundo ele, a sociedade regional e que se apropriam das atividades cívicas e do seu sentido original. Esses padrões tradicionais de comportamento político perpassam a cultura política e comprometem o senso cívico, ofuscando o reconhecimento da cultura regional como identidade e patrimônio, no sentido de que as pessoas deixam de conhecer ou valorizar suas próprias raízes sociais, conforme a citação.

O entrevistado focalizou aspectos particulares da cultura política baiana e nordestina associados à formação social do Estado, e que se destacam na literatura clássica que analisa os traços gerais desse processo. A literatura antropológica de Gilberto Freyre enfatiza os elementos e estruturas hierárquicas, no qual processos espaciais específicos originam relações sociais também específicas. Nesse sentido, o espaço do engenho de açúcar teria sido a base de uma sociedade patriarcal e autoritária sem disposição para o estabelecimento de relações mais recíprocas e horizontalizadas. Essas idéias ensejaram a elaboração do bem conhecido mito da democracia racial no Brasil, baseado na convivência pacífica entre grupos com *status* diferenciados (AVRITZER, 2007; ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

Segundo os entrevistados há também uma preocupação com o desaparecimento dos valores cívicos, que estariam ligados, por sua vez, à prevalência de um forte individualismo. Segundo esta interpretação o individualismo exacerbado de hoje compromete os laços de solidariedade que subjazem o senso de coletividade e a participação nos espaços públicos:

Nós perdemos muito a questão do civismo devido às pessoas terem se voltado para seus únicos interesses, deixam de lado esse sentido coletivo, de você transformando o que está ao seu redor, como cidadão em consonância com o que está em sua volta... Cultura cívica é se prostrar como cidadão. (Entrevista 9)

O mal-estar das sociedades modernas se expressa, frequentemente, no individualismo mencionado acima. Taylor (1994) o analisa criticamente como uma expressão do atomismo social, no qual o indivíduo se percebe como um ser solto no mundo, desconectado de suas fontes morais. Para o autor o atomismo perpassa as bases da política moderna que se torna marcada pelo privatismo e pelo baixo nível de percepção das pessoas sobre a relevância dos empreendimentos comuns. Nesse sentido, ele afirma o valor da comunidade cívica e enfatiza a necessidade de resgatar seus elementos morais para estabelecer vínculos mais duradouros entre indivíduos e gerações. Quatro entrevistados definiram cultura cívica a partir da idéia de valores morais mais coletivos para com a cidadania, coletividade e compromissos em comum:

Cultura cívica se refere à questão da cidadania, de se ser um bom cidadão. (Entrevista 1)

É compromisso, patriotismo e cidadania. (Entrevista 3)

Cultura cívica é se prostrar como cidadão. (Entrevista 9)

Eu acho que civismo e cidadania estão juntos. (Entrevista 16)

Para Heller & Fehér (1993) as virtudes privadas, aquelas que são do indivíduo, podem ou não abranger as virtudes públicas - a sua conduta como cidadão. Não obstante, quando as virtudes morais privadas passam a abarcar também o espaço público da cidadania pode-se entender a noção de virtudes cívicas como traços de caráter exemplares do indivíduo adquiridos pela prática em sociedade e relacionados a valores - bens que uma comunidade mais preza (algo, uma instituição social, um sentimento, um padrão de relação humana). Destarte, as virtudes cívicas no campo dos compromissos sociais estão relacionadas à coisa pública, ao bem comum de todos. Dentre essas virtudes está a justiça, a mais velha de todas as virtudes, além da solidariedade, da coragem cívica, da prudência, entre outros, que conformam a cultura cívica democrática contemporânea (HELLER & FEHÉR, 1993).

Além da cidadania, preservação dos valores históricos e dos costumes locais, a cultura cívica, para quatro dos entrevistados, tem a ver com formas de espiritualidade e cultura religiosa, a exemplo da preservação da cultura afro como característica da formação social da região.

A tradição da cor negra aqui em Cachoeira é muito forte... As instituições cuidam de seus próprios hábitos, que são ventilados para que eles não sejam perdidos. Como exemplo aqui tem os terreiros, a Irmandade da Boa Morte, os filhos de Gandhi... (Entrevista 17)

As duas cidades são muito influenciadas pelo candomblé, têm diversos terreiros e os turistas fazem questão de conhecer... (Entrevista 13)

A cultura cívica se associa com as manifestações da cultura popular em si, sobretudo com a religião. Estas características definem a etnicidade de um grupo, no que se refere à substância própria que lhe dá distintividade e identidade sociocultural, e que pode implicar, geralmente, em mobilização política ou social em defesa destes valores e interesses. Na verdade, a marca evidente da cultura afro-brasileira no Recôncavo remonta ao seu processo de formação histórica, baseada num sistema escravista agro-exportador desde o início da colonização da Bahia. Esses valores modelam a própria identidade das cidades, conforme os informantes, através de suas instituições amplamente conhecidas, como é o caso da centenária Irmandade da Boa Morte¹¹.

O interesse público e o entusiasmo cívico ligados à ação são considerados valores importantes na conformação da idéia de cultura cívica. Em relação a isto, três menções a relacionaram diretamente ao patriotismo e a auto-determinação de um povo, referindo-se a suas liberdades e características próprias. O patriotismo remete ao sentimento cívico em relação à pátria que aqui se refere ao amor à própria cidade em que se vive:

Seria se sentir filho da cidade, é ter amor pela cidade. Precisamos de mais amor, pois outras cidades vizinhas parecem mais cívicas, aqui as pessoas são menos... (Entrevista 4)

Essas comemorações [cívicas] reforçam a auto-determinação desses povos e seus valores... (Entrevista 5, grifo meu)

Por fim, a cultura cívica aparece entrelaçada à educação. Para os entrevistados a educação e o conhecimento são condições para que as pessoas conheçam sua sociedade. Por exemplo:

¹¹ A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte foi fundada por africanos em 1823 em Salvador, sendo transferida posteriormente para Cachoeira; na época admitia unicamente negras alforriadas em seus quadros. Hoje as iniciadas devem ser negras e ter mais de quarenta anos e a entidade passou a vincular o culto católico e a religiosidade africana.

Temos um forte potencial de cultura, mas não temos cultura de educação, ela está aquém do que ela merece. Precisamos educar esses jovens... Cultura cívica é a cultura raiz do município e a família está deixando isso de lado. (Entrevista 7)

O nível de cultura depende muito do nível de educação de um povo... precisamos buscar políticas públicas de educação ampla para que se entenda a importância da nossa sociedade, com palestras em temas diversos etc... (Entrevista 16)

Ainda sobre o tema da comunidade cívica, buscou-se compreender o nível de atividade cidadã nos municípios estudados em relação a práticas de participação a partir da vivência dos entrevistados naquele contexto. Entende-se que a ação coletiva não se limita a um determinado território e influências simplesmente locais, toda ela faz parte de um conjunto maior de intercâmbios (políticos, culturais, econômicos, sociais) de diversas dimensões, de modo que o local perde o isolamento para conectar-se de diversas formas a outras escalas através de fluxos de informação e comunicação, transportes, redes sociais ou virtuais que se movem transnacionalmente ao nível regional (HAESBAERT, 2006). Ademais, uma compreensão da atividade cidadã e participativa na região traz aspectos importantes da cultura política sob a perspectiva de atores diferenciados na sociedade regional. Assim, perguntou-se a todos os entrevistados a respeito da atividade cidadã nas cidades para entender *como* e *se* estas conseguem acompanhar os processos democratizantes hoje que ocorrem para além do local, articulando o estado, o país e o mundo. O Quadro 2 abaixo traz as principais idéias levantadas pelos entrevistados sobre esta questão.

Quadro 2

A atividade cidadã na comunidade – os processos democráticos e suas escalas

Categorias	Frequência
Há boas iniciativas cidadãs que alcançam resultados concretos nas comunidades (articulação com as outras instâncias)	7
A atividade cidadã é moderada nas cidades (ações pontuais)	6
Não acompanha. Há uma cultura política de pouca participação local	5
Não acompanha. Os grupos associativos estão atrelados a grupos políticos/econômicos locais (cooptação)	3
Hoje há uma maior conscientização da população/ Existe mais mobilização	3
Total	24

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o informante podia citar livremente mais de uma idéia.

Foram levantados argumentos importantes para a compreensão da ação coletiva local. A idéia mais preponderante informa que há uma significativa atividade cidadã nas duas cidades (sete citações), sobretudo porque estas alcançam resultados concretos, de acordo com os entrevistados. Como exemplos dessa assertiva seguem algumas citações:

Com certeza acompanha. É um espelho... como lá fora é um caminho eu me espelho nos outros, mas apenas nas coisas boas! Me espelho nessas coisas boas lá fora para fazer aqui e melhorar as condições da minha comunidade. (Entrevista 19)

A organização foi criada nesse bojo de acompanhar o nível local, regional, estadual e nacional, pois nas nossas reuniões se discutem diversos temas. Sempre nos voltamos para a micro-região... Acho que conseguimos acompanhar e vejo isso nos projetos conseguidos junto ao estado, o município, etc. (Entrevista 16)

Alguns entrevistados destacaram a importância das trocas e do aprendizado através de outras experiências cidadãs para além do seu espaço – o “lá fora”. Aqui, a importância da interação aparece como fator positivo para entender os níveis de ação que extrapolam o nível local para consolidar empreendimentos e dar conteúdo às demandas que envolvem, ainda, outros setores, como evocou um dos informantes ao abordar os projetos e a representatividade alcançados junto aos governos (estadual e municipal). Essas idéias se aproximam de Masson (2006) quando a mesma afirma que os atores sociais que participam de constituições espaciais mais estendidas produzem construções discursivas qualitativamente diferentes que tentam tornar mútuas as reivindicações e aquelas identidades baseadas no lugar, tornando-as resistentes ao tempo e colocando-as em escala mais alta. Assim, há a possibilidade de ampliação das esferas de ação e da própria mobilização coletiva associadas ao aprendizado e vivência de novas experiências que vão além da atuação nas micro esferas municipais.

A participação, de acordo com Teixeira (2001), além da capacidade de “fazer parte” ou “tomar parte”, se refere também à interação contínua daqueles que compõem a vida pública: o Estado, outras instituições e a própria sociedade. As iniciativas de participação têm também no Estado o ator privilegiado de diálogo e demandas. De acordo com este argumento, o exemplo seguinte mostra a importância das reivindicações junto às esferas do governo com base nos direitos de cidadania; conhecer os direitos é condição prévia e indispensável para que haja plena atividade cidadã:

Acho que acompanha porque essas pessoas envolvidas com a atividade cidadã aqui procuram deputados ou vereadores para reivindicar as coisas para a cidade. Eles são como intermediários para conseguir isso. Então, eu acho que essas pessoas têm que ter o conhecimento dos seus direitos por isso tem que acompanhar, tem que saber dos direitos para poder reivindicar. Quando não se tem conhecimento de nada, não existe essa atividade cidadã. (Entrevista13)

Em segundo plano seis entrevistados afirmaram que a atividade cidadã nas cidades é moderada, da qual se destacam algumas ações mais pontuais, tal como exemplificado nas seguintes citações:

Existem faíscas aqui e ali, mas que depois se apagam. As pessoas têm medo de se expor. (Entrevista 3)

Em termos de vontade, vejo que os presidentes de umas organizações têm força de vontade, mas é porque a sociedade é pobre e é por isso que não se consegue acompanhar o que vem de fora. Mas, tem pessoas muito boas, eu conheço várias pessoas nessa área... (Entrevista 21)

Pode ter, mas de forma moderada, mas eu acho que não chegam a repercutir lá fora para gerar mudanças... Tem representantes que conseguem participar de cursos e palestras fora e trazem isso para sua comunidade, mas as iniciativas ficam por aqui mesmo. (Entrevista 10)

O caráter multiescalar e multidimensional dos processos modernos no campo da ação coletiva e dos movimentos sociais são fortalecidos através de sua capacidade de agir através de várias escalas, isto é, de ampliar a ação para além do seu universo de origem através dos sujeitos, classes sociais ou instituições (HAESBAERT, 2006; MASSON, 2006). A inserção nesses circuitos de troca tem atribuído aos sujeitos a capacidade inclusiva de integrar novas experiências em outras escalas para além do local. Sobre a capacidade de novas experiências os entrevistados declararam que as iniciativas geralmente não conseguem se articular com outras esferas devido a certas limitações como a falta de condições financeiras das comunidades/grupos organizados para implementar articulações em outros níveis, além do receio de expor idéias ou questões, o que acaba restringindo essas ações ao contexto local. Esses fatores dificultam a disseminação da ação coletiva e o seu reverso, ou seja, o aprendizado através de ações democráticas externas a esse território.

De acordo com cinco dos entrevistados a atividade cidadã nas cidades não consegue acompanhar os processos democráticos modernos. Diversos argumentos foram destacados

para reforçar essa opinião. Alguns expuseram que:

Acho que há muita inércia e passividade no local. (Entrevista 3)

Não sei, porque tem uma grande dificuldade das instituições locais acompanharem esses processos democráticos. A estrutura e a consciência do voluntariado não existem na cidade. Nós buscamos ajuda das pessoas, mas trabalhar de graça para eles não existe! Isso seria uma troca entre as pessoas, mas isso não existe na cidade e nem no Nordeste. (Entrevista 8)

Essa última citação ilustra a idéia de que existe uma falta de consciência cidadã na comunidade e alude a uma questão de cultura política na sociedade brasileira considerada por alguns atores. Embora o processo de redemocratização tenha resultado na emergência de inúmeras formas de participação social e política, ainda sobrevive uma cultura política influenciada por valores tradicionais e mais comodistas, principalmente no Nordeste, e que impactam diretamente na restrição a modelos mais difundidos de participação cidadã que se volta para uma solidariedade mais generalizada e não uma ação movida por interesse pessoal, base da reciprocidade negativa (GODBOUT, 1998; LANIADO, 2001; IVO, 2001, REIS, 1995). Na sociologia, o conceito de trocas (que o entrevistado se refere) remete ao campo da cooperação social que é um elemento da reciprocidade moderna, e que varia exatamente conforme a evolução dos sistemas, das tradições herdadas e do contexto histórico das comunidades (LANIADO, 2001).

A partir de uma concepção mais negativa, três entrevistados abordaram a cooptação das entidades associativas locais. O excerto abaixo enfatiza que:

Não acredito mais nessas organizações como sindicatos, associações de bairro, etc. porque elas são formas de organização que foram absorvidas pelo sistema capitalista e que dão infinitas concessões para sobreviver. Há muitos projetos com o estado e elas sobrevivem disso, sempre atreladas gerando uma falta de independência dessas organizações. Elas têm perdido sua função de origem que seria organizar independentemente sua classe, seu grupo. Aqui no município acontece da mesma forma, quem perde é a região enquanto há um enriquecimento desse grupo político local... (Entrevista 12)

Teixeira (2001) concorda que as formas de ação coletiva contemporânea defrontam-se com diversas questões e desafios dentre os quais a sobrevivência financeira. A dependência de recursos e/ou apoio de entidades públicas ou privadas acarreta

frequentemente a cooptação e fragilização desses grupos; a falta de autonomia das organizações, como mencionou o depoente, acaba por comprometer seu caráter e função inicial. Outro entrevistado ressalta que:

Geralmente os grupos associativos locais estão atrelados a grupos políticos. Isso vale para os conselhos municipais e associações de bairro. (Entrevista 2)

O papel das entidades cai em descrédito quando a noção de confiança é afetada, para impactar diretamente na capacidade das organizações de constituir sua ação dentro da comunidade e para além dela, exatamente porque a confiança é um valor que favorece a cooperação, tanto nos sistemas quanto nas relações interpessoais (PUTNAM, 1996). Assim, não apenas as instituições políticas públicas modernas se tornam alvo de descrença; a crítica do informante retoma o debate acerca da legitimidade da representatividade das organizações da sociedade civil, enquanto uma “forma de fazer política” hoje.

No lado oposto, três dos entrevistados se referiram a um aumento do nível de participação cidadã nas cidades nos últimos tempos, o que para eles significa uma mudança em relação a uma cultura política marcada pela apatia. Segundo eles, há uma maior conscientização da população em função do crescimento e visualização das formas de engajamento hoje. Para um deles:

Hoje consegue acompanhar... As pessoas começam a cobrar mais, embora seja um processo novo, acho que elas não tinham uma consciência do potencial da atividade cidadã aqui. A cidadania quer dizer defender seus interesses e os da comunidade. Pelo nível de cobrança, pelo nível de engajamento nas propostas e se sua proposta é consistente as pessoas lhe apóiam. (Entrevista 15)

Na fala do entrevistado, a atividade cidadã é entendida através do nível de demandas e reivindicações em termos de interesses individuais e coletivos (os direitos), configurando uma nova visão em termos de participação no local. A respeito das mudanças de mentalidade outro entrevistado ressaltou o papel da chegada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB (implantada em 2005 em Cachoeira) na ampliação das perspectivas locais, sobretudo dos jovens, na medida em que percebe, desde já, que:

Cachoeira está melhorando um pouco, tem vivido uma ascensão cultural e as coisas estão se movimentando... Com a vinda da faculdade acho que vai mudar muita coisa; a universidade era um sonho muito distante, agora vai aflorar muito os horizontes dos jovens. (Entrevista 3)

Para completar este núcleo da percepção dos indivíduos acerca da comunidade cívica, destacou-se a importância do reconhecimento social. Essa noção configura uma série de valores próprios do indivíduo e legitima o igual valor dos homens em sociedade através do princípio da dignidade humana (SOUZA, 2003; TAYLOR, 1994). É para captar o sentido do reconhecimento na formação da cultura e das referências identitárias regionais que foi indagado se eles acreditam receber o reconhecimento social que merecem na sociedade, independentemente da área em que atuam na sociedade.

Quadro 3
O reconhecimento social na sociedade regional

Categories	Frequência
A sociedade reconhece o bom trabalho que faz	12
Tem respeito e apoio moral das pessoas (estima social)	8
Tem respaldo de instituições e poder público	6
Não tem reconhecimento; falta autonomia para melhorar seu trabalho	2
Não ter reconhecimento gera frustração e baixa auto-estima	1
Não tem reconhecimento; ser político hoje é um rótulo negativo	1
Total	30

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o informante podia citar livremente menções sobre o reconhecimento.

A grande maioria das respostas remete à percepção do reconhecimento vivido pelos indivíduos em relação à realização do bom trabalho nas instituições onde atuam (associativa, política, econômica etc.), desenvolvendo ações que auferem credibilidade e confiança na comunidade. Assim, doze dos entrevistados consideraram que há reconhecimento na comunidade pelo que fazem:

Na comunidade como um todo me sinto agradecido. Você se sente muito importante... Ser reconhecido é ter credibilidade na sociedade. No bairro há várias pessoas maldosas, ligadas a uma politicagem e que não conseguem enxergar o papel do nosso trabalho. O reconhecimento é algo que fortalece o meu trabalho e para ser reconhecido é preciso mostrar que é capaz de fazer, e isso é que fortalece a entidade... (Entrevista 7)

O reconhecimento se refere à capacidade efetiva de agir significativamente na sociedade (FRASER, 2000), uma condição que fortalece o próprio sentido do trabalho na comunidade e na organização, e a valorização do engajamento, conforme o depoimento acima. Para Honneth (2003) o engajamento do indivíduo em alguma forma social que tenha o sentido das lutas por algo a ser conquistado produz auto-respeito e propicia a solidariedade no interior do grupo que toma a forma de um sentimento de estima mútua entre indivíduos. Outro entrevistado ressaltou que:

Sei que estou tendo um reconhecimento dos moradores, porque eles estão vendo o trabalho que eu tenho feito na associação. Vejo as pessoas alegres nas suas casas... O reconhecimento é uma aceitação. (Entrevista 19)

As idéias abordadas pelas respostas registradas mostram que as potencialidades de participar plenamente na vida social se fundem no reconhecimento social como uma dimensão de produção do *status* social que cada um necessita para sentir-se parte de seu mundo social (FRASER, 2000). É possível dizer que há uma frequência, entre os informantes, da importância do que cada um faz e com o que contribui para o bem-estar da comunidade, da aceitabilidade e da legitimidade, que são condições para o funcionamento e consolidação das esferas privada e pública.

Segundo outros entrevistados o reconhecimento é o usufruto do respeito das pessoas da comunidade, expresso através do apoio moral e da admiração. Perguntado se recebe o reconhecimento por parte da comunidade em relação ao que faz um dos entrevistados respondeu que:

Acho que sim. São poucas as pessoas que me oferecem o reconhecimento... Acho que reconhecimento é um apoio moral, não apoio oficial ou político; é o que tem me ajudado, é um apoio das pessoas. (Entrevista 8)

Outros enfatizaram que ter uma trajetória na comunidade assentada na experiência é um elemento que leva ao reconhecimento social.

Acho que tenho [reconhecimento]. São vinte e seis anos de vida política, e sou sempre um dos candidatos mais votados. Ser reconhecido é ter a satisfação do meu ego; as pessoas me consideram pelo que sou e não pelo que eu tenho; as pessoas me param na rua, me apóiam etc. (Entrevista 15, grifo meu)

É formidável o reconhecimento. Tenho o título de cidadão muritibaense, santantoniano, vários de cidadão do ano, porque participo também dessas comunidades... Resumo esse reconhecimento no exemplo que eu dou... Sou muito querido na região e digo isso com muita propriedade. (Entrevista 18)

O respeito social que permite o reconhecimento através das instituições e do poder público aparece em terceiro lugar no rol da caracterização do reconhecimento e resume novamente o elemento da aceitabilidade dos indivíduos em seu meio. Em continuidade à idéia de que a realização de um bom trabalho na comunidade favorece o reconhecimento social pelas contribuições do sujeito este também se concretiza quando a ação se dá no seio das instituições públicas locais. Outros dois depoentes afirmaram:

Acho que tenho reconhecimento até demais; acho que faço pouco e ganho muito de volta. Eu me exponho muito... Meu maior reconhecimento é das crianças, dos pais dessas crianças, e depois através dos poderes públicos, porque eles me convidam para eventos, para participar etc. (Entrevista 6)

Eu e a associação temos recebido reconhecimento na imprensa escrita, falada, das autoridades, dos cidadãos do município... Não trabalho para ser reconhecido, mas para melhorar a qualidade de vida das pessoas, trazendo outras pessoas para participar também. (Entrevista 16)

Diante do já dito, observa-se que o reconhecimento advém da valorização de um trabalho que tenha credibilidade na sociedade e, por isso mesmo, o não-reconhecimento leva a restrições para indivíduos ou organizações atuarem plenamente. Para dois entrevistados, falta maior autonomia ou investimentos/apoio para a realização do seu trabalho, uma condição necessária para legitimar a relevância de sua contribuição social:

Me sinto como um pássaro na gaiola: tenho belo canto, belas plumas, mas não posso voar. Falta um pouco mais de autonomia para realizar melhor meu trabalho. Embora tendo cargo, eu não tenho poderes. (Entrevista 11)

Eu acho que não. Acho que tem pouco investimento do governo, eles falam demais e fazem de menos... Acho que não se deve esperar muito do governo, ele deveria abrir espaço para os comerciantes daqui... O cidadão deve fazer a sua parte, ele tem que tomar atitude. (Entrevista 22)

No plano da individualidade, Taylor (1994) compreende que a identidade pessoal é moldada, em sua maior parte, pelo reconhecimento ou pela ausência dele, assim, o não-reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem provocar distorções reais na personalidade individual. O reconhecimento é desenvolvido a partir de uma dimensão dialógica e interativa que envolve a percepção dos indivíduos sobre si mesmos e através da relação com os outros. O grupo do qual um indivíduo faz parte pode insinuar uma imagem depreciativa sobre ele mesmo prejudicando a auto-estima que está imbricada na subjetividade individual, de acordo com a fala de um entrevistado. Para ele, o reconhecimento do que faz representaria a valorização do seu trabalho na comunidade, atribuindo-lhe, então, um *status* de valorização:

Espero fazer algo e que o reconhecimento venha de modo espontâneo pelo meu trabalho. Às vezes, é frustrante por que demora a vir. O reconhecimento social é como uma palavra de conforto. Sem esse reconhecimento vem a frustração e baixa auto-estima, com isso o nosso desempenho cai. (Entrevista 9)

Por fim, um dos entrevistados se referiu à relação entre reconhecimento e descrença no papel do político hoje. Questionado se recebe reconhecimento social pelo seu papel na comunidade ele indagou que:

Não. O rótulo de político é um rótulo negativo. As pessoas acham que político é pejorativo. A sociedade deixa de reconhecer o político pelos exemplos que ele vê no cenário nacional e que refletem aqui no municipal. Eles acham que o político, para ser reconhecido, precisa ter uma postura assistencialista, o que não é correto. Muitas pessoas votam em troca de bens. Esse é o tipo de cultura política que gira no município e que não deveria ser assim. (Entrevista 17)

Pode-se dizer que o “rótulo pejorativo” mencionado pelo entrevistado tem a ver com o sentimento de descrença generalizada dos cidadãos frente aos políticos hoje, como agentes diretos da política que também se torna alvo de desconfiança, conforme certos autores (LECHNER, 2004; BECK, 1997). O entrevistado enfatizou a influência de episódios negativos ocorridos no cenário político nacional veiculados pela mídia (corrupção, CPIs, escândalos etc.) e sua ação sobre a visão da população a respeito do político municipal, situação que acabaria por incrementar a falta de credibilidade na classe.

Como parte do próprio discurso político, o entrevistado criticou a demanda por uma política assistencialista, que considera muito comum no município, e que é característica marcante em sistema de trocas mais assimétricas e clientelistas (LANIADO, 2001; MARTINS, 1994; REIS, 1995).

5.2 Reconhecimento e a constituição da memória social e do *status* sócio-regional

O reconhecimento encontra na esfera da identidade de um povo e de sua memória social noções importantes para explicar a realidade de sua formação. Memória e identidade referem-se a tradições e universos simbólicos constituídos para indivíduos e sociedades, particularizando aquilo que há de autêntico (TAYLOR, 1994). Por isso o reconhecimento de uma coletividade refere-se ao sentimento de pertencimento que desperta no seu povo e às características valorizadas para a identificação do grupo, evocadas frequentemente como laço social para a ação.

Para continuar o entendimento dos valores que formam o reconhecimento e a própria cultura política, direcionou-se uma pergunta sobre a percepção das cidades através de seu *status* regional no contexto político estadual. A questão revelou a forma como os indivíduos entendem a própria região.

Quadro 4
Reconhecimento social e político de Cachoeira e São Félix

Categorias	Frequência
Há reconhecimento porque existem incentivos públicos	16
Não é bem reconhecida, pois faltam investimentos na região	10
Há o reconhecimento, pois tem instituições/manifestações culturais que levam o nome da cidade para o exterior	3
Haverá maior reconhecimento quando o povo conhecer a si mesmo e aprender a preservar	2
Deve haver maior integração entre os municípios e mais associativismo	1
O tombamento é um atraso/ crítica ao tombamento	1
Total	33

Fonte: Pesquisa de campo, 2008/ Nota: o informante podia citar livremente sua opinião.

Em primeiro lugar com dezesseis menções está a idéia de que as cidades usufruem de um reconhecimento do seu papel simbólico e histórico e isto se verifica pela quantidade de investimentos que atraem. Percebe-se claramente que um sentido de reconhecimento se configura quando se confrontam exemplos das declarações dos entrevistados, tais como:

Hoje eu vejo alguma fagulha que vislumbra um reconhecimento. O governo tem dado reconhecimento político à cidade desde o fim de 90 e até então. Há uma luz se acendendo com a UFRB. Vejo que isso será a médio ou a longo prazo... O que falta é um maior interesse do governo em construir políticas públicas que dêem sustentabilidade a esse reconhecimento. (Entrevista 18)

Na educação foi dado um passo essencial que foi a construção do Centro de Artes e Humanidades da UFRB, do ponto de vista econômico, social, dos costumes, da cultura. Formará novos professores, técnicos, um grupo de consumidores que irá incentivar o crescimento da economia da região, contribuindo com mudanças culturais, nos costumes e hábitos. São outras mentalidades que vão interferir na comunidade local, contribuindo para superar preconceitos seculares e traumas da sociedade local. (Entrevista 12)

Ou ainda:

Sim, pois há um investimento dos órgãos públicos para a preservação do patrimônio local, como o IPHAN e do IPAC. Cachoeira tem o título de cidade Monumento Nacional, tem um movimento para torná-la patrimônio da humanidade e tem também o projeto para que ela seja a capital do estado no dia 25 de junho. (Entrevista 6)

O reconhecimento é entendido a partir das ações que o concretizam, na visão dos respondentes; nesse sentido os investimentos na região demonstram que ela é valorizada. Especificamente a respeito de Cachoeira, os informantes enfatizam a sua condição de cidade Monumento Nacional, título que lhe foi concedido em 1971, mesmo ano em que foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os investimentos mais mencionados como indicadores de valorização das cidades são: o Projeto Monumenta (programa de financiamento para restauração de imóveis históricos públicos e privados) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), entendidos como estratégias positivas para a dinamização sócio-econômica da região.

Contrariamente, com uma frequência de dez citações, alguns entrevistados criticaram a falta de investimentos em atividades para renovar a economia da região como condição primordial de sua valorização. Por exemplo, um depoente enfatiza que a região como um todo sofre com certo descaso:

Acho que as cidades perderam esse reconhecimento. São cem anos de solidão. Isso se agravou com a criação do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico, quando a economia das cidades foi sucateada e com o deslocamento de famílias inteiras para estes locais. Hoje se poderia investir na economia do turismo, na educação etc. (Entrevista 12)

O entrevistado referia-se ao momento de reestruturação econômica do Recôncavo a partir dos anos 1950 com o advento da exploração de petróleo na Bahia, que trouxe consigo uma industrialização concentrada em áreas privilegiadas, sobretudo, na região metropolitana de Salvador por meio da implantação dos dois centros industriais citados (BRANDÃO, 1998; SANTOS, 1998). A decadência da produção agroindustrial e fumageira, a perda de importância das ferrovias e o fechamento dos portos enquanto pontos estratégicos de atividade econômica reposicionaram, para baixo, essa região do Recôncavo. Para o entrevistado, a perda do potencial econômico da região reflete a desvalorização da mesma, isto é, um esvaziamento das condições para o seu reconhecimento. Outro depoente descreve a importância histórica de sua cidade no passado em comparação ao presente e a falta de reconhecimento:

Cachoeira era cidade-mãe e possuía várias outras localidades. Dizem que ela era a capital do Recôncavo e tinha uma ascendência muito grande; aqui tinha de tudo e era ponto de passagem de produtos. Mas depois teve uma decadência; tiraram os barcos, fecharam as fábricas... (Entrevista 18)

A mudança de hierarquia regional no estado foi consolidada pelo processo de transição de uma economia de base agrária para uma economia industrial e de serviços. As mudanças por que passou essa região do Recôncavo reduziu o seu alcance e integração nas escalas mais amplas (regional e nacional e internacional), como havia alcançado desde o período colonial quando abrigava a interligação comercial entre os sertões, a capital e o exterior por meio de estradas e do porto local.

As coisas sempre preservam alguma identidade através das mudanças e eventos e essa seria uma regra para entender os processos de transformação das sociedades em geral (SAHLINS, 1997). Nesse sentido, a desconsideração que se tem pelo passado é apenas relativa, porque há sempre um princípio de continuidade mesmo nos processos de mudança, transmitido pela cultura, memória coletiva etc. Esses argumentos completam o

sentido de que o passado é sempre uma construção e interpretação constante e reflexiva, articulado à ação social no presente (DOMINGUES, 1999). Há uma (re)significação dos elementos culturais pelos agentes e seus usos como recurso da política, inclusive para o reconhecimento. Isso pode ser associado ao que os depoentes declararam sobre a importância da disseminação dos valores locais. Com três menções, o reconhecimento social das cidades foi associado ao alcance e difusão da cultura local, ou seja, através de instituições ou manifestações regionais que ganham destaque nas outras escalas (estado, país, mundo). Abaixo seguem duas ilustrações desta questão:

As pessoas que visitam Cachoeira têm percebido que a cidade tem ‘sacudido a poeira’. Um exemplo é o samba-de-roda da região que foi reconhecido internacionalmente pela UNESCO, e têm várias outras produções culturais importantes aqui. (Entrevista 5)

São Félix tem um reconhecimento na área de saúde, e esse é o fator que mais se destacou. Além disso, tem a Dannemann que dá uma visibilidade para a região, com a produção de charutos e também com os eventos que promove. (Entrevista 4)

Aqui se observa a ênfase na difusão da cultura como patrimônio local para consolidar o *status* das cidades. Por meio da visibilidade há a difusão de valores próprios da região, uma forma de ampliar as fronteiras de seu alcance. A valorização do pluralismo cultural (o multiculturalismo em várias sociedades) na modernidade avançada reforça a busca pela afirmação de expressões autênticas de raízes, da etnicidade e identidade, no sentido daquilo que é valioso e peculiar a um povo e se torna o lastro para a sua demanda por reconhecimento social (TAYLOR, 1994). O desdobramento da questão mostra, como afirmado por dois dos entrevistados, que a sociedade precisa reconhecer e valorizar a si mesma para ser reconhecida pelos outros num movimento de dentro para fora. Abaixo, os entrevistados mencionam a necessidade de proteção do patrimônio, da história e das tradições regionais.

Não tem mais reconhecimento devido à própria sociedade. Ela tem que conhecer o que ela tem. Cachoeira tem a “galinha dos ovos de ouro” e não sabe. A educação patrimonial é a chave, pra mim. Acho que deve ter um órgão para a preservação... Tenho enviado cartas e participado da discussão do plano diretor da cidade e acho que todo mundo deve e pode pedir o tombamento dos patrimônios. A sociedade está acordando... São estes grupos que estão na luta. (Entrevista 8)

A cidade já foi um ponto de muita relevância no passado e por isso deveria receber mais pelo papel que já teve. Há muita pobreza na região... Não sei se não somos reconhecidos ou se não nos fazemos reconhecer. Temos que nos fazer reconhecer! (Entrevista 3)

As reflexões acima sugerem maior empenho tanto do poder público através de políticas que afirmam o valor do reconhecimento da cultura regional, na concepção de Taylor (1994), mas também da ação da sociedade no que diz respeito à valorização daquele mesmo patrimônio (material e imaterial) que é sua própria referência identitária. Ações como políticas de preservação, tombamento, fiscalização e, principalmente, a educação patrimonial (Entrevista 8) enquanto subsídio escolar para as novas gerações devem contribuir com as lutas por reconhecimento em diversos níveis. Pois que este patrimônio é um bem comum não apenas para aquela micro-região - as duas cidades - mas é parte do acervo que diz respeito à própria constituição histórica e identitária do estado e da nação (TOCQUEVILLE, 1977), o que deve implicar na adesão de todos a estes bens comuns (TAYLOR, 1994).

Segue a opinião de um entrevistado que acredita que o reconhecimento do valor da região será adequado quando houver melhor integração entre os municípios de Cachoeira e São Félix e um incremento do associativismo local. Segundo ele, uma melhor integração entre os municípios pode fortalecer a ação conjunta e gerar mais desenvolvimento combinado, otimizando investimentos e, ao mesmo tempo, a organização da sociedade civil a partir de novos padrões de cultura política:

O novo governo estadual não está valorizando a região. Acho que deve ter uma maior integração dos municípios para chegar a um fortalecimento. Existem vários projetos e empresas que não vêm para cá. No mundo globalizado nenhum empresário quer colocar sua empresa aqui... O povo aqui não aprendeu a viver o associativismo, o cooperativismo. É disso que o município precisa para crescer, pois o município não tem onde empregar o povo. O povo precisa mudar, pois não é só o governo que faz. (Entrevista 7)

A idéia do entrevistado de que a comunidade não aprendeu ainda a viver suficientemente o associativismo e o cooperativismo se relacionam a padrões de cultura política que refletem as raízes da experiência histórica. As cidades em estudo formaram um dos primeiros complexos de sociedade aristocrático-senhorial do Brasil que, assim como em outras partes do país, teria sido um dos fatores que contribuiriam para padrões

ambivalentes como o clientelismo e a política do favor. Essa estrutura peculiar interfere diretamente nos laços de convivência na esfera pública, aqueles que permitem ações conjuntas a partir da reciprocidade e da confiança (PUTNAM, 1996; REIS, 1995; LANIADO, 2001). O retraimento dos espaços de confiança mútua na esfera pública reduz o crédito nas ações coletivas e na solidariedade na vida coletiva, isto é, baixa a expectativa que os atores associam aos recursos de sociabilidade, aqueles que, em última instância, incrementam o capital social através do associativismo.

Tendo em vista o entendimento dos entrevistados acerca do reconhecimento da região a partir da perspectiva da memória social, indagou-se como percebem o papel das duas cidades hoje no cenário estadual e nacional, num movimento de fora para dentro. A força e identidade da região podem evidenciar seu papel em escalas maiores em um mundo mais globalizado, marcado pela velocidade da informação e do deslocamento dos indivíduos e bens e, ao mesmo tempo, explicitar a maneira como o território flexibiliza-se recebendo valores de fora e valores locais difundidos.

Quadro 5
O papel da região hoje no estado e no país

Categorias	Frequência
Há um descaso; a região perdeu sua importância econômica	15
Existe uma valorização histórica, não um descaso	6
Há investimentos na região hoje que podem fomentar seu desenvolvimento	5
Está crescendo o número de ações sociais na região	1
Total	27

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o informante podia citar livremente.

Sobre o papel da região os depoentes informaram que há uma perda da valorização por falta de incentivos governamentais. Quinze menções ressaltam um descaso decorrente dessa situação, referindo-se sempre a um passado em que as cidades ocupavam lugar de destaque no cenário nacional em comparação com o presente. Para alguns entrevistados:

As duas cidades pagaram pelo desenvolvimento do estado. Depois das rodovias, elas perderam muito por que elas eram cidades fluviais. A evolução de São Félix se deveu ao rio Paraguaçu, daqui se vendia para muitos lugares, vinham coisas de fora... O crescer da gente ficou limitado hoje. Ainda hoje acho que as cidades perderam importância, perdemos fábricas de charutos, etc. O comércio daqui sustentava quem viesse e hoje têm poucas instituições que mantém a cidade. (Entrevista 4)

Aqui se deu o ciclo da cana-de-açúcar, com base no trabalho escravo. Foi a convivência entre duas culturas fundamentais: a do negro africano versus o senhor português, por isso o Recôncavo não é só “belo, moreno e bonito”, mas é também “preconceituoso, arrogante e autoritário”. Para um lugar que foi referência, com o açúcar e o fumo, hoje não se desenvolve nenhuma atividade referencial a não ser poucos centros de exploração de petróleo. Com o fim da produção desses dois produtos a região começou a declinar economicamente... São cem anos de solidão. (Entrevista 12)

A posição da região no cenário moderno tem como referência elementos da memória social e história compartilhados. A última citação acima alude à formação da sociedade de tipo aristocrático-senhorial na região, destacando o sistema de colonização sustentado pela coexistência entre culturas diferenciadas – negros e portugueses. Continuamente associado a um passado de riqueza e importância no cenário da época, o Recôncavo é sempre lembrado como um espaço importante na constituição da economia baiana, desde seu início (MOREIRA, 2002; BRANDÃO, 1998), seja pela preponderância de grandes empreendimentos na área do açúcar e do fumo, seja pela ênfase como entreposto comercial calcado basicamente na importância do rio Paraguaçu e nas estradas de ferro. Seguem abaixo outras ilustrações dessas idéias sobre o papel das duas cidades.

A região continua tendo importância, mas não como antes. A cidade [São Félix] já obteve no passado o título de cidade industrial; teve a Companhia Ferroviária Central da Bahia... Mas, veio a decadência das fábricas depois do fim da Segunda Guerra...e hoje tem poucos lugares para empregar as pessoas. (Entrevista 11)

Elas eram pólo distribuidor no passado. Nos anos 50 e 60 eram muitos saveiros e trens toda hora aqui. Cachoeira era um pólo educacional muito grande na região. Depois teve uma mudança. Hoje no nível econômico e financeiro o papel da região está muito tímido porque perdeu tudo aquilo... (Entrevista 18)

As duas cidades tinham um papel importante antigamente. O transporte fluvial era muito importante, as mercadorias vinham para o porto e daqui eram distribuídas para o interior... Hoje, economicamente, a região não tem importância devido à mudança no transporte, porque hoje o transporte é rodoviário. O aspecto político também não tem influência no estado porque a política aqui é muito centrada no local. (Entrevista 13)

A imagem do presente contradiz o passado de opulência; está baseada numa temporalidade que parece remeter àquilo que Rodrigues (1999) denomina de “utopia retrospectiva” fundada sobre a valorização de um passado de abundância em contraposição a um presente de carência. A memória do indivíduo encontra fundamento na memória do grupo e é nela que estão os artefatos, os registros e a tradição que configuram a identidade de cada sociedade; por isso tudo que foi importante na trajetória das cidades permanece vivo na memória e na consciência da comunidade ainda no presente (HALBWACHS, 2004).

Em segundo lugar, seis entrevistados concordaram que não há um descaso da região em si, mas uma mudança de importância, principalmente uma valorização turística e histórica das duas cidades no contexto de globalização de hoje. Seguem abaixo algumas citações que elucidam a questão:

É muito relativo... Cachoeira foi pedra fundamental para o desenvolvimento da Bahia. Aqui passaram personagens importantes, e também pelas lutas travadas pela independência. Ela é reconhecida como cidade histórica e recebeu o título simbólico de Capital da Bahia. Isso é um reconhecimento. Acho que não tem um descaso. As pessoas querem Cachoeira como patrimônio da Humanidade. (Entrevista 17)

No nível cultural e social as duas cidades têm mais importância... Elas participaram na formação do estado, participaram das guerras de independência... (Entrevista 18)

O reconhecimento de valores da história e do patrimônio local é entendido como a contribuição do lugar (local) para o país (nacional), ou mais ainda como mencionou um dos entrevistados, é a possibilidade de tornar a cidade um patrimônio próprio da humanidade. Turisticamente, a especificidade da regionalidade caracteriza-se pela exaltação de valores típicos culturais (autênticos e únicos) e históricos, transcendentais e também impregnados naquele território. Do mesmo modo, o reconhecimento da relevância da região através dos investimentos públicos já mencionados na questão anterior também é associado ao potencial de destaque das cidades hoje. Essa categoria agrupa cinco menções cuja fala abaixo resume bem:

Cachoeira tem reconhecimento no nível nacional... Ela participou do movimento de independência da Bahia. Do ponto de vista histórico foi tombada em 1971. Eu acho que o “olho” federal está aqui, o exemplo disso é a UFRB. Acho que foi o processo de tombamento que influenciou a vinda da UFRB, que despertou a coisa mais no âmbito estadual e nacional. No turismo já é algo perene, persistente. (Entrevista 20)

Finalmente, um depoente informou que está ocorrendo uma mudança em relação a práticas e mentalidade nas cidades, o que é entendido como um fator favorável para o restabelecimento do *status* da região no contexto regional/nacional:

Acho que a região está acordando de um sono profundo, ela está se “espreguiçando”... Acho que tem uns bolsões, algumas iniciativas, coisas pequenas que fazem as pessoas perceberem que existem mais coisas aqui além do pagode... São trabalhos sociais, pessoas, grupos e espaços que estão fazendo as pessoas perceberem melhor as coisas. (Entrevista 3)

Segundo as idéias acima, o ponto de vista da conscientização da população é importante para o acompanhamento dos processos democráticos. Em função da abertura de espaços de diálogo para a sociedade civil, com instâncias do governo ou outros atores, Mota (2007) acredita que no cenário baiano novas iniciativas têm se disseminado associado a um movimento da sociedade que se propõe a participar dos processos políticos em defesa dos interesses das bases sociais, e dos governos predispostos a abrir espaços e canais para a representatividade de interesses da população organizada. Pode-se dizer, segundo a menção do entrevistado, que as sociedades locais têm se envolvido mais, embora as iniciativas sejam ainda limitadas, e que, através da ampliação dessas ações, o reposicionamento da região hoje pode ocorrer em cenários mais amplos.

Além disso, buscou-se entender a relação entre a sociedade local e contextos mais amplos do ponto de vista do conflito. Supõe-se que o poder local, enquanto espaço definido de sociabilidades e interações se configura como um conjunto de redes sociais que se sobrepõem em termos de cooperação, mas também de conflitos em torno de recursos, valores e interesses (FISCHER, 1993). Nesse sentido os entrevistados foram questionados sobre qual seria o conflito ou tensão mais marcante na região e o seu impacto na vida regional e para além desta.

Quadro 6
Qual o principal conflito ou tensão na região

Categorias	Frequência
Tensões políticas	9
Tensões sócio-estruturais	7
Tensão cultural/ padrões culturais	7
Tensões econômicas	4
Total	27

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o informante podia citar livremente.

Os principais conflitos e tensões indicados remontam às questões afins a cada grupo de atores entrevistados, questões de ordem política, sócio-estrutural, econômica e cultural. Isto não quer dizer, porém, que a resposta do entrevistado equivale necessariamente a uma preocupação exclusiva de sua área. O maior número de menções indicou formas de tensão e conflito político como mais preponderante na região. Para entender como os entrevistados definiram a idéia de conflito político seguem os principais temas expostos pelos informantes a respeito da questão:

É o conflito político. Aqui todos querem tomar o poder. Um político fica tentando denegrir a imagem do outro, falando do passado político do outro; é uma guerra sem armas. Isso é tão grande que chega a ter brigas de rua. O político se preocupa em ter dinheiro para se eleger, ele tem que pagar para ser eleito e quando se elege não se preocupa mais com a cidade. Quando uma pessoa recebe dinheiro para votar em certo político, essa pessoa não tem como cobrar, não tem moral... Porque o político chega no poder e não se preocupa em trabalhar, fazer as coisas, mas sim em repor o que ele gastou na campanha. (Entrevista 13)

Os conflitos políticos em tempos de eleição são muito comuns aqui. É muito visível; têm brigas, denúncias sobre corrupção eleitoral ao Ministério Público, na polícia e até o TRE. (Entrevista 10)

As imagens da política no cotidiano das cidades aparecem nas citações dos entrevistados que argumentam que a disputa e as divergências partidárias são muito frequentes e visíveis na região, como as “brigas de rua”, “conflitos em época de eleição”, “corrupção eleitoral” etc., mais ligadas à idéia de “politicagem”. Outra citação abaixo enfatiza a divergência partidária na região como fator que obstrui a implementação de decisões.

No Conselho da Merenda Escolar tem um vereador de oposição ao governo local que tem assento e tenta vetar as coisas... É uma tensão no campo político que interfere no aspecto da educação. No caso do problema da merenda escolar esse representante, que se opõe ao trabalho do Conselho, prejudica os encaminhamentos só porque é opositor ao governo local. Esses conflitos poderiam ser evitados em virtude de que não tangem o que deveria ser discutido. (Entrevista 9)

A despeito da opinião dos entrevistados é preciso destacar que a arena política em si, é o espaço privilegiado do conflito, do poder e das diferenças (FRASER, 1992) e, sendo assim, a divergência partidária é um componente e princípio democrático. O entrevistado acima justifica sua opinião de que o conflito atrapalha o consenso relatando o caso do Conselho Municipal de Educação no qual as decisões seriam dificultadas por conta da rivalidade partidária existente entre os membros. A tradição do pensamento político pluralista, por exemplo, linha da qual se destacou Robert Dahl, percebe a competição entre grupos (mantido em equilíbrio e sem concentração de poder) como uma característica fundamental e inevitável da política democrática e, do mesmo modo, também Mouffe enfatiza o valor essencial da diversidade e do conflito na vida política (MOUFFE, 2000 apud ABERS & KECK, 2008).

Foi mencionado também como parte das tensões políticas o risco de cooptação de organizações, fator que pode vir a expressar práticas predatórias na relação entre agentes públicos e cidadãos (BOSCHI, 1999). Esse aspecto é claramente posto na fala abaixo, de um representante de uma rádio comunitária local.

Acho que uma tensão é a ligação político-partidária com as rádios comerciais daqui. Isso é muito forte. Estes políticos procuram a nossa rádio, mas a gente nega esse tipo de atuação com vínculo político. (Entrevista 6)

No Brasil discute-se muito a ação predatória de grupos políticos sobre as rádios comunitárias, que são agentes de inserção nas comunidades populares; quando cooptadas, servem de mediadoras entre políticos e a população: “ao menos metade das rádios comunitárias autorizadas no país está sob controle de grupos com vínculos partidários”,

argumenta Sanches¹² (2007, p. 10). Elas tornam-se base de relações clientelistas, uma prática comum no exercício do poder político ainda hoje (BOSCHI, 1999), ainda que, aparentemente, sejam mais típicas de contextos e relações sociais tradicionais em governos mais progressistas, regidos por instituições democráticas, mais transparentes e sinérgicas entre governo e cidadãos. Segundo Boschi as relações clientelistas e predatórias tendem a instaurar-se onde se encontram condições propícias para tal, isto é, em relações ou em contextos assimétricos em que os atores envolvidos julgam que, por haver interdependência, a troca (particularizante) de suporte político por algum bem público ao nível privado é racional. Conforme a citação, o bem maior é o poder midiático das rádios, um veículo de longo alcance nas comunidades do interior e das periferias urbanas muito utilizadas pelos políticos para finalidades propagandistas e eleitorais.

No Quadro 6, também aparecem tensões de ordem sócio-estruturais relativas a questões como pobreza, segurança pública e que resumem sete menções, tais como:

A cidade tem uma renda per capita muito baixa, tem muita falta de emprego. No supermercado os produtos que mais saem são os da cesta básica que são os de primeira necessidade. Só se compra o básico. É a pobreza que mais incomoda; deixa as pessoas sem poder de compra. E em São Felix também. Não se vê indústrias nas cidades. A agricultura é mais de subsistência. As pessoas vivem de salário mínimo e com um número extenso de filhos. (Entrevista 14)

O que mais tem incomodado a sociedade é a questão da segurança. É uma coisa que já vem acontecendo há um tempo... Aqui reflete mais forte a questão das drogas; a “bandidagem” é grande; os adolescentes entram nas drogas e o número de marginais vem crescendo com adolescentes participando de roubos etc. (Entrevista 17)

Os problemas referentes à pobreza e segurança foram muito recorrentes e o impacto dessas tensões em relação à região é o risco de redução do fluxo turístico, além da falta de investimentos responsáveis pela geração de empregos e pela dinamização da economia regional.

A gente tem sentido um maior crescimento da insegurança. As pessoas perderam a tranquilidade e isso pode afastar as pessoas da cidade, afetando inclusive o turismo... E o tráfico de drogas também vem aumentando. (Entrevista 15)

¹² SANCHES, Pedro Alexandre. Os novos coronéis. **Carta Capital**, 15 ago. 2007, Especial, p. 10-15. Reportagem embasada nos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores Venício de Lima e Cristiano Aguiar Lopes com o apoio do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor).

A despeito dos investimentos como o programa Monumenta e a implantação do campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia na região, mencionados anteriormente, persistem a pobreza, o desemprego e até a violência. Ao lado dessas tensões foram também indicadas tensões ou conflitos de ordem cultural peculiares à região.

Tem um sentimento de ciúme entre as cidades, principalmente porque Cachoeira se desenvolveu mais do que São Félix. Mas hoje São Félix também está se desenvolvendo. Tinha um “ranço” entre as Liras de Cachoeira¹³, mas é uma coisa que não atrapalha. (Entrevista 5)

Falta exatamente o entendimento sobre a preservação da cidade, as restrições sobre o tombamento completo da cidade de Cachoeira. Uma grande maioria acha que o avanço da cidade só virá com uma grande fábrica. Mas o desenvolvimento está vindo com a cultura e as pessoas não tem preparação e qualificação para entender isso. Quando eu questiono isso, pensam que eu estou fazendo oposição política ao governo local. (Entrevista 8)

O machismo é muito evidente aqui; o autoritarismo. O Recôncavo é muito marcado por isso; são valores originários do sistema senhorial que se desenvolveu aqui. Como exemplo tem casos de assassinatos ou perseguição de mulheres por seus companheiros que não aceitam a separação... (Entrevista 12).

Em termos da cultura local, há tensões como o “ciúme” e a rivalidade histórica entre Cachoeira e São Félix, que se expressam inclusive em várias lendas e contos¹⁴ e aparecem também no cotidiano: a rivalidade entre os times de futebol; o desenvolvimento diferenciado das duas cidades; a disputa entre as Liras de Cachoeira etc. Também foram mencionadas a percepção errônea dos cidadãos acerca do que é o tombamento e a falta de discernimento sobre a importância da preservação, outro motivo de conflito entre os que são a favor ou contra.

Finalmente, com quatro citações, foram indicados tensões ou conflitos de ordem econômica presentes nos municípios, de acordo com a opinião dos depoentes. Abaixo seguem duas citações que ilustram bem a questão:

¹³ Liras ou Filarmônicas são entidades culturais populares (orquestras) que desenvolvem atividades de ensino musical e apresentação em eventos. Surgiram no Recôncavo baiano por volta de meados do século XIX.

¹⁴ Em um desses contos se afirma que a antiga rivalidade entre as duas cidades remonta ao período pré-colonial. Em cada lado do rio (onde se encontram as cidades hoje) havia uma tribo diferente. Um índio do território de Cachoeira teria se apaixonado por uma índia da tribo rival (São Félix) e precisava atravessar o rio Paraguaçu a nado à noite para visitá-la em segredo, o que gerou conflitos entre as duas tribos. Hoje essa simbologia é representada pela estátua da Cabocla que é levada de São Félix para Cachoeira durante a festa do “02 de Julho” para encontrar-se com o Caboclo; as estátuas permanecem separados durante todo o ano, cada qual em sua cidade. Este conto foi narrado pelo Entrevistado 13 e é bastante difundido na região.

Acho que é [o conflito] em relação ao poder econômico na região. Os grandes empresários aqui da cidade são de um determinado grupo, de uma família e funcionam como barreira de entrada para a concorrência. O comércio fica monopolizado apenas na mão desse grupo, que estão também comandando a Prefeitura. (Entrevista 1, grifo meu)

O comércio daqui de São Félix não prospera, não se tem apoio do poder público que não incentiva o comércio, e assim o desenvolvimento da própria cidade. O poder fica concentrado nas mãos de poucos... Eles formam grupos fechados e não tem concorrência. Não tem uma circulação financeira e, conseqüentemente, os grupos pequenos não conseguem sobreviver... E são esses mesmos grupos os detentores do poder local. (Entrevista 22)

Enquanto municípios de pequeno porte, o comércio torna-se atividade principal para as duas cidades, ao lado da agricultura e de um pequeno complexo turístico em potencial, de acervo histórico/cultural. Uma questão econômica bastante enfatizada acima é o monopólio do comércio local por pequenos grupos fechados, o que prejudica a concorrência - a competição como elemento fundamental na esfera do mercado - e, conseqüentemente, enfraquece a multiplicação de pequenos agentes econômicos. Os entrevistados enfatizam ainda que estes grupos econômicos são, também, os mesmos que ocupam o poder político na região, demonstrando a imbricação entre poder político e elites econômicas, em contraposição a valores como concorrência e identidade econômica de classe. O exercício do poder público, nesse caso, combina-se com os interesses desses grupos privados, o que remete à idéia de que a articulação entre poder econômico e poder político corresponde a uma das dimensões da trama dos interesses que compõem o poder local. Conforme Daniel (1988) entende-se que os setores econômicos de um município visam também a influenciar decisões políticas municipais a fim de garantir lucros e viabilizar a reprodução da condição hegemônica do grupo dominante.

5.3 Engajamento dos atores e a sociedade regional: participação e representatividade

Para situar os atores na sociedade regional em estudo, estabeleceu-se uma série de questões sobre a participação local em relação a diversas instâncias: a sociedade, a vida associativa e governamental e as diversas escalas da ação governamental (local, estadual, nacional). Buscou-se compreender *se* e *como* os atores dos três grupos selecionados -

políticos, econômicos, associativos/ culturais – percebem a difusão de sua ação na região e para além da mesma por meio de trocas e relações diversas. Valores como confiança e transparência, compromissos e engajamento, identidade e reconhecimento foram referências importantes para captar a tessitura da participação dos entrevistados.

Neste bloco de questões foi abordado o tema da ação coletiva na região. Destacaram-se doze entrevistados que participam de alguma organização ou entidade na região, representados pelos depoentes de entidades associativas e culturais. Segue abaixo um quadro indicando as organizações cujos representantes foram selecionados para a pesquisa.

Quadro 7
Identificação das organizações

1. Associação Comunitária do Salva-Vidas
2. Associação Institucional de Defesa de Direitos (ACIDADÃ)
3. Associação Orfêica Lyra Ceciliana
4. Casa de Cultura Américo Simas
5. Centro Comunitário do Rosarinho
6. Centro Cultural Dannemann
7. Centro de Estudos Raízes do Recôncavo
8. Conselho Municipal de Educação
9. Grupo de Apoio ao Menor Gotas de Esperança (GAMGE)
10. Rádio Magnífica FM
11. Rotary Clube Internacional Cachoeira/ São Félix
12. Sociedade Musical Minerva Cachoeirana

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O total das organizações envolve aquelas direcionadas ao campo cultural (as Liras, o Centro Cultural Dannemann, a Casa de Cultura e a Rádio Magnífica), as associações comunitárias como a do Rosarinho e do bairro Salva-Vidas e as organizações não-governamentais (GAMGE, ACIDADÃ e o Centro de Estudos Raízes do Recôncavo) etc.

A esfera pública no mundo moderno requer uma concepção de participação múltipla que é bastante relevante para entender os processos democráticos. Os sentidos da participação podem referir-se, como destaca Teixeira (2001), a relações em torno do poder político que envolve atores com recursos disponíveis nos espaços públicos, para representar interesses, aspirações, valores, para construir identidades e afirmar-se como sujeitos de direitos e obrigações. É a possibilidade de “fazer parte” de um ato ou processo,

de uma atividade política ou de ações coletivas. Levando isso em conta, foi questionado aos entrevistados qual o significado da sua própria participação em termos dos valores que o/a guiam na experiência vivida. No Quadro 8 abaixo seguem os principais elementos evocados pelos informantes.

Quadro 8
O significado da participação

Categorias	Frequências
Contribuição espontânea/ compromisso com uma causa	5
Realização pessoal/ Afinidade/ Compartilhar idéias	4
Ser ativo, participar da luta/ efetivar os objetivos da organização	3
Há uma cultura de pouca participação/ não-valorização das iniciativas	2
Possibilidade de mudar mentalidades (influenciar positivamente)	2
É aprendido/ Conhecimento	2
Construir redes	1
Total	19

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o informante podia citar livremente.

Com uma maior frequência de citações (cinco) estão categorias que ressaltam a participação como uma forma de contribuição pessoal objetiva e engajada:

É somente a contribuição. É um momento ímpar de estar contribuindo mesmo com minhas limitações... É estar dando uma melhoria e reivindicando dentro daquilo que eu posso fazer... (Entrevista 9)

Participar é estar comprometido com uma causa, é incorporar a causa como algo importante para mim. (Entrevista 3)

Participo para conseguir melhores resultados. Tenho a consciência de que só com a participação é que se chega ao sucesso. Minha motivação é contribuir para a melhoria da comunidade; me dedicar e transferir minha experiência de vida para a comunidade. (Entrevista 20)

Percebe-se que o sentido de estar engajado denota a solidariedade do indivíduo com a vida em coletividade, uma ação individual que vincula socialmente e entrosa o indivíduo em ações coletivas. Este sentido da participação a relaciona com a capacidade do ser social

envolver-se, entregar-se ao outro. É uma forma de dádiva? Segundo Godbout (1998), em seu sentido mais positivo, a dádiva moderna se expressa nas trocas impessoais; é tudo aquilo que circula em prol da formação de laços sociais, exatamente porque é capaz de expressar a reciprocidade necessária para produzir e reproduzir as contínuas relações entre os indivíduos e o grupo social maior. Assim, a motivação para alcançar resultados através da mobilização individual/coletiva torna-se também motivação para o engajamento em relações de trocas e reciprocidade mais generalizada, aquela referida por Sahlins (Apud LANIADO, 2001). A reciprocidade se produz como um elemento de pertencimento a um grupo social e se torna um importante lastro na construção de convergências identitárias, políticas, sociais e culturais porque envolve a objetividade da ação e a subjetividade dos agentes. A reciprocidade é feita de relações de troca pautadas num dar-receber não paritário (relevante para a política democrática hoje) que funciona para o estabelecimento de interações e reafirma o papel dos agentes envolvidos em uma percepção comum do social (LANIADO, 2001).

A ação de participar que transparece na fala dos entrevistados deve valorizar a defesa coletiva de interesses, pois a mobilização dos atores somente é forte quando remete aos valores do grupo, à sua solidariedade e representações (TOURAINÉ, 1995). Portanto, participar enseja o fortalecimento dos laços de pertencimento a uma coletividade organizada e supõe o compartilhamento de valores entre o indivíduo e o grupo do qual é parte. É dentro deste quadro de análise que se observa o sentido da participação:

Participar é de fundamental importância. Eu trabalho com amor no que eu faço porque gosto disso. É uma terapia, eu gosto da arte... me realizo como profissional porque faço o que gosto. (Entrevista 11)

Sobre a relação entre participação e os valores da organização em que atua, um dos entrevistados ressaltou que:

Claro que eles [valores da organização] também estão dentro de minhas convicções e verdades, e se eu assumo isso é porque tenho uma comunhão de idéias com a instituição. (Entrevista 6, grifo meu)

Entende-se que a ação de grupos organizados no sentido de “tomar parte” de decisões públicas, expor demandas, interesses e reivindicações etc., é amalgamada pelo princípio da solidariedade e dos valores culturais e políticos compartilhados em situações e espaços. Assim, a convergência destes elementos se torna decisiva para a ação, como sugere o entrevistado.

Com três menções, o significado da participação é atribuído à luta, ao empenho e aos objetivos da ação. Não é apenas “fazer parte” ou estar associado a um grupo que reivindica, mas refere-se a uma prática efetiva e recorrente que busca realizações concretas:

Participar é ser ativo, não adianta entender os problemas e ficar de braços cruzados... é estar sempre atento para saber lutar e correr atrás. (Entrevista 3)

Ou significa concretizar os objetivos da organização em que se atua, conforme outro informante:

Primeiro tenho que entender o objetivo da instituição e depois atuar naquilo que ela está voltada. Minha participação deve ser no sentido de efetivar seus objetivos, como ajudar na preservação, no esporte, etc. (Entrevista 6)

Os novos sentidos do político se manifestam na própria vida cotidiana das pessoas impulsionada por carências reais que estimulam a reconfiguração da esfera de ação de indivíduos e dos grupos por meio da participação (MELUCCI, 1989). Por isso se diz que a esfera do político hoje não se reduz apenas às instituições públicas clássicas; cada vez mais o político se encontra em micro espaços e a partir de pequenas ações (BECK, 1997).

No entanto, há limitações à cultura da participação nas comunidades, como abordaram dois entrevistados. As concepções da política referem-se à própria cultura política brasileira, embasada em padrões de cunho mais personalistas e clientelistas. Tradicionalmente, o poder das oligarquias regionais e a manutenção de padrões de comportamento baseadas no personalismo, no mandonismo e no clientelismo (MARTINS, 1994) acabaram consolidando relações sociais mais hierarquizadas, complexificando a instauração de relações mais horizontais - base para ações no campo do bem comum.

Nesse sentido, padrões mais individualistas de comportamento e participação, com base numa supervalorização do espaço privado, ou o que se poderia chamar de um “familismo amoroso” (REIS, 1995), restringem a reciprocidade generalizada, entendida como processos de troca mais amplos na esfera coletiva (LANIADO, 2001). Sobre a cultura da participação e sua carência na cultura política brasileira um informante declara:

Eu acho que o engajamento deveria ser uma matéria do primário, uma matéria de cidadania. Nós fomos deseducados em termos de participar porque não tem uma educação familiar que incentive essa participação, só se diz que é uma coisa que não dá dinheiro, que não dá resultado... e isso é desestimulante. (Entrevista 16)

Associada a esta visão mais limitada de participação, dois entrevistados revelaram certa frustração em relação à falta de compreensão da comunidade e a insuficiente valorização de uma prática individual e de grupos mais engajada:

Às vezes gera uma certa exaustão, devido a uma falta de compreensão das pessoas, pessoas de fora ou mesmo de dentro da organização... Mas isso causa um desgaste... Eu esperava maior valorização do trabalho da nossa organização, um maior entusiasmo... (Entrevista 5)

Todavia, há também visões mais otimistas sobre a questão. O potencial da participação para dois depoentes pode mudar a mentalidade e influenciar de forma positiva o comportamento das pessoas. Sobre isso um deles falou de sua atuação na entidade da qual faz parte:

Isso trás um bem-estar para mim mesmo e, conseqüentemente, eu tento afetar as pessoas que estão ao meu entorno. Se essas pessoas pudessem incorporar isso seria muito gratificante. (Entrevista 9)

Ainda dentro de uma visão mais otimista da participação outros dois entrevistados a consideraram um mecanismo de conhecimento e aprendizado. Para eles:

Para mim, participar é uma faculdade pública do saber, porque quanto mais eu participo mais eu aprendo... pode ser uma palavra, um jeito, uma cultura nova... Por exemplo, o candomblé, o movimento negro, o movimento gay, etc. (Entrevista 16)

Participar é estar construindo conhecimento. (Entrevista 7)

O campo da participação apreende a experiência vivida e a formação de uma consciência de indivíduo-cidadão, em que a prática associativa exerce um papel educativo e amplia o entendimento sobre o sentido próprio da ação coletiva. Ela propicia novos conteúdos, habilita os indivíduos com recursos humanos e morais e reforça o capital social (PUTNAM, 1996). No mesmo sentido o incremento do capital social por meio do adensamento das relações sociais, formação de redes e interação amplia a cooperação de forma descentralizada, com maior amplitude para os objetivos comuns, formando os sistemas de reciprocidade (MILANI & LANIADO, 2006). Um dos entrevistados informou que participar:

É você estar construindo redes... você procura integrar um processo e ajuda no que todo cidadão deveria fazer. É uma construção de rede para mudar as coisas... Eu acho que enquanto as pessoas não aprenderem a participar nada vai mudar no município. (Entrevista 7)

Para um entendimento mais prático do papel das organizações foi questionado sobre o público alvo específico das mesmas, ou seja, os grupos para os quais suas atividades são dirigidas. Os resultados seguem no Quadro 9 abaixo.

Quadro 9
Público alvo das organizações

Categorias	Frequência
Público em geral (comunidades como um todo)	4
Crianças e adolescentes	4
A comunidade do bairro	2
Rede de ensino (municipal, estadual e particular)	2
Total	12

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o informante podia citar livremente.

A partir das respostas, pode-se perceber que a ação associativa se dirige, sobretudo, para a comunidade em geral (quatro citações) e informa um sentido mais difuso da ação coletiva: envolver-se com os interesses gerais da sociedade local. Em seguida as organizações objetivam o público infanto-juvenil (quatro citações), o que vem a mostrar que a mobilização para incentivar os meios de sociabilidade tem um caráter relevante.

Duas das citações referem-se à comunidade do bairro como público alvo, sendo estes entrevistados representantes de organizações associativas comunitárias nos municípios. Ademais, passou-se a dar maior ênfase à dimensão comunitária com o processo de redemocratização brasileira nos anos 1980, quando pequenas ações em micro espaços sociais ajudavam a organizar a população em lutas por democracia e ampliação da cidadania, a partir de inúmeros tipos de movimentos sociais e ação coletiva de base (CARVALHO & LANIADO, 1992). A proeminência do espaço da comunidade possibilitou que camadas populares se estruturassem em núcleos associativos de moradores, centros comunitários, comunidades eclesiais de base etc., que vivenciaram e tematizaram questões e necessidades oriundas da própria vida cotidiana. Nesse sentido, os laços de sociabilidade a partir do bairro se tornaram importantes na conformação dos interesses e da própria identidade dos grupos.

Por fim, duas citações se referem a organizações que atuam na área da educação, seja de atividades alternativas e seu acompanhamento nas escolas locais, seja para a fiscalização das políticas educacionais, como é o caso específico do Conselho Municipal de Educação (São Félix), incluído na pesquisa. Nota-se que há organizações que têm um público específico, restringindo o seu raio de ação, mas há algumas que extrapolam sua atuação na comunidade, para agir de modo mais difundido nos municípios, para qualquer público alvo. Portanto, os dados mostram que há uma mobilização indicadora de solidariedade a partir das formas de ação coletiva que se encontram na mesma base da ação das organizações.

Para completar as informações anteriores sobre o público alvo é importante traçar outras características da ação dessas organizações nos municípios. Para descrever os tipos de atividades e as finalidades que estabelecem os respondentes citaram livremente uma série de atividades que foram agrupadas por afinidade, resultando nos dados do Quadro 10.

Quadro 10
Atuação das organizações locais

Categorias	Frequência
Atividades pedagógicas e cursos diversos	4
Formação artística de jovens (profissional e pedagógica)	4
Educação Patrimonial (história, tradição, comunicação e cidadania)	2
Área educacional (fiscalização e acompanhamento)	1
Defesa de direitos diversos/inclusão social	1
Atividades culturais (organização de eventos e apoio logístico)	1
Assistência social	1
Infra-estrutura do bairro	1
Total	15

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o informante podia citar livremente.

Este quadro detalha a forma como a ação das organizações se materializa nas comunidades em foco. A atuação pedagógica é uma das atividades mais frequentes (quatro menções) com destaque para os cursos que são oferecidos (informática, reforço escolar, teatro, dança, artesanato etc.). Os cursos geralmente são gratuitos e oferecidos por voluntários, mas às vezes são providos por meio de parcerias com outras entidades responsáveis pelo envio de monitores e/ou professores.

Com o mesmo número de citações destacam-se as atividades voltadas para a formação artística e profissional de jovens promovida pela cultura musical, sobretudo pelas Liras ou Filarmônicas, frequentemente compostas por uma orquestra e uma escola de música. Dentre essas entidades destacam-se a Associação Orfêica Lyra Ceciliana (1870), a mais antiga da Bahia, e a Sociedade Musical Minerva Cachoeirana (1878), ambas da cidade de Cachoeira e que têm como traço principal uma histórica rivalidade entre si. Há ainda a Sociedade Filarmônica União Sanfelista (1916) do município de São Félix, não representada nesta pesquisa. A respeito da importância histórica das filarmônicas, uma cartilha da Lyra Ceciliana (2007) enfatiza o conteúdo e objetivo da instituição:

A Lyra Ceciliana de Cachoeira foi fundada a 13 de maio de 1870 na esteira dos movimentos pela libertação dos escravos no Brasil. Seu criador, o Mestre cachoeirano Manoel Tranquilino Bastos (1850-1935), foi líder abolicionista, criador de músicas premiadas na Europa, vegetariano, poeta e jornalista, autor do Hino da Cachoeira, lançado em praça pública em 25 de junho de 1922, regendo quatro filarmônicas e um coral. Com idéias muito avançadas, como por exemplo, a liberdade de expressão dos cultos afro. Nos dias atuais a Lyra Ceciliana continua abolicionista, quando liberta dezenas de jovens humildes da

falta de oportunidade, propiciando a todos o acesso à música como meio de crescimento pessoal. Além dos numerosos alunos da sua Escola de Música, a Lyra se apresenta com mais de 50 jovens músicos, todos educados na própria instituição, que atende gratuitamente 60 crianças carentes da cidade de Cachoeira e tendo participação cultural ativa nas comemorações cachoeiranas.

Essas organizações tradicionais e seculares da região, através dos cursos de música instrumental, são responsáveis pela inserção de jovens no mercado de trabalho como músicos profissionais, uma ação bastante reconhecida na região e fora dela. De acordo com a fala do representante do Centro Cultural Dannemann, que também abriga cursos de música, a capacitação dos jovens tem se destacado:

Há dezenove anos já atuamos nessa área. Temos contribuído com a formação de músicos com o Festival de Filarmônicas que promovemos. Essas filarmônicas estavam acabando no estado. Em 1990 existiam apenas seis filarmônicas capazes de participar do Festival, hoje são trinta e oito que têm essa capacidade. Cada uma tem em média cinquenta alunos nas escolinhas que estavam acabando. A cada dois anos formam-se de mil e quinhentos a mil e novecentos novos músicos.

Duas menções do Quadro 10 se dirigem à área de ensino, voltada para a educação patrimonial; ela discute a importância da preservação do patrimônio da região (material e imaterial), voltando-se para a valorização da arte e cultura locais em contraposição à homogeneização da cultura de massa e do predomínio de culturas estrangeiras. A ênfase no local sugere o reforço de uma linguagem própria que possa dialogar também com o novo e se inserir nos ambientes escolares da região através da ênfase na história e tradição regionais, tendo como recurso atividades de comunicação e cidadania. Na sequência, há referência à fiscalização e acompanhamento da área educacional. A citação reporta-se à atuação do Conselho Municipal de Educação, já referido acima. Em seguida há referência à: defesa dos direitos e da inclusão social; promoção de atividades culturais locais; assistência social e infra-estrutura dos bairros, cada qual com uma menção.

Para uma melhor compreensão da ação coletiva local, procurou-se conhecer como as organizações se relacionam com as demais esferas. O campo do poder local dos municípios é um *locus* de poder que não se restringe apenas ao Estado (prefeitura, executivo e legislativo), mas se dissemina em múltiplas agências e grupos, por isso a importância de suas diferentes modalidades e relação com o poder político propriamente dito (DANIEL, 1988; FISCHER, 1993). O poder local inclui, portanto, diversas instâncias

de poder (econômico, social, político) que não são apartados entre si, mas que se articulam e se entrecruzam no espaço local ou regional. Abaixo segue o Quadro 11 que permite visualizar o perfil de relacionamento e/ou articulação entre as organizações e as diferentes instâncias na região estudada.

Quadro 11

A Organização e relações ao nível local (sociedade, outras entidades e poder público)

Categorias	Frequência
Convênio com a Prefeitura / Câmara Municipal/ Secretarias	12
Parceria com organizações da sociedade civil local (trocas, solidariedade)	4
Voluntários/ padrinhos/ agentes privados ajudam a organização	4
Possui o título de Utilidade pública municipal	2
A organização leva reivindicações; encaminha propostas e solicita providências ao poder público local	2
Mantém relacionamento complicado com o poder público local	2
A organização tem assento em Conselho Municipal	1
Total	27

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o informante podia citar livremente

É na esfera do poder político local que se dá a maior interlocução das organizações representadas na pesquisa; doze entrevistados mencionaram manter algum tipo de acordo/convênio com órgãos públicos dos municípios. Neste caso, de acordo com os depoentes, prefeito e secretários podem interceder, por exemplo, na concessão de funcionários/professores municipais para a realização de cursos; prover espaços para a organização de eventos; ajudar com recursos para o custeio mensal etc. Em relação à Câmara municipal foram citados os projetos de parceria para a transmissão das sessões plenárias por uma rádio comunitária local e outros como o projeto “Câmara Mirim”.

Em outra oportunidade, quando estudei o município de São Félix (SANTOS, 2006) destaquei a importância que os órgãos públicos, sobretudo a prefeitura, têm na resolução de problemas junto às organizações locais. Este dado reporta às responsabilidades sociais que geralmente são atribuídas ao poder público principalmente em contextos de baixo desenvolvimento, tornando-o, frequentemente, o campo mais privilegiado e o agente mais

influyente para o diálogo, mas também como agente de recursos/serviços demandados pelas organizações. Isso também realça que o poder local é um espaço socialmente construído baseado no movimento e interação de grupos que se articulam e/ou se opõem em torno de determinados recursos, valores e interesses (FISCHER, 1993).

O local como base da comunidade cívica (FERNANDES, 2000; TOCQUEVILLE, 1977; PUTNAM, 1996) agrega uma amplitude de valores para a ação coletiva: compromisso, engajamento, confiança, cooperação, identidade etc. É em relação a isso que a segunda classe de categorias do Quadro 11, com quatro citações, se refere ao indicar as parcerias entre as organizações da sociedade civil local e as trocas modernas (reciprocidade e solidariedade) providas pelo associativismo e a interconexão em rede. Seguindo a análise de Putnam (1996), as redes sociais locais das duas cidades são viabilizadas por certo grau de confiança que predispõe à cooperação entre entidades e grupos, um elemento chave na formação de capital social e para o incremento de uma cultura democrática participativa. Para o autor, a confiança, o fortalecimento de laços sociais e o descentramento do poder por meio dos mais diversos recursos associativistas proporcionam uma vida social mais dinâmica e produtiva. Seguem alguns exemplos que apóiam esta análise:

Com as outras organizações daqui a minha relação é muito boa, conseguimos agremiar várias outras associações, partidos, as Liras... temos umas dez entidades representadas aqui. (Entrevista 16)

A rádio faz as reivindicações locais com bastante critério e estamos entrosados com os outros grupos associativos locais. (Entrevista 6)

Sobre a troca de experiências:

Já recebi convites para participar de outras entidades e acho que é importante ver a carência dos outros bairros e conhecer outros trabalhos bem feitos. (Entrevista 19)

Na ordem das categorias sobre organizações e relações locais quatro citações se referem à relação existente entre a organização e agentes externos a ela, tais como voluntários, padrinhos ou agentes privados que contribuem com trabalho ou recursos. Ao observar essa questão e a anterior sobre a carência de recursos, muitas vezes indicada pelos

representantes das entidades como uma dificuldade para realização das atividades, é possível ver que:

A prefeitura nos apóia bastante, mas falta muito recurso pra que o nosso trabalho seja mais eficiente. Às vezes temos que recorrer ao Grupo Votorantim que é um de nossos parceiros. (Entrevista 11)

Nessa perspectiva, Teixeira (2001) afirma que as formas de ação coletiva contemporânea, sobretudo no âmbito local, defrontam-se com diversos desafios dentre os quais a sobrevivência financeira aparece como problema mais frequente. A dependência de recursos materiais externos, de órgãos governamentais, de entidades privadas e outras é uma das razões da fragilidade dos grupos associativos hoje.

Para contornar o problema dois entrevistados avaliaram a importância da aquisição do título de Utilidade Pública pela organização, não só como símbolo de reconhecimento da organização na região, mas para facilitar convênios e captação de recursos. Outros dois enfatizaram a relevância da interação com o poder público para encaminhar reivindicações e demandas (propostas e providências). Na linguagem da subpolítica contemporânea defendida por Beck (1997) pode-se associar essas iniciativas ao maior número de oportunidades existentes hoje para se ter voz e participação por meio da sociedade organizada em grupos que se tornam capazes de interferir mais diretamente no campo das decisões políticas, através de sua representatividade. Um depoimento define essa relação da seguinte forma:

Tenho uma relação de amor e ódio como o governo local. Às vezes conseguimos um acordo, mas às vezes entramos em conflito; a relação com o executivo e com o legislativo é nesse nível. Mas, mesmo assim, é uma relação bastante rica porque as duas partes têm independência. Nós sempre levamos reivindicações, buscamos providências, encaminhamos ofícios... (Entrevista 16)

A ação coletiva local, portanto, opera no campo da legitimação dos poderes existentes e dos espaços “alternativos” de poder que continuamente se formam (AVRITZER, 2007). Entretanto, isso não ocorre sem dificuldades de relacionamento conforme a afirmação abaixo:

É um trabalho difícil, pois nós mexemos com uma coisa que é complicada: o patrimônio. A cidade foi tombada e as pessoas não têm noção do que é isso; a comunidade não foi preparada para isso. Eles acham que o tombamento atrapalha, porque faltou uma preparação do próprio governo, dos poderes públicos locais. O poder público também acha que isso atrapalha o desenvolvimento da cidade, por isso a ONG não tem um relacionamento tranquilo com o poder público, porque eles acham que nós fazemos oposição. Há muito dinheiro derramado pelo Projeto Monumenta aqui e nós da ONG achamos que é preciso uma preparação da comunidade; não adianta mudar a estrutura sem uma conscientização da sociedade. (Entrevista 8)

O conflito de interesses no campo do poder local (FISCHER, 1993) fica bem claro na citação acima e remete a análise, novamente, à idéia de que a arena política, assim como o campo da participação e representatividade, tem o conflito como fator estruturante e inerente. Para o entrevistado o poder político defende certos interesses, assim como a comunidade; ambos criticam as limitações impostas pelo tombamento completo de Cachoeira, ao passo que a organização em que o entrevistado atua reivindica que a preservação dos imóveis e monumentos deve ser prioritária frente aos interesses locais, como elemento decisivo para a salvaguarda da memória social regional. Para concluir a análise sobre relações entre organizações e poder político destaca-se a afirmação abaixo de um dos entrevistados:

As rádios locais [comerciais] são sempre “compradas” por grupos políticos locais e nós temos retaliações, como já foi feito uma vez quando cortaram os nossos fios de transmissão. (Entrevista 6, grifo meu)

Esta fala indica que a oposição ou independência em relação ao governo nos meios de radiodifusão locais são frequentemente associadas a grupos políticos. Por isso a rádio comunitária independente onde atua o entrevistado já foi alvo de represálias por não se colocar a serviço de grupos políticos e por não corresponder ao modelo das rádios comerciais, quase sempre comprometidas. Como analisado anteriormente, o risco de cooptação de organizações civis por grupos políticos é comum nos municípios, segundo os próprios entrevistados. Essa ambivalência entre autonomia e força do poder lança questões “sobre o modo como poderes oblíquos misturam instituições liberais e hábitos autoritários, movimentos sociais democráticos e regimes paternalistas e as transações entre eles ainda hoje” nas sociedades latino-americanas (CANCLINI, 2000, p. 19).

Para examinar as escalas de alcance da ação coletiva local para além dos municípios os entrevistados responderam sobre que tipos de relações são mantidas ao nível estadual, nacional e até mesmo internacional, seja em relação a outras entidades civis ou instâncias políticas, dentre outras. A disseminação da ação em outros processos de integração a partir do território-matriz local reflete o dinamismo inerente ao campo das articulações da ação coletiva hoje por meio de redes ou por meio de agentes capazes de estender relações sociais para além de seu espaço cotidiano (MASSON, 2006; HAESBAERT, 2006). Alguns dos representantes das organizações estudadas demonstraram um envolvimento de cunho mais institucional com esferas governamentais estaduais, mas não de forma generalizada. O Quadro 12 destaca as modalidades de relação na escala estadual:

Quadro 12
A Organização e relações ao nível estadual

Categorias	Frequência
Parceria/ convênios com Secretarias estaduais	4
Participa do programa “Sua Nota é um Show”	3
Encaminham ofícios, propostas a órgãos públicos estaduais	1
Distância em relação ao governo estadual	1
Possui o título de Utilidade pública estadual	1
Total	10

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o entrevistado podia citar livremente

As duas primeiras categorias (quatro e três menções, respectivamente) conectam a frequência das interações ao nível estadual principalmente em função da manutenção de projetos na região e parcerias com secretarias diversas (Cultura, Assistência Social, Turismo, Educação etc.), bem como a captação de recursos (e.g. o projeto “Sua Nota é um Show”). Um dos entrevistados indicou que em relação à sua organização:

Nós temos o incentivo do estado com o ‘Faz Cultura’ para a valorização da nossa cultura local, com a promoção de oficinas, feiras de artesanato, grupos de dança, etc. Aí, revitalizamos várias manifestações daqui como o ‘Trança-fitas’, a ‘Barricada’... (Entrevista 11)

Portanto, o encaminhamento de reivindicações, propostas e demandas locais para instâncias governamentais estaduais (Assembléia Legislativa, Secretarias, Institutos) aparece com uma estratégia de ação relevante. Mas, há também uma menção sobre o distanciamento da esfera governamental do estado em relação ao município. Segundo esta abordagem, o representante do Conselho municipal de Educação em São Félix afirmou:

Em 2001 buscou-se introduzir o sistema municipal de educação e a criação do Conselho. Então houve a autonomia do município e um afastamento do estado. Antes era uma maior dependência [do estado] que dificultava e demorava burocraticamente o andamento das propostas. Há essa deficiência, porque o estado não faz o acompanhamento das coisas. Poderia ter momentos de conversação no nível federal e estadual para a melhoria desses conselhos [municipais]. Na esfera municipal o nível dos conselheiros e participantes é menor e eu acho que as informações deveriam ser mais repassadas para eles, tinha que ter uma capacitação melhor para essas pessoas. É nas esferas municipais que acontecem as coisas e eu sugiro que tenha um diálogo, uma discussão com as outras instâncias - a estadual e a federal. Há uma distância e uma disparidade que prejudica o fortalecimento do papel do conselho (Entrevista 9, grifo meu).

O entrevistado enfatiza que é nas esferas municipais “que acontecem as coisas” e deveria, portanto, haver mais atenção do governo estadual para o fortalecimento do Conselho de Educação nessa esfera. Afirma também que a participação da sociedade na gestão pública por meio dos Conselhos (um recurso da Constituição Brasileira de 1998) não é tão simples – requer mais articulação e maior conhecimento do assunto por parte dos representantes da sociedade civil para que a gestão participativa possa ter um efeito real. Pode-se dizer que, uma maior articulação com as esferas supõe a exposição de questões pertinentes a cada contexto particular e a dinamização do campo de ação política (HAESBAERT, 2006) e que, sob este aspecto, parece mais limitado. No nível nacional, do mesmo modo, a predominância é de parcerias e apoios mais institucionais, como segue no Quadro 13 abaixo:

Quadro 13
A Organização e relações ao nível nacional:

Categorias	Frequência
Parceria com órgãos governamentais	7
Parceria com empresa privada para projetos	2
Vinculação com organização civil	1
Parceria entidade de comunicação – TV Futura	1
Total	11

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o entrevistado podia citar livremente.

A maioria das citações, totalizando sete, se direciona para relações com órgãos governamentais, principalmente os ministérios e institutos (IPHAN, Ministério da Cultura, Turismo, Esporte, Comunicação, Igualdade Racial) de quem as organizações recebem apoio. A influência mais recorrente é do Ministério da Cultura ao qual se vinculam diversas entidades locais como as Liras, os Centros Culturais e uma organização de comunicação, dentre outros. Em segundo plano, com duas citações, está o apoio de empresas privadas nacionais como é o caso do Grupo Votorantim atuante na região (Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo) e que apóia projetos de organizações civis da localidade. Com uma citação, está a vinculação com uma organização civil nacional (Rotary Clube Brasil), mostrando certa limitação para o estabelecimento de cooperação mais contínua com parceiros em escalas mais amplas.

Por último, sobre possíveis vinculações ao nível internacional a partir da atuação das organizações locais, foram indicados alguns registros o que, considerando que Cachoeira e São Félix são municípios pequenos, é um resultado relevante. Segue o Quadro 14 abaixo.

Quadro 14
A organização e relações ao nível internacional:

Categorias	Frequência
Convênio com Entidade Civil/ONG	2
Parceria com o Centro Cultural	1
Vinculação com grupo privado	1
Total	4

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Algumas organizações mantêm vínculos na instância internacional, num total de quatro citações. Duas se referem a entidades civis internacionais como a ONG “Movimento Missionário Jesus no Próximo”, com sede na África e que atua em alguns países com projetos envolvendo crianças e jovens; é ligada à Igreja Católica. A outra entidade é o Rotary Internacional, de quem as entidades locais recebem diretrizes e se engajam em campanhas a nível mundial. Hoje se pode perceber que as ações locais tendem a se articular cada vez mais com as ações globais; várias entidades internacionais passaram a ocupar-se de temáticas locais, inclusive articulando organizações da sociedade civil, reforçadas pelas facilidades em termos dos meios de comunicação e da interatividade comunicacional, sobretudo na construção de redes de atuação (TEIXEIRA, 2001; MASSON, 2006).

Também foi mencionada a parceria com um centro cultural suíço vinculado ao Centro Cultural Dannemann da cidade de São Félix. Juntos, promovem concursos bianuais na área de artes; os vencedores ganham um curso de especialização na Europa¹⁵. O representante do centro Dannemann destacou que:

Da primeira Bienal até a presente já surgiram vários artistas na região do Recôncavo. Acredito que conseguimos juntar a tradição e o contemporâneo, associada a outras atividades fazendo com que o Centro fizesse elevar o nível de reflexão no local.

A tradição como vocação do Recôncavo se expressa num reconhecimento da arte local, segundo o entrevistado, e a valorização do talento reconhecido dos artistas regionais realça o aspecto criativo associado a valores modernos na Bahia. Finalmente, a última cooperação internacional também diz respeito ao Centro Cultural Dannemann que é financiado pela Companhia de Charutos Dannemann. A Companhia é considerada uma das mais tradicionais da região e foi fundada por um grupo alemão ainda no século XIX; atualmente é mantida pelo grupo suíço *Burger*.

¹⁵ Até o presente já foram realizadas oito Bienais do Recôncavo, resumindo dezesseis anos de atividade cultural na região. O Centro Cultural Dannemann mantém parceria com o Centro *Nils Dietrich* em Colônia, Alemanha, para a realização dos cursos.

5.4 Atores econômicos regionais: cultura política e valores

Para a análise observa-se a opinião de alguns agentes econômicos das duas cidades visando à compreensão dos valores compartilhados pela classe e sua relação com a comunidade. Segue abaixo o Quadro 15 que retrata as principais idéias mencionadas pelos cinco entrevistados deste grupo:

Quadro 15
Os membros da classe econômica e as esferas locais

Categorias	Frequência
Atuação com a comunidade que é muito carente	5
Apoio a organizações associativas locais	3
Não há parceria/apoio do governo local	2
Apoio da prefeitura	2
Total	12

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o entrevistado podia citar livremente.

Como atores que possuem um contato contínuo com a dinâmica da sociedade regional, os agentes econômicos destacam, inicialmente, a condição de carência das comunidades. A atividade comercial nas cidades é o cerne da economia hoje e funciona como indicador do poder econômico (empobrecido) da região quando associado à fala dos entrevistados:

A sociedade daqui é muito pobre, não tem renda... assim, sem geração de renda o comércio local nem pode fazer investimentos... As indústrias não podem vir para cá por causa da localização da cidade; tem as ladeiras, a ponte; a cidade não pode se modernizar pelo problema da localização. (Entrevista 21)

A sociedade aqui é muito carente, eles pedem muita ajuda. Acho que ela está muito aquém do que deveria ser; não é só a carência financeira, mas é uma carência cultural também... eles não tem acesso a informação, a jornal, à internet... (Entrevista 22)

Com a sociedade local a gente atua gerando renda, através das pessoas que nós empregamos aqui na fábrica. (Entrevista 1)

Os cinco entrevistados mencionaram como fator negativo a carência da comunidade. Eles mencionaram o baixo poder de compra (serviços, produtos etc.) dos consumidores. Um dos entrevistados acrescentou que a carência econômica gera um consumo precário e a falta de informação denota o baixo índice de desenvolvimento social da região.

Em relação à instância associativa, três depoentes declararam conhecer e manter algum tipo de parceria ou apoio a organizações locais, um dado que se relaciona com a visibilidade de entidades na vida das comunidades. Dois entrevistados destacaram que:

Nós ajudamos as associações locais, principalmente quando vão organizar eventos; nós mantemos essa parceria com elas, e esperamos que elas também comprem no nosso comércio. (Entrevista 21)

Com as associações daqui da cidade é a mesma coisa que com a sociedade, elas sempre procuram a Pousada para buscar patrocínio, aí a gente ajuda. (Entrevista 13)

Dois agentes econômicos declararam não manter parcerias ou relacionamento com o governo local enquanto outros dois recebem algum apoio do poder público. Seguem duas citações sobre a questão:

A prefeitura encaminha pessoas que vêm participar de algum evento na cidade para se hospedar aqui, e eles é que pagam [a prefeitura] ou o governo do estado. Não é uma parceria institucionalizada... É um apoio, a prefeitura só indica nossa Pousada para essas pessoas de fora. (Entrevista 13, grifo meu)

Embora o dono da empresa seja irmão do prefeito, ele evita o envolvimento comercial com a prefeitura; trabalha até com outras prefeituras, mas não com a daqui para evitar o “falatório” do povo. (Entrevista 14)

Na fala da Entrevista 13 a relação com a prefeitura aparece como algo de caráter informal. Na segunda citação o entrevistado justifica que não há uma relação direta entre a empresa (um dos empreendimentos do grupo econômico mais forte da cidade) e a prefeitura, sobretudo porque o prefeito é irmão do proprietário, visto que é preciso transmitir uma postura imparcial da empresa no município. Entretanto, isto também remete a uma das tensões econômicas mencionada em ocasião anterior no que se refere à

frequente vinculação entre os grandes grupos econômicos locais e as prefeituras, cujos entrevistados destacaram que há um privilégio dos grupos mais fortes em detrimento dos pequenos comerciantes.

5.5 Atores políticos regionais: cultura política e valores

Para o tema de estudo aqui proposto, visando a alcançar uma visão mais ampla acerca de práticas e valores de cultura(s) política(s) nos dois municípios, destaca-se finalmente a visão compartilhada de cinco atores políticos de Cachoeira e São Félix. São quatro vereadores (um deles presidente da Câmara) e um vice-prefeito. As relações entre estes atores e a comunidade de cidadãos, a instância associativa e outras instituições serão exploradas abaixo. Pelas respostas concedidas, percebeu-se a confrontação com os seguintes valores de cultura política:

Quadro 16
Os membros da classe política na esfera local-regional

Categorias	Frequência
Respeito da sociedade (confiança/transparência)	5
Política de favor/ constrangimento	3
Envolvimento com a instância associativa local	3
A sociedade está mais informada politicamente	1
Descrença na política	1
Total	13

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nota: o entrevistado podia citar livremente.

As categorias classificadas no Quadro 16 resumem visões e valores complexos em relação à atividade política. De início todos os políticos compartilham a idéia de que são bem respeitados na sociedade local, sobretudo por conta de suas trajetórias nas comunidades. Por exemplo:

Eu participo na vida social, cultural e religiosa da cidade... Com a sociedade local meu relacionamento é excelente, por causa da minha trajetória de vida. Sou muito respeitado, me comunico e debato as coisas com a comunidade. Fui coronel da polícia na região e também professor, mas nunca ostentei esse poder a não ser com humildade. Essa simbiose entre eu e a sociedade é recíproca. (Entrevista 18)

Aliada à sua trajetória no município, o mesmo entrevistado destaca o papel da Câmara de Vereadores na vida local:

Hoje, pelo trabalho que tenho feito como vereador, eu tenho ganhado uma credibilidade na sociedade. Nós saímos mais do trabalho interno e ampliamos o leque buscando fazer sempre encontros, seminários e palestras. Antes o nosso trabalho era mais apático, mais fechado. Hoje somos uma Câmara mais transparente, e ela é fiscalizada por mim, porque eu falo mesmo! Vejo que na população a Câmara ganhou certo grau de confiança, o que no passado era muito diferente. (Idem)

Diversos teóricos têm discutido com frequência o tema da descrença no sistema político de representação política hoje, enfatizando que as instituições correlatas têm sofrido com o esvaziamento da confiança, aquele valor que se expressa em expectativas de ocorrência (acontecimentos) depositadas na ação dos sujeitos (os políticos), nos sistemas representativos e nas organizações da sociedade (LUHMANN, 1998). Nesse sentido, a confiança moderna estaria cedendo lugar a um mal-estar e uma descrença dos cidadãos em relação à política institucionalizada e sua capacidade de gerir a ordem social com efetividade, com justiça e democracia ou mesmo de produzi-la (LECHNER, 2004). Apesar dessas assertivas teóricas, a opinião dos atores políticos entrevistados contradiz a ideia de desconfiança generalizada e revela que eles usufruem de confiança e mantêm relações de transparência com a população local.

Uma Câmara de vereadores possui certa autonomia num município; além de legislar, acompanha e fiscaliza o Executivo; fiscaliza o erário público, além de ser um espaço para receber as reivindicações da população. Um dos vereadores entrevistados enfatizou a postura de independência que mantém em relação ao Executivo local, motivo pelo qual obtém maior confiança por parte da sociedade.

Eu mantenho uma relação harmônica e independente com o Executivo, e tenho uma relação de confiança muito grande com a sociedade devido a esse trabalho de independência com o Executivo... Tem certas cidades onde a classe política dos vereadores fica atrelada ao Executivo; já com as cobranças da população o vereador tende a ter uma postura mais independente. Se fosse o contrário, os vereadores só diziam “amém” para as decisões do Executivo. Aqui, mesmo sendo da situação, nós divergimos de alguns projetos e das visões do gestor. (Entrevista 15)

O depoente afirma que é possível e importante manter uma postura de distanciamento em relação ao Executivo, ainda que seja da base de apoio do mesmo. Também se refere à divergência de idéias e opiniões políticas, que são características do universo do conflito, um fator inerente ao campo das decisões na política (ABERS & KECK, 2008).

Abaixo seguem duas opiniões em que se destaca a presença da política de favor na região:

O povo, por não conhecer o trabalho de um vereador, faz com que nós partamos para inúmeras atividades. O povo nos procura para solicitar coisas como emprego, viagens, para resolver problemas etc. E o povo acaba tirando a privacidade do vereador quando pede para resolver essas coisas... (Entrevista 18)

Existe ainda a troca de votos por favores, porque os municípios menores e mais pobres recebem pouco e são mais carentes. No interior existe perseguição política ainda... os deputados, os governadores e presidente só privilegiam os lugares em que eles receberam mais votos. (Entrevista 10)

As idéias acima indicam valores de uma cultura política marcada por relações de tipo assistencialista entre eleitor e político e pela troca de voto, provendo, talvez a confiança do cidadão para com o político mencionado anteriormente, mas no terreno da política tradicional do favor. Para Daniel (1988), na troca de voto pela fidelidade do eleitor ou por bens materiais, instaura-se uma espécie de negócio de troca. Associado a contextos de desigualdade e pobreza, a política do favor propicia uma mentalidade em que os grupos subalternos vêem a política como um “negócio privado” gerido pelas elites e os poderosos, resultando numa distância entre sociedade civil e sociedade política (ALVAREZ *et al*, 2000). De outro modo, e em oposição às idéias anteriores, três menções do Quadro 16 indicaram haver maior proximidade entre governo e entidades associativas, demarcando

uma atitude mais voltada para o diálogo e debates em torno de questões de interesse da população local e quando estes interesses são veiculados por meio de grupos organizados:

Essa simbiose entre eu e a sociedade é recíproca... Em relação à instância associativa eu também sou membro ativo da parte associativa na cidade e não só como político. Pois pra você fazer alguma coisa não precisa estar no poder, basta gostar da cidade. Tem muita gente anônima aqui que faz muito mais do que nós. (Entrevista 18)

Todas as quartas e quintas aqui na Câmara tem os fóruns de discussão de problemas e de propostas para a cidade, e foi daí que surgiu esse projeto de educação patrimonial. Agora estamos montando sugestões junto com a sociedade civil organizada para quando o governo estadual vier para Cachoeira no próximo “25 de junho”. Acho que tem que ter esse envolvimento com a sociedade civil porque as decisões que tomamos não devem ser de uma bandeira só sua, senão você vai ficar sozinho. (Entrevista 15)

Ainda que limitadas, pode-se dizer que na região há iniciativas de democratização e abertura de espaços de participação. Conforme Putnam (1996) o tecido associativo e os recursos de socialização como a confiança e a cooperação fortalecem o capital social e melhoram o desempenho institucional. Sendo assim, nas duas citações acima é possível perceber um processo de aproximação entre políticos e associações da sociedade civil (e vice-versa) que é um bom indicador de cultura política democrática, no que tange ao acompanhamento e fiscalização dos governos, e pela possibilidade de propor demandas pertinentes através da abertura de canais para o diálogo (AVRITZER, 2007). O reconhecimento da relevância destas iniciativas fica explícito na declaração de um dos entrevistados acima ao se referir aos grupos associativos locais: *“Tem muita gente anônima aqui que faz muito mais do que nós”* (Entrevista 18). Este dado trazido pelos atores políticos reduz o peso da idéia de que a população está desinformada sobre a política local. E ainda mais, conforme uma menção no Quadro 16, a sociedade está mais informada politicamente:

A Câmara é o elo de ligação entre a sociedade e o poder executivo e o judiciário, e é quem mais está em contato com os problemas da comunidade procurando encaminhar soluções para esses problemas... Com relação aos alcances da Câmara, hoje eles são bem maiores; as pessoas têm cobrado mais e se informado mais politicamente. Tem também a UFRB que eu acho que vai formar uma classe mais política, com formação de opiniões etc. (Entrevista 15)

Segundo Milani (2007) esforços têm sido concretizados em alguns contextos locais baianos onde havia incipiente inovação democrática na gestão de políticas públicas visando também a combater a baixa participação cívica. De fato, a fala dos entrevistados acima reforça a idéia de que é possível vislumbrar certa mudança, ainda que lenta, em termos de valores de cultura política participativa nas comunidades.

Como abordado no capítulo teórico e no decorrer do trabalho, defende-se aqui que a noção de participação deve ser concebida como um processo de fortalecimento da sociedade civil mediante a atuação organizada e representação de indivíduos, grupos e associações em vários âmbitos do governo. Esta posição refere-se não apenas aos mecanismos institucionais já disponíveis ou a serem criados, mas, também, a outros mecanismos e canais que se legitimam pelo processo da participação social (TEIXEIRA, 2001).

Sendo assim, pode-se inferir que há uma disposição entre cidadãos e governo para criar espaços de participação e diálogo naquela região. São novos processos de construção coletiva da cidadania favorecido por um conjunto de direitos não mais tomados como auto-evidentes, mas, sim, estrategicamente objetivados porque são pressupostos da ação política contemporânea e dão fundamento para uma legitimidade do poder em bases mais democráticas. Destarte, a ampliação de iniciativas de participação e engajamento estimula a renovação de uma cultura política que amplia a democracia e cria as bases e os mecanismos para transformações democráticas mais profundas, mais substantivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação encerra um esforço de aprofundar uma temática trabalhada desde a graduação. As discussões teóricas sobre democracia, cultura política, ação coletiva, associativismo e participação foram frequentes durante minha trajetória acadêmica desde a experiência como bolsista de Iniciação Científica até o curso de mestrado em Ciências Sociais. Ao longo do curso de pós-graduação, novas temáticas me despertaram o interesse e acabaram influenciando o curso deste trabalho, sobretudo o debate acerca da memória coletiva e do reconhecimento social, mas também o estudo das relações políticas internacionais. Nesse sentido, o objetivo inicial do trabalho - caracterizar mecanismos de participação na região do Recôncavo - adquiriu outras nuances para integrar temas diferenciados e que visam a completar a análise de uma maneira mais inovadora.

Assim, a análise dos valores de cultura política compartilhados entre atores específicos das duas cidades – Cachoeira e São Félix - não ficou limitada apenas aos representantes de organizações e entidades civis locais, abarcou outros atores (econômicos e políticos) para ampliar o entendimento das interações e conflitos em torno do poder local. Nesse sentido, as motivações e valores ligados ao reconhecimento social ajudaram a integrar o sentido da participação e representatividade dos sujeitos na comunidade, para além da perspectiva dos que fazem parte de organizações.

O significado do reconhecimento social refere-se aqui à capacidade de participação plena dos sujeitos nas esferas públicas, cada vez mais diversas e plurais na modernidade (FRASER, 2000). Para os entrevistados desta pesquisa, ser reconhecido significa a possibilidade de lograr respeito e credibilidade nestas esferas e frente às instituições diversas da sociedade local. Portanto, o reconhecimento social se pauta na afirmação do sujeito, de sua dignidade, consciência e ação, como destaca Taylor (1994), e por isso a sua importância como campo de entendimento dos instrumentos políticos na articulação contínua entre indivíduo e coletividade, entre individualização e ação coletiva.

A participação em si sempre envolve um campo de representação de interesses, aspirações, valores, construção de identidades e lutas por demandas e direitos. A capacidade de participação dos atores na sociedade local envolve valores pertinentes às motivações desses indivíduos, que, questionados sobre o significado de sua própria

participação enfatizaram que esta tem a ver com uma contribuição espontânea e o compromisso com uma causa, de maneira otimista. Ademais, também se ressaltou a importância da realização pessoal, a afinidade e o compartilhamento das idéias e objetivos da organização, além de significar luta e prática efetiva para realizações concretas.

Além dos debates em torno do reconhecimento e sua relação com a participação este trabalho também recorreu a uma análise do reconhecimento como dimensão regional, de uma regionalidade no sentido da valorização de uma sociedade em seu território, suas convergências identitárias e de memória coletiva impregnadas de valores históricos e cívicos. Ademais, esta perspectiva encontra apoio na idéia do reconhecimento da região do Recôncavo no cenário nacional tendo em vista seu papel na configuração do espaço baiano, que segue uma trajetória de prosperidade econômica durante muito tempo conectando a região ao mundo, através de seus portos e da exportação de seus produtos, sobretudo o açúcar e o fumo.

A perspectiva do reconhecimento também permitiu (re)interpretar a perda do *status* privilegiado da região no cenário nacional, tal como esboçado na contraposição entre um passado de abundância e um presente de carência, como um dado da memória social da região expressa na fala dos informantes. De certa maneira, dentro desse mesmo quadro, acredita-se que existe, por outro lado, um reconhecimento regional diferenciado hoje, calcado mais no cultural e simbólico e na inserção regional das duas cidades num projeto de valorização regional de longo prazo, especialmente quando há investimentos públicos que dinamizam a vida das comunidades. No entanto, segundo os entrevistados, o reconhecimento não depende exclusivamente de investimentos, depende também da própria sociedade e do seu esforço de perceber em si mesma um valor para ser reconhecida, a partir da conscientização da população e das entidades regionais em relação ao patrimônio (material e imaterial) que as cidades representam, como um bem comum e parte integrante da identidade e história do estado.

O tema da comunidade cívica, relativo à noção de participação dos cidadãos nos assuntos públicos, também encerrou valores ligadas à memória social frequentes na fala e no imaginário dos entrevistados. A história regional e o resgate de datas cívicas que envolveram, especialmente, as lutas pela independência do estado ocorridas nas cidades, são aquilo que mais define o civismo local e por isso essas idéias são recorrentes na própria configuração dos sentidos de participação e do reconhecimento. O patrimônio cultural da região é enfatizado assim como a necessidade de seu reconhecimento, a partir da difusão e preservação dos costumes e dos fatos sócio-históricos, como se o resgate desses elementos

conseguisse representar uma origem autêntica que permanece atual ainda hoje. Assim, coletividade e patriotismo enquanto valores herdados compõem essa cultura cívica que aparece hoje relacionada à idéia de cidadania. No entanto, com a cultura de massa contemporânea e a disseminação das tecnologias e meios de comunicação há o risco de desaparecimento destes valores de fundamentos históricos, implicando um alheamento da comunidade em relação ao seu patrimônio histórico-cultural, questão que também é observada nos municípios e ressaltada pelos entrevistados.

Os movimentos pela democratização do poder e descentralização das decisões políticas se renovaram durante os anos 1980 no Brasil e se expandiram com os movimentos da globalização. A ampliação da noção de representação política abarca hoje novos atores, organizações e possibilidades de integração e complementaridade entre instituições políticas e civis (LAVALLE & ARAUJO, 2008), entre participação e representação (SANTOS, 1995). Na esfera do poder local e observando essa ampliação democrática, as formas de participação e representatividade têm adquirido importância ainda que se encontre uma frágil atuação política nesse âmbito, sobretudo devido à falta de meios de capacitação e recursos materiais, além de obstáculos como o descrédito da população em relação à política e a persistência do clientelismo nas relações sociais. Os dados da pesquisa demonstraram bem essa situação da política contemporânea ao nível local: às vezes paradoxal, às vezes contraditória, ou ainda introduzindo mudanças de fato.

Estas iniciativas de participação no poder local das cidades apontam a predominância de algumas formas de representação de interesses e demandas por parte da sociedade civil organizada (organizações e entidades civis e culturais, ONGs etc.), na visão compartilhada pelos entrevistados dos diferentes grupos e expressos pela visibilidade das organizações locais através da consolidação de projetos nas comunidades. Atuando em áreas diversas, as organizações interlocutam com o poder público local, ator privilegiado para apoios/parcerias, demandas, mas também fonte de conflitos. Elas mantêm relações mais institucionalizadas com órgãos estaduais e nacionais (Secretarias, Ministérios), e no nível internacional demonstrando que as ações locais e as globais tendem a se aproximar cada vez mais e se articular no mundo contemporâneo como forma de reestruturar a ação política nas diversas escalas espaciais (MASSON, 2006).

Destarte, longe de demarcar uma consolidação otimista de iniciativas de participação e representação de organizações da sociedade na esfera regional estudada, o presente trabalho aponta as relações fecundas que podem ser consolidadas entre governo e sociedade com base na organização, no diálogo e negociação, e que podem resultar no

amadurecimento de ambos os atores e no aperfeiçoamento de uma cultura política democrática, cada vez mais ampliada.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca N. & KECK, Margaret. Representando a diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. In: **Caderno CRH**, v.21, n.52, jan./abr., 2008.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963. Apud BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1986.
- ARAS, Lina Maria Brandão de. **A Santa Federação Imperial: Bahia 1831-1833**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1995.
- ARAÚJO, Ubiratan de Castro. A Baía de todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. Salvador: **Bahia Análise & Dados**, SEI, v.9, n.4, 2000.
- ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BADIE, Bertrand. **Um mundo sem soberania: os Estados entre o artifício e a responsabilidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- _____. A crise da potência e a desordem internacional. In: **Caderno CRH**, Salvador, v.19, n. 48 - set./dez., 2006.
- _____. *La fin des territoires: essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris: Fayard, Collection L'Espace du Politique, 1995.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS; BECK; LASH. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. Uesp, 1997.
- BECKER, Howard S. Sobre metodologia. In: _____ **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1986.
- BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, Clientelismo e Capital Social na Governança Urbana: Comparando Belo Horizonte e Salvador. In: **Revista Dados**, v.42, n.4, 1999.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiróz, 1979.

- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____ **O Poder Simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.
- _____. CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.
- CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas, poderes oblíquos: estratégias para se entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARVALHO, Inaiá M. M. de, LANIADO, Ruthy Nadia. A sociedade dos fatos consumados. **Cadernos CRH**: Salvador, n. 13, 1992.
- CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Dados**, n.2, v.40, 1997.
- _____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CÉSAR, Eliezer. Império do tabaco. **Jornal Correio da Bahia**, Salvador, BA, em 06 de agosto de 2000.
- DAMATTA, Roberto. Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional. In: _____ . **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. In: **Espaço e Debates**, n.24, 1988.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Surf* nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. In: **Caderno CRH**, n 39, jul/dez. 2003.
- DOMINGUES, José Maurício. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1989.
- FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. A Comunidade cívica em Putnam e Walzer. In: **Revista Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, CEDEC, n.51, 2000.
- FERREIRA, Djalma Neves; RIBEIRO, Sônia Pereira. **A espacialização do desenvolvimento social do território baiano**. Salvador: SPE/SEPLANTEC, Série Políticas Públicas, n.2, 2001.

- FISCHER, Tânia (Org.). **Poder local: governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justice na era Pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.) **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.
- _____. *Rethinking Recognition*. *New Left Review* 3, may/jun. 2000.
- _____. *Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy*. In: CALHOUN, Craig (Org.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge, The MIT Press, 1992.
- FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. “Eu vou para a Bahia”: a construção da regionalidade contemporânea. Salvador: **Bahia Análise & Dados**, SEI, v.9, n.4, 2000.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998.
- GODOI, Emília Pietrafesa. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- DOMINGUES, José Maurício. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Fundação editoria da UNESP, 1998.
- GRACINO JÚNIOR, Paulo. Minas são muitas, mas convém não exagerar: identidade local e resistência ao pentecostalismo em Minas Gerais. In: **Caderno CRH**, v.21, n.52, jan./abr., 2008.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HELLER, A. FEHÉR, F. A ética do cidadão e as virtudes cívicas. In: _____. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

- HOLANDA, S. Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONNETH, Axel. **Lutas por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HOSCHSTLER, Kathryn & FRIEDMAN, Elisabeth Jay. Representação, partidos e sociedade civil na Argentina e no Brasil. In: **Caderno CRH**, v. 21, n.52, jan./abr., 2008.
- IANNI, Octavio. **A Era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IVO, Anete Brito Leal. Sociedade e política. In: **Metamorfoses da questão democrática**. Buenos Aires: CLACSO-Asdi, 2001.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- LANIADO, Ruthy N. Desempenho institucional e justiça em relação à exclusão social no Brasil contemporâneo. In: **Caderno CRH**, n. 35, Jul-Dez/2001.
- _____. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. In: **Estado e Sociedade**, v.16, n 1-2, UNB, jan./dez., 2001.
- LAVALLE, Adrian Gurza & ARAUJO, Cícero. O debate sobre a representação política no Brasil: nota introdutória. In: **Caderno CRH**, v. 21, n.52, jan./abr., 2008.
- LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. In: **Revista Lua Nova**, n.62, 2004.
- LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e problema social. In: MERLLIÉ, Dominique *et all.* **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LUHMANN, N. *Familiarity, confidence, trust*, In: GAMBETTA, D. *Trust: making and breeding cooperative relations*. Oxford/ New York: Brasil Blackwell, 1988. Apud LANIADO, Ruthy Nadia. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. In: **Estado e Sociedade**, v.16, n 1-2, UNB, jan/dez, 2001.
- MARTINS, José de Souza. Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo. In:_____. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MASSON, Dominique. Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais de mulheres. In: **Caderno CRH**, Salvador, v.19, n. 48, set./dez., 2006.
- MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento**. São Paulo: ANNABLUME, 2006.
- _____. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. In: **Revista Lua Nova**, n.63 São Paulo, 2004.
- MELUCCI, Alberto. *The democratization of everyday life*. In:_____. **Nomads of the present**. Londres: Hutchinson, 1989.

- MESQUITA, Augusto Sávio; OLIVEIRA, José Mário Carvalhal. A cultura do fumo na Bahia: da excelência à decadência. In: **Revista Bahia Agrícola**, v.6, n.1, nov. 2003.
- MILANI, Carlos. Globalização e contestação política na ordem mundial contemporânea (Introdução). In: **Caderno CRH**, Salvador, v.19, n. 48 - set./dez., 2006.
- MILANI, Carlos; LANIADO, Ruthy Nadia. *Transnational social movements and the globalization agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Fórum*. **Brazilian Political Science Review**, v. 1, nº 2, 2007.
- MILANI, Carlos; LANIADO, Ruthy Nadia. Espaço Mundial e ordem política contemporânea: uma agenda de pesquisa para um novo sentido da internacionalização. In: **Caderno CRH**. Salvador: Centro de Recursos Humanos, v. 19, n.48, set./dez., 2006
- MOREIRA, Virlene Cardoso. **Entre a Baía e os Sertões**: a dinâmica comercial do Recôncavo baiano – São Félix (1857-1889). Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002. Orientador Prof.^a Dr.^a Lina Maria Brandão de Aras.
- MOTA, Aurea. Fissuras na estrutura do mandonismo: transformações recentes e ampliação do escopo democrático na Bahia. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- MOURA, Suzana. **Cidades empreendedoras, cidades democráticas e redes públicas**: tendências à renovação na gestão local. Salvador: Núcleo de Pós-Graduação em Administração/UFBA, Tese de doutorado, 1997.
- NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**: lavoura, comércio e administração. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- OLIVEIRA, Ana Maria Santos Carvalho. **Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.
- PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- PINTO, Céli Regina Jardim. A sociedade civil “institucionalizada”. In: **Política & Sociedade**. Revista de Política/ Universidade Federal de Santa Catarina, v.1, n. 5, 2004.

- PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1976.
- PORTO, Edgard. **Desenvolvimento e Território na Bahia**. Salvador: Superintendência de estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Série Estudos e Pesquisas, 2003.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- REIS, E. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, ano 10, out.,1995.
- RODRIGUES, Cyntia Maria Costa. **Águas aos olhos de Santa Luzia: um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório em Nazaré Paulista (SP)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- SANCHES, Pedro Alexandre. Os novos coronéis. **Carta Capital**, 15 ago. 2007. Especial, p. 10-15.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Subjetividade, cidadania e emancipação. In: **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.
- SANTOS, Rubenilda Sodré. **Engajamento cívico e desenvolvimento social da comunidade: um estudo sobre o município de São Félix, Bahia**. Monografia do Bacharelado em Sociologia (UFBA). Orientador (a) Dr. Ruthy Nadia Laniado, 2006.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. Fronteiras do Estado mínimo: indicações sobre o híbrido institucional brasileiro. In: _____. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, EDUSP, 1974.
- SOUZA, Jessé. A hermenêutica do espaço social para Charles Taylor. In: _____. **A construção social da subcidadania**. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Editora UFMG/ IUPERJ, 2003.
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves. Proletário e migrante: livre para a subordinação. **Revista Força de Trabalho e Emprego**. Sutrab, v.1, n.7, 1986.

- TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Ática, 2001.
- TAYLOR, Charles. *The politics of Recognition*. In: **Multiculturalism**. New Jersey, Princeton University Press, 1994.
- TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez/UFBA, 2001.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1.
- _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. São Paulo: Itatiaia/ USP, 1977.
- TOURAINÉ, Alain. A abertura do espaço público. In: _____. **O que é a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. Alain. O sujeito como movimento social. In: **Crítica da modernidade**, Petrópolis: Vozes, 1995.
- VELSEN, Van. A análise situacional e o estudo de caso detalhado. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Universitária, 1987.
- WEBER, Max. A ciência como vocação. In: **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PROJETO DE PESQUISA

Cultura política e participação no Recôncavo Baiano hoje – uma análise
sobre Cachoeira e São Félix

Data:.....

Início:..... Término:.....

I. Identificação do respondente

1) Nome: _____

2) Sexo: () Feminino () Masculino 3) Idade:

4) Local de nascimento:

() Cachoeira () São Félix () Outra cidade, qual? _____

5) Escolaridade:

() Analfabeto () Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo () Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo, especificar: _____

() NS/NR

6) Qual a sua principal ocupação profissional

(atividade)? _____

7) Renda:

() SR () até 1 SM () até 2 SM () até 3 SM

() até 4 SM () até 5 SM () até 6 SM () até 7 SM

() até 8 SM () até 9 SM () até 10 SM () Acima de 10 SM

() NS/NR.

8) Religião:

() Nenhuma () Evangélica () Espírita () Católica () Afro

(Candomblé)

() Outra: _____

II. Atuação do entrevistado e sociedade regional:

9) O Sr/a participa de algum tipo de organização/ entidade?

() Não () Sim. Qual? Em que ela atua/seu público? O que ela tem alcançado?

10) Como a **organização/entidade** se relaciona com instâncias do governo ou outras entidades? (promessas/discursos, transparência/confiança, compromisso/engajamento, reconhecimento/identidade, memória coletiva/ papel histórico).

a) nível **local**

b) nível **estadual**

c) nível **nacional**

d) nível **internacional**? (Ongs, agências de cooperação, organismos internacionais, etc.)

11) Como **líder social ou comunitário** local, como o Sr/a se relaciona com o governo local? Como interpreta a **relação entre ser** um agente social da região e o estado da Bahia? A sociedade local? A instância federal governamental ou associativa?

12) Como membro da **classe política local** (atualmente ou já teve cargo) como se relaciona com o governo local? A sociedade local? A instância federal governamental ou associativa?

13) Como agente da **classe cultural/mídia** local como se relaciona com o governo local? A sociedade local? A instância federal governamental ou associativa?

14) Como **agente econômico** local (comerciante, empresário, industrial, proprietário, etc.), como se relaciona com o governo local? A sociedade local? A instância federal governamental ou associativa?

15) No seu entender, qual seria e como se caracteriza o **conflito** ou a **tensão** mais marcante na região? Qual o seu impacto sobre a vida local e a relação com o Estado e a nação?

III. Comunidade cívica: valores e reconhecimento social

16) O que o Sr/a entende por **cultura cívica**? (instituições, hábitos e costumes).

17) O que significa **participar/estar engajado** para o Sr/a? (valores, motivações, engajamento).

18) Acredita que a atual **atividade cidadã** na vida da cidade consegue acompanhar os processos democráticos modernos que ocorrem no estado, país e mundo de hoje? De que forma?

19) O Sr/a acha que recebe o **reconhecimento social** que merece ou gostaria de ter na sua comunidade, cidade e região? O que falta para que isso seja muito positivo?

20) O Sr/a acha que a cidade e região recebem o **reconhecimento social e político** no estado e no país? O que falta para que isso seja muito positivo?

21) Cachoeira e São Félix tiveram importante papel na formação da sociedade baiana. Como o Sr/a percebe o **papel da região** hoje no estado e no país? (descaso ou importância da região no cenário atual)

IV. Reconhecimento, identidade e memória coletiva

22) Que **fatos históricos e/ou personalidades** marcantes descrevem a identidade de sua cidade (ou cidades)? Por quê? (memória social, autenticidade).

23) Cachoeira e São Félix são consideradas **patrimônio histórico** brasileiro. Em sua opinião, a que se deve essa valorização? O que há de **autêntico/ original** na região?

24) O Sr/a acredita na idéia de **competição/ concorrência** histórica entre Cachoeira e São Félix? Explicar.
